



# SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

## DIÁRIO DA REPÚBLICA

### SUMÁRIO

#### ASSEMBLEIA NACIONAL

##### Lei n.º 20/2018

Aprova o Código de Organização Tutelar de Menores.

**ASSEMBLEIA NACIONAL****Lei n.º 20/2018****Aprova o Código de Organização Tutelar de Menores****Preâmbulo**

Reconhecer que o desenvolvimento pleno de crianças e jovens implica a realização de direitos sociais, culturais, económicos e civis, e ao estabelecer um equilíbrio entre os direitos das crianças e dos seus responsáveis legais, concedendo-as o direito de participar nas decisões que lhe dizem respeito, pressupõe a configuração de um novo modelo de justiça de menores que deve assentar no princípio de que as crianças e jovens são actores sociais, cuja protecção deve ser sinónimo de promoção dos seus direitos individuais, económicos, sociais e culturais.

Considerando ainda os vários instrumentos internacionais a que São Tomé e Príncipe se encontra vinculado em matéria de menor idade, principalmente a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças e a Carta Africana dos Direitos e Bem Estar da Criança, traçam linhas de orientação para adopção de novos modelos de justiça de menores, o processo de reforma tem como principal objectivo a harmonização desses e outros documentos legislativos internacionais de que o Estado São-tomense, seja Estado parte, com os demais instrumentos nacionais que regulamentam matérias de criança e jovem, nomeadamente, Decreto n.º 417/71, de 29 de Setembro, o Estatuto de Assistência Jurisdicional aos Menores de Ultramar, em uso no país, a Lei n.º 2/77, Lei da Família e a Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais.

O presente Diploma contempla um conjunto de normas que visa no geral a promoção e protecção dos direitos das crianças e do jovem em São Tomé e Príncipe, como forma de garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral, tendo como princípios orientadores, o superior interesse da criança e do jovem, a privacidade, a intervenção precoce, mínima, proporcional e actual, da responsabilidade parental, da prevalência da família, da obrigatoriedade da informação, da audição obrigatória e da participação e subsidiariedade.

A Assembleia Nacional decreta, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:

**Artigo 1.º**  
**Aprovação**

É aprovado o Código de Organização Tutelar de Menores, em anexo, que faz parte integrante da presente Lei.

**Artigo 2.º**  
**Efeitos**

A entrada em vigor da presente Lei não prejudica os processos pendentes à luz do Decreto n.º 417/71, de 29 de Setembro - Estatuto de Assistência Jurisdicional aos Menores de Ultramar e na Lei n.º 2/77, de 28 de Dezembro - que regula juridicamente as Instituições de Família.

**Artigo 3.º**  
**Revogação**

É revogado o Decreto n.º 417/71, de 29 de Setembro, que aprovou o Estatuto de Assistência Jurisdicional dos Menores do Ultramar, publicado no Boletim Oficial de São Tomé e Príncipe.

**Artigo 4.º**  
**Entrada em vigor**

O presente diploma entra em vigor 90 dias após a sua publicação.

Assembleia Nacional, em São Tomé, aos 29 de Junho de 2018.- O Presidente da Assembleia Nacional, *José da Graça Diogo*.

Promulgado em 23 de Agosto de 2018.

Publique-se.

O Presidente da República, *Evaristo do Espírito Santo Carvalho*.

## **CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO TUTELAR DE MENORES**

### **Livro I Parte Geral**

#### **Título I Do âmbito e Princípios**

#### **Capítulo I Jurisdição de Menores**

##### **Artigo 1.º Âmbito**

1. A jurisdição de menores tem por fim a protecção judiciária dos menores e a defesa dos seus direitos e interesses mediante a aplicação de medidas tutelares cíveis, de protecção, educação e assistência.

2. A jurisdição de menores incumbe aos tribunais comuns, que no seu exercício tomam a designação de Tribunal de Família e Menor.

##### **Artigo 2.º Tribunal de Família e Menor**

1. O Tribunal de Família e Menor é de competência especializada, constituído por uma curadoria de menores e uma secretaria.

2. Junto de cada curador pode também exercer função um subcurador de menor, que são magistrados do Ministério Público.

3. A nomeação para este Tribunal deve recair de preferência no juiz e no magistrado do Ministério Público que tenha revelado conhecimento e compreensão dos problemas da criança, adolescente e jovem.

##### **Artigo 3.º Atribuições, direitos e deveres dos magistrados**

1. Aos juízes do Tribunal de Família e Menor incumbe preparar e decidir, em primeira instância, todos os processos sujeitos à jurisdição desses tribunais, bem como os respectivos incidentes, e exercer as demais atribuições especialmente designadas na lei.

2. O curador tem a seu cargo velar pelos interesses e defender os direitos dos menores,

podendo exigir aos pais, tutores ou pessoas encarregadas da sua guarda todos os esclarecimentos de que careça para o efeito e é auxiliado pelo subcurador.

3. Compete ao curador exercer as funções especialmente indicadas na lei, designadamente a de representar os menores em juízo, como parte principal, devendo ser ouvido em tudo o que lhes diga respeito, pode intentar acções e usar de quaisquer meios judiciais, no Tribunal de Família e Menor, em defesa dos interesses e direitos dos menores, prevalecendo a sua orientação no caso de divergência com a do representante legal dos menores.

4. Os subcuradores exercem funções na região judicial como substitutos ou auxiliares dos curadores, e sendo substitutos têm as mesmas atribuições que cabem aos curadores e sendo auxiliares, desempenham as funções que pelos curadores lhes forem indicadas.

##### **Artigo 4.º Serviço de Protecção Social**

1. As actividades desenvolvidas pelo Serviço de Protecção Social a requerimento do Tribunal de Família e Menor são desenvolvidas nos termos do regulamento daquele serviço.

2. O Serviço de Protecção Social realiza, entre outras, as seguintes actividades:

- a) Realizar os inquéritos sócio-económicos necessários ao conhecimento dos menores, para a fixação da medida a aplicar pelo Tribunal nos processos de promoção e protecção;
- b) Vigiar e orientar os menores em liberdade assistida;
- c) Procurar junto das entidades patronais a obtenção de trabalho para os menores na situação de liberdade assistida;
- d) Proceder a inquéritos e à elaboração de relatórios destinados a instruir os processos cíveis da competência do Tribunal de Família e Menor;
- e) Orientar e vigiar as pessoas em relação às quais tenham sido aplicadas providências

por exercício abusivo de responsabilidade parental ou da tutela;

- f) Fiscalizar a assistência de menores a espectáculos públicos, nos termos da legislação respectiva.

#### Artigo 5.º

#### **Tribunais de competência não especializada**

1. As funções de juiz, curador e subcurador de menores em tribunais não dotados de competência especializada são desempenhadas, na região judicial, pelo juiz de direito e pelo magistrado do Ministério Público pertencente àquela região.

2. O serviço de expediente e de secretaria é desempenhado pelos juízos ou secções dos respectivos tribunais.

### **Capítulo II Dos Princípios**

#### Artigo 6.º

#### **Princípios orientadores da intervenção**

A intervenção para a promoção dos direitos e protecção da criança e do jovem em perigo obedece aos seguintes princípios:

- a) Superior interesse da criança e do jovem - a intervenção deve atender prioritariamente aos interesses e direitos da criança e do jovem, sem prejuízo da consideração que for devida a outros interesses legítimos no âmbito da pluralidade dos interesses presentes no caso concreto;
- b) Tempo útil - a intervenção e medidas aplicadas devem obrigatoriamente conjugar a observância do interesse superior da criança ou jovem enquadrado pelo seu tempo útil;
- c) Privacidade - a promoção dos direitos e protecção da criança e do jovem deve ser efectuada no respeito pela intimidade, direito à imagem e reserva da sua vida privada;
- d) Intervenção precoce - a intervenção deve ser efectuada logo que a situação de perigo seja conhecida;

- e) Intervenção mínima - a intervenção deve ser exercida exclusivamente pelas entidades e instituições cuja acção seja indispensável à efectiva promoção dos direitos e à protecção da criança e do jovem em perigo;
- f) Proporcionalidade e actualidade - a intervenção deve ser a necessária e adequada à situação de perigo em que a criança ou o jovem se encontram no momento em que a decisão é tomada e só pode interferir na sua vida e na da sua família na medida do que for estritamente necessário a essa finalidade;
- g) Responsabilidade parental - a intervenção deve ser efectuada de modo que os pais assumam os seus deveres para com a criança e o jovem;
- h) Prevalência da família - na promoção de direitos e na protecção da criança e do jovem deve ser dada prevalência às medidas que os integrem em ambiente familiar, sejam estas alcançadas por via da reintegração na família biológica nuclear, alargada, adopção ou outra a considerar;
- i) Obrigatoriedade da informação - a criança e o jovem, o seu representante legal ou a pessoa que tenha a sua guarda de facto, têm direito a serem informados dos seus direitos, dos motivos que determinaram a intervenção e da forma como esta se processa;
- j) Audição obrigatória e participação - a criança e o jovem, em separado ou na companhia dos pais ou de pessoa por si escolhida, bem como o seu representante legal ou a pessoa que tenha a sua guarda de facto, têm direito a serem ouvidos e a participarem nos actos e na definição da medida de promoção dos direitos e de protecção;
- k) Subsidiariedade da intervenção - a intervenção deve ser efectuada pelo Serviço de Protecção de crianças e jovens e, em última instância, pelos tribunais;
- l) Autonomia - a intervenção, definição dos projectos de vida e aplicação das medidas cabe ao Serviço de Protecção e às equipas

técnicas das instituições de acolhimento nas situações aplicáveis, sendo o papel do Tribunal o de avaliação do cumprimento dos pressupostos legais e de validação dos projectos de vida e medidas propostas.

**Artigo 7.º**  
**Definições**

Para efeitos da presente Lei, considera-se:

- a) Criança ou jovem - a pessoa com menos de 18 anos ou a pessoa com menos de 21 anos que solicite a continuação da intervenção iniciada antes de atingir os 18 anos;
- b) Guarda de facto- a relação que se estabelece entre a criança ou o jovem e a pessoa que com ela vem assumindo, continuamente, as funções essenciais próprias de quem tem responsabilidades parentais;
- c) Situação de urgência- a situação de perigo actual ou eminente para a vida ou integridade física da criança ou do jovem;
- d) Entidades- as pessoas singulares ou colectivas públicas, cooperativas, sociais ou privadas que, por desenvolverem actividades nas áreas da infância e juventude, têm legitimidade para intervir na promoção dos direitos e na protecção da criança e do jovem em perigo;
- e) Medida de promoção dos direitos e de protecção - a providência adoptada pelo Serviço de Protecção Social de crianças e jovens ou pelos tribunais, nos termos do presente Diploma, para proteger a criança e o jovem em perigo;
- f) Acordo de promoção e protecção – compromisso redigido a escrito entre o Serviço de Protecção Social de crianças e jovens ou o Tribunal e o seu representante legal ou quem tenha a guarda de facto e, ainda, a criança com mais de 12 anos, o jovem, pelo qual se estabelece um plano pormenorizado contendo medidas de promoção de direitos e de protecção.

**Livro II**  
**TutelarCível**

**Título I**  
**Dos Processos Tutelares Cíveis**

**Capítulo I**  
**Disposições Gerais**

**Secção I**  
**Competência**

**Artigo 8.º**  
**Competência do Tribunal de Família e Menor em matéria tutelar cível**

1. Compete ao Tribunal de Família e Menor, em matéria tutelar cível:

- a) Instaurar a tutela e a administração de bens;
- b) Nomear pessoa que haja de celebrar negócios em nome do menor e, bem assim, nomear curador geral que represente extrajudicialmente o menor sujeito à responsabilidade parental;
- c) Constituir o vínculo da adopção e decidir da confiança judicial do menor com vista à adopção;
- d) Regular o exercício da responsabilidade parental e conhecer das questões a estas respeitantes;
- e) Fixar os alimentos devidos a menores;
- f) Ordenar a entrega judicial do menor;
- g) Autorizar o representante legal do menor a praticar certos actos, confirmar os que tenham sido praticados sem autorização e providenciar acerca da aceitação de liberalidades;
- h) Decidir acerca da caução que os pais devam prestar a favor dos filhos menores;
- i) Decretar a inibição, total ou parcial, e estabelecer limitações ao exercício da responsabilidade parental;
- j) Mandar proceder à averiguação oficiosa de maternidade ou de paternidade;

- k) Decidir, em caso de desacordo dos pais, sobre o nome e apelidos do menor;

2. Sem prejuízo das disposições do número anterior e do artigo subsequente, é aplicável à presente Lei as disposições da lei que regula a organização e o funcionamento dos tribunais.

#### Artigo 9.º

#### **Competência acessória do Tribunal de Família e Menor em matéria tutelar cível**

Compete ainda ao Tribunal:

- a) Havendo tutela ou administração de bens, determinar a remuneração do tutor ou administrador, conhecer da escusa, exoneração ou remoção do tutor, administrador ou vogal do conselho de família, exigir e julgar as contas, autorizar a substituição da hipoteca legal e determinar o reforço e substituição da caução prestada e nomear curador especial que represente o menor extrajudicialmente;
- b) Nomear curador especial que represente o menor em qualquer processo tutelar;
- c) Rever a adopção;
- d) Decidir acerca do reforço e substituição da caução prestada a favor dos filhos menores;
- e) Exigir e julgar as contas que os pais devam prestar;
- f) Conhecer de quaisquer outros incidentes dos processos referidos no artigo anterior.

#### Artigo 10.º

#### **Execução de custas, multas e indemnização**

A cobrança coerciva das custas, impostos de justiça, multas ou indemnizações fixados pelo Tribunal de Família e Menor é da competência do Tribunal da região judicial.

#### Artigo 11.º

#### **Informações e inquéritos**

1. Para a fundamentação da decisão, o juiz deve solicitar informações e a realização de inquérito com as finalidades previstas na lei.

2. As entidades públicas, privadas e sociedade civil têm o dever de colaborar com o Tribunal, prestando as informações de que disponham e que lhes forem solicitadas.

#### Artigo 12.º

#### **Assessoria técnica complementar**

1. Em qualquer fase do processo tutelar cível, o juiz pode nomear ou requisitar assessores técnicos, nomeadamente assistentes sociais, técnicos sociais e psicólogos, a fim de assistirem a diligências, prestarem esclarecimentos, realizarem exames ou elaborarem pareceres.

2. Quando o juiz nomear ou requisitar assessores que prestem serviços em instituições públicas ou privadas, devem estas prestar toda a colaboração, prevalecendo o serviço do Tribunal sobre qualquer outro, salvo o caso de escusa justificada.

3. Aos assessores podem ser opostos os impedimentos e recusas que é possível opor aos peritos em processo civil.

#### Artigo 13.º

#### **Contraditório**

1. As partes têm direito a conhecer as informações, relatórios, exames e pareceres constantes do processo, podendo pedir esclarecimentos, juntar outros elementos ou requerer a solicitação de informações que considerem necessários.

2. O juiz indefere, por despacho irrecorrível, os requerimentos que se mostrarem inúteis, de realização impossível ou com intuito manifestamente dilatatório.

#### Artigo 14.º

#### **Conjugação de decisões**

1. As decisões que apliquem medidas tutelar cível e de protecção, ainda que provisórias, devem conjugar-se e harmonizar-se entre si, tendo em conta o interesse superior do menor.



2. Para efeitos do disposto no número anterior, o juiz, por despacho fundamentado, procede, se necessário, à revisão da medida anteriormente decretada.

#### Artigo 15.º

##### **Natureza dos processos**

Os processos previstos neste título são considerados de jurisdição voluntária.

#### Artigo 16.º

##### **Constituição de advogado**

Nos processos previstos neste título não é obrigatória a constituição de advogado, salvo na fase de recurso.

#### Artigo 17.º

##### **Juiz singular**

As causas referidas nos artigos 8.º e 9.º são sempre julgadas por juiz singular.

#### Artigo 18.º

##### **Processamento**

Com excepção da revisão da adopção e da prestação de contas, que correm por apenso, as providências previstas no artigo 9.º correm nos autos em que tenha sido decretada a providência principal.

#### Artigo 19.º

##### **Competência por conexão**

1. Se forem instaurados mais do que um processo relativamente ao mesmo menor, é competente para conhecer de todos eles o juiz que tiver o processo instaurado em primeiro lugar.

2. No caso previsto no número anterior, os processos correm por apenso.

3. Estando pendente acção de divórcio ou de separação judicial litigiosos, as providências tutelares cíveis relativas à regulação do exercício da responsabilidade parental, à prestação de alimentos e à inibição da responsabilidade parental correm por apenso àquela acção.

#### Artigo 20.º

##### **Competência territorial**

1. Para decretar as providências é competente o Tribunal da residência do menor no momento em que o processo for instaurado.

2. Sendo desconhecida a residência do menor, é competente o Tribunal da residência dos titulares da responsabilidade parental.

3. Se os titulares da responsabilidade parental tiverem residências diferentes, é competente o Tribunal da residência daquele cuja guarda o menor estiver confiado ou, no caso de guarda conjunta, com quem o menor residir.

4. Se alguma das providências disser respeito a dois ou mais menores, filhos dos mesmos progenitores e residentes em regiões judiciais diferentes, é competente o Tribunal da residência do maior número deles; em igualdade de circunstâncias, é competente o Tribunal em que a providência tiver sido requerida em primeiro lugar.

5. São irrelevantes as modificações de facto que ocorrerem posteriormente ao momento da instauração do processo.

#### Artigo 21.º

##### **Excepção de incompetência territorial**

1. A incompetência territorial pode ser deduzida até decisão final, devendo o Tribunal conhecer dela oficiosamente.

2. Para julgar a excepção, o Tribunal pode ordenar as diligências que entender necessárias.

#### Artigo 22.º

##### **Decisões provisórias e cautelares**

1. Em qualquer estado de causa e sempre que o entenda conveniente, o Tribunal pode decidir, à título provisório, relativamente às matérias que devam ser apreciadas a final, bem como ordenar as diligências que se tornem indispensáveis para assegurar a execução efectiva da decisão.

2. Podem também ser provisoriamente alteradas as decisões já tomadas a título definitivo.

3. Para o efeito do disposto no presente artigo, o Tribunal procede às averiguações sumárias que

tenha por convenientes.

**Artigo 23.º**

**Audiência de discussão e julgamento**

1. Quando haja lugar a audiência de discussão e julgamento, esta efectua-se nos seguintes termos:

- a) Estando presentes ou representadas as partes, o juiz interroga-as e procura conciliá-las;
- b) Se não conseguir a conciliação, passar-se-á a produção das provas;
- c) Finda a produção da prova, é dada a palavra ao Ministério Público e aos advogados constituídos, podendo cada um usar dela uma só vez e por tempo não excedente a meia hora.

2. A audiência só pode ser adiada uma vez por falta das partes, seus advogados ou testemunhas.

3. Nas providências a tomar, o Tribunal não está sujeito a critérios de legalidade estrita, devendo antes adoptar em cada caso a solução que julgue mais conveniente e oportuna.

**Artigo 24.º**

**Recursos**

Salvo disposição expressa, o recurso tem o efeito que o Tribunal fixar.

**Artigo 25.º**

**Processos urgentes**

Os processos tutelares correm durante as férias judiciais.

**Artigo 26.º**

**Casos omissos**

Nos casos omissos, são de observar, com as devidas adaptações, as regras de processo civil que não contrariem os fins da jurisdição de menores.

**Capítulo II**

**Processos**

**Secção I**

**Adopção**

**Artigo 27.º**

**Consentimento prévio**

1. O consentimento prévio para a adopção deve ser prestado no Tribunal competente em matéria de família e menor, independentemente da residência do menor ou das pessoas que o devam prestar.

2. A prestação do consentimento pode ser requerida pelas pessoas que o devam prestar, pelo Ministério Público ou pelos organismos de Protecção Social, nos termos da lei.

3. Recebido o requerimento, o juiz designa imediatamente o dia para prestação de consentimento no mais curto prazo possível.

4. Requerida a adopção, o incidente é apensado ao respectivo processo.

**Artigo 28.º**

**Requerimento inicial e citação no processo de confiança judicial**

1. Requerida a confiança judicial do menor, são citados para contestar, salvo se tiverem prestado consentimento prévio, os pais e o Ministério Público, quando estes não forem requerentes.

2. A citação é feita nos termos do Código de Processo Civil.

3. Se for lavrada certidão negativa por incerteza do lugar em que o citando se encontra, o processo é de imediato concluso ao juiz, que decide sobre a citação edital, sem prejuízo das diligências prévias que julgar indispensáveis.

4. A citação edital determinada pela incerteza do lugar em que o citando se encontra é feita pela afixação de editais e pela publicação de anúncios.

5. A citação edital não suspende o andamento do processo até à audiência final.

6. A citação deve sempre salvaguardar o segredo de identidade, para o que são feitas as adaptações adequadas ao caso.



**Artigo 29.º****Instrução e decisão no processo de confiança judicial**

1. O juiz procede às diligências que considerar necessárias à decisão sobre a confiança judicial, designadamente à prévia audição do organismo de Protecção Social da área da residência do menor.

2. Se houver contestação e indicação de prova testemunhal, é designado dia para audiência de discussão e julgamento.

3. Decidida a confiança judicial, é ordenada a comunicação à Conservatória do Registo Civil onde esteja lavrada o assento de nascimento do menor, com as indicações necessárias para preservação do segredo de identidade nos termos do Código da Família.

4. O processo de confiança judicial é apensado ao de adopção.

**Artigo 30.º****Guarda provisória**

1. Requerida a confiança judicial, o Tribunal, ouvido o Ministério Público e o organismo de Protecção Social quando não for requerente, pode atribuir a guarda provisória do menor ao candidato à adopção, sempre que, face aos elementos dos autos, for de concluir pela salvaguarda do interesse superior da criança.

2. Ordenada a citação edital, o juiz deve decidir sobre a guarda provisória, caso esta se justifique.

3. Antes de proferir decisão, o Tribunal ordena as diligências que entender por convenientes, devendo averiguar da existência de processo de promoção e protecção.

**Artigo 31.º****Da responsabilidade parental**

1. Na sentença que decida a confiança judicial, o Tribunal designa curador provisório ao menor, o qual exerce funções até ser decretada a adopção ou instituída a tutela.

2. O curador provisório é a pessoa a quem o menor tiver sido confiado; em caso de confiança da instituição, é, de preferência, quem tenha um contacto mais directo com o menor.

3. Se o menor for confiado a uma instituição, a curadoria provisória do menor deve, a requerimento do organismo de Protecção Social, ser transferida para o candidato a adoptante logo que seleccionado.

**Artigo 32.º****Petição inicial**

1. Na petição de adopção, o requerente deve alegar e justificar as vantagens desta para o adoptando e os demais requisitos de que a adopção depende.

2. Com a petição são oferecidas todas as provas, incluindo as certidões de idade do adoptando e dos adoptantes e do estado civil destes.

**Artigo 33.º****Estudos**

1. O Tribunal solicita o inquérito sobre as reais vantagens da adopção para o adoptando.

2. O inquérito incide de modo especial sobre a idoneidade dos requerentes para o exercício da responsabilidade parental e sobre os demais factos que não possam ser provados por documento, e elaborado pelo organismo de Protecção Social, que os deve remeter no prazo máximo de 20 dias, salvo a possibilidade de prorrogação, que deve ser pedida antes de aquele prazo findar.

3. A prorrogação só é admitida por uma vez, por prazo não superior a quinze dias, que se conta a partir do dia imediato ao termo do prazo inicial.

**Artigo 34.º****Diligências subsequentes**

1. Junto aos autos os respectivos inquéritos, o juiz, com a assistência do Ministério Público, ouve o adoptante e as pessoas cujo consentimento a lei exija, e que ainda não o tenham prestado.

2. O adoptando, tendo em atenção a sua idade e grau de maturidade, deve ser ouvido pelo juiz.

3. A audição das pessoas referidas nos números anteriores é feita separadamente e de forma a salvaguardar o segredo de identidade.

4. O juiz deve esclarecer as pessoas de cujo consentimento a adopção depende sobre o significado e os efeitos do acto.

**Artigo 35.º****Averiguação dos pressupostos da dispensa do consentimento**

1. A verificação da dispensa do consentimento depende da averiguação dos respectivos pressupostos pelo juiz, no próprio processo de adopção, oficiosamente ou a requerimento do Ministério Público ou dos adoptantes, ouvido o Ministério Público.

2. Para efeitos do disposto no número anterior, o juiz ordena as diligências necessárias e assegura o contraditório relativamente às pessoas cujo consentimento pode ser dispensado.

**Artigo 36.º****Sentença**

1. Efectuadas as diligências requeridas e outras julgadas indispensáveis, é proferida sentença que se limita a decretar ou a negar a adopção.

2. Se for caso disso, deve ser fixado na sentença o montante dos rendimentos dos bens do adoptado que podem ser despendidos com os seus alimentos.

**Artigo 37.º****Revisão**

1. O incidente de revisão corre por apenso ao processo de adopção.

2. Apresentado o pedido no incidente de revisão da adopção, são citados os requeridos e o Ministério Público para contestar, seguindo os termos prescritos nos artigos 64.º a 67.º, com as necessárias adaptações.

3. No incidente de revisão o menor é representado pelos pais naturais, devendo, porém, ser-lhe nomeado curador especial se eles não existirem ou não o puderem representar ou se o juiz considerar insuficiente essa representação para salvaguarda dos interesses do menor.

**Artigo 38.º****Carácter secreto**

1. O processo de adopção e os respectivos procedimentos preliminares, incluindo os de natureza administrativa, têm carácter secreto.

2. Por motivos ponderosos e nas condições e com os limites a fixar na decisão, pode o Tribunal, a requerimento de quem invoque interesse legítimo, ouvido o Ministério Público, se não for o requerente, autorizar a consulta dos processos referidos no número anterior e a extracção de certidões.

3. Se não existir processo judicial, o requerimento deve ser dirigido ao Tribunal competente da área da sede do Organismo de Protecção Social.

4. A violação do segredo dos processos referidos no n.º 1 e a utilização de certidões para fim diverso do expressamente alegado constituem crime nos termos do Código Penal.

**Artigo 39.º****Consulta e notificações no processo**

No acesso aos autos e nas notificações a realizar no processo de adopção e nos respectivos procedimentos preliminares, incluindo os de natureza administrativa, deve sempre ser preservado o segredo de identidade.

**Artigo 40.º****Carácter urgente**

Os processos relativos ao consentimento prévio para adopção e à confiança judicial de menor têm carácter urgente.

**Artigo 41.º****Averbamento**

Os requerimentos relativos ao consentimento prévio e à confiança judicial não dependem de distribuição, procedendo-se ao seu averbamento diariamente, no próprio dia, o qual é imediatamente autuado e concluso ao juiz.

**Artigo 42.º****Prejudicialidade**

1. Os procedimentos legais visando a averiguação da maternidade ou paternidade suspendem o processo de adopção.

2. É prorrogada a confiança judicial até a conclusão da averiguação, investigação ou impugnação oficiosa da maternidade e paternidade.

**Artigo 43.º****Apensação**

O processo de promoção e protecção é apensado ao de adopção quando naquele tenha sido aplicada a medida de promoção e protecção de confiança a pessoa seleccionada para a adopção ou a instituição com vista a futura adopção, aplicando-se o disposto nos artigos 36.º e 37.º.

**Secção II****Regulação do Exercício da Responsabilidade Parental e Resolução de Questões a Esta Respeitantes****Artigo 44.º****Homologação do acordo**

1. Nos casos de divórcio, separação judicial, declaração de nulidade ou anulação do casamento, a regulação do exercício da responsabilidade parental do menor é feita por acordo dos pais, sujeito a homologação do Tribunal;

2. Nos casos previstos no número anterior, a homologação é requerida por qualquer dos pais, nos dez dias subsequentes ao trânsito em julgado da sentença proferida na respectiva causa; antes de decidir, o juiz pode ordenar as diligências que considere necessárias.

3. Quando não tenha sido pedida a homologação do acordo ou este não seja homologado, por não corresponder ao interesse do menor, é notificado o Ministério Público para, nos dez dias imediatos, requerer obrigatoriamente a regulação.

**Artigo 45.º****Conferência**

1. Autuado o requerimento ou a certidão, os pais são citados para uma conferência, que se realiza nos quinze dias imediatos, podendo o juiz autorizar a assistência do menor, tendo em atenção a sua idade e grau de maturidade; o juiz pode também determinar que estejam presentes os avós e ou outros parentes.

2. Os pais são obrigados a comparecer pessoalmente sob pena de multa, apenas podendo fazer-se representar por mandatário judicial ou por seus ascendentes ou irmãos, com poderes especiais para intervir no acto, no caso de estarem impossibilitados de comparecer ou de residirem fora

da região judicial onde a conferência se realize.

**Artigo 46.º****Ausência dos pais**

1. Se algum dos pais estiver ausente em parte incerta, é convocado para a conferência por meio de editais, que se afixam na porta do Tribunal e outro na porta da última residência conhecida do ausente.

2. Se a ausência for certificada pelo funcionário encarregado de proceder à citação pessoal, a convocação edital não se efectua sem que o juiz se assegure de que não é conhecida a residência do citando, nos termos do Código Processo Civil.

**Artigo 47.º****Acordo ou falta de comparência de algum dos pais**

1. Estando ambos os pais presentes ou representados, o juiz procura obter acordo que corresponda aos interesses do menor sobre o exercício da responsabilidade parental, se o conseguir, faz constar do auto da conferência o que for acordado e dita a sentença de homologação.

2. Se faltarem um ou ambos os pais e não se fizerem representar, o juiz ouve as pessoas que estejam presentes, fazendo exarar no auto das suas declarações, manda proceder a inquérito e a outras diligências necessárias e decide.

3. A conferência não pode ser adiada mais de uma vez por falta dos pais ou seus representantes, devendo a nova conferência ser designada para dentro dos trinta dias imediatos.

4. A conferência já iniciada pode ser suspensa, estabelecendo-se, por período e condições determinadas, um regime provisório para acautelar os interesses do menor.

**Artigo 48.º****Falta de acordo na conferência**

1. Se ambos os pais estiverem presentes ou representados na conferência, mas não chegarem a acordo, são logo notificados para, no prazo de dez dias, alegarem o que tiverem por conveniente quanto ao exercício da responsabilidade parental.

2. Com a alegação deve cada um dos pais oferecer testemunhas, juntar documentos e requerer

as diligências necessárias.

3. Findo o prazo para apresentação das alegações, procede-se a inquérito sobre a situação social, moral e económica dos pais e, salvo oposição dos visados, aos exames médicos e psicológicos que o Tribunal entenda necessários para esclarecimento da personalidade e do carácter dos membros da família e da dinâmica das suas relações mútuas.

#### Artigo 49.º

##### **Termos posteriores à fase de alegações**

1. Se os pais não apresentarem alegações ou se com elas não arrolarem testemunhas, junto o inquérito e efectuadas outras diligências indispensáveis, ouvido o curador de menor é proferida a sentença.

2. Se os pais apresentarem alegações ou arrolarem testemunhas, depois de efectuadas as diligências necessárias é designado dia para a audiência de discussão e julgamento.

#### Artigo 50.º

##### **Sentença**

1. Na sentença, o exercício da responsabilidade parental é regulado de harmonia com os interesses superiores do menor, fixando os regimes de guarda, visitas e alimentos.

2. No que respeita ao destino do menor, este pode ser confiado à guarda de qualquer dos pais, de terceira pessoa ou de instituição.

3. Se o menor for confiado a um dos pais, são devidamente reguladas as visitas do outro; se for confiado a terceira pessoa ou a um estabelecimento, são reguladas as visitas de ambos, incluindo as relativas aos períodos de férias, a menos que excepcionalmente o interesse do menor o desaconselhe.

4. Quando for caso disso, pode a sentença determinar que a administração dos bens do filho seja exercida pelo progenitor a quem o menor foi confiado.

5. Quando o filho for confiado a terceira pessoa ou a instituição, o Tribunal decide a qual dos progenitores compete o exercício da responsabilidade parental na parte não abrangida pelos poderes e deveres que àqueles devem ser

atribuídos para o adequado desempenho das suas funções.

#### Artigo 51.º

##### **Incumprimento**

1. Se, relativamente à situação do menor, um dos progenitores não cumprir o que tiver sido acordado ou decidido, pode o outro requerer ao Tribunal as diligências necessárias para o cumprimento coercivo e a condenação do remisso em multa e indemnização a favor do menor ou do requerente ou de ambos, a ser afixado pelo juiz de acordo com a capacidade económica do mesmo.

2. Autuado ou junto ao processo o requerimento, o juiz convoca os pais para uma conferência ou manda notificar o requerido para, no prazo de dois dias, alegar o que tenha por conveniente.

3. Na conferência, os pais podem acordar na alteração do que se encontra fixado quanto ao exercício da responsabilidade parental, tendo em conta o interesse do menor.

4. Não tendo sido convocada a conferência ou quando nesta os pais não chegarem a acordo, o juiz manda proceder a inquérito sumário e a quaisquer outras diligências que entenda necessárias e, por fim, decide.

5. Se tiver havido condenação em multa e esta não for paga no prazo de dez dias, é extraída certidão do processo, a remeter ao Tribunal competente para execução.

#### Artigo 52.º

##### **Alteração de regime**

1. Quando o acordo ou a decisão final não sejam cumpridos por ambos os pais, ou quando circunstâncias supervenientes tornem necessário alterar o que estiver estabelecido, qualquer dos progenitores ou o Ministério Público podem requerer ao Tribunal nova regulação da responsabilidade parental.

2. O requerente deve expor sucintamente os fundamentos do pedido e:

- a) Se o regime tiver sido estabelecido por acordo extrajudicial, junta ao requerimento certidão do acordo e da sentença homologatória;

- b) Se o regime tiver sido fixado pelo Tribunal, o requerimento é autuado por apenso ao processo onde se realizou o acordo ou foi proferida decisão final.

3. O requerido é citado para, no prazo de oito dias, alegar o que tiver por conveniente.

4. Junta a alegação ou findo o prazo para a sua apresentação, o juiz:

- a) Se considerar o pedido infundado, ou desnecessária a alteração, manda arquivar o processo, condenando em custas o requerente; ou
- b) No caso contrário, ordena o prosseguimento dos autos, observando-se, na parte aplicável, o disposto nos artigos 44.º a 50.º.

5. Antes de mandar arquivar os autos ou de ordenar o seu prosseguimento, pode o juiz determinar a realização das diligências que considere necessárias.

#### Artigo 53.º

##### **Outros casos de regulação**

1. O disposto nos artigos anteriores é aplicável à regulação do exercício da responsabilidade parental de filhos de cônjuges separados de facto e ainda de filhos de progenitores não unidos pelo matrimónio.

2. Qualquer das pessoas a quem incumba a responsabilidade parental pode requerer a homologação do acordo extrajudicial sobre o exercício dela.

3. A regulação prevista neste artigo, bem como as diligências executórias da decisão judicial ou do acordo homologado, podem ser requeridas por qualquer das pessoas a quem caiba a responsabilidade parental ou pelo Ministério Público; a necessidade da intervenção judicial pode ser comunicada ao curador por qualquer pessoa.

#### Artigo 54.º

##### **Falta de acordo dos pais em questões de particular importância**

1. Quando a responsabilidade parental seja exercida em comum por ambos os pais, mas estes não estejam de acordo em alguma questão de particular importância, pode qualquer deles requerer

ao Tribunal a resolução do diferendo.

2. Autuado o requerimento, seguem-se os termos previstos nos artigos 44.º, 46.º e 47.º.

3. Realizadas as diligências necessárias, o juiz decide.

#### Artigo 55.º

##### **Recursos**

1. Os recursos interpostos de quaisquer decisões proferidas nos processos previstos nesta secção têm efeito meramente devolutivo.

2. Os recursos de agravo interpostos no decorrer do processo sobem com o recurso que se interpuser da decisão final.

#### Secção III

##### **Alimentos Devidos a Menores**

#### Artigo 56.º

##### **Petição**

1. Podem requerer a fixação dos alimentos devidos ao menor, ou a alteração dos anteriormente fixados, o seu representante legal, o Ministério Público, a pessoa à guarda de quem aquele se encontre ou o director da instituição a quem tenha sido confiado.

2. A necessidade da fixação ou alteração de alimentos pode ser comunicada ao Ministério Público por qualquer pessoa.

3. Ao requerimento junta-se, além de outros, os documentos comprovativos do grau de parentesco existente entre o menor e o requerido, bem como o rol de testemunhas.

4. Os documentos podem ser requisitados officiosamente pelo Tribunal às entidades competentes, que os deve emitir gratuitamente, quando o requerente, por falta de recursos, os não possa apresentar.

5. A alteração de alimentos corre por apenso à acção principal.

#### Artigo 57.º

##### **Conferência**

1. O juiz designa o dia para uma conferência, que



se realiza nos quinze dias imediatos.

2. O requerido é citado para a conferência, devendo a ela assistir o requerente e a pessoa que tiver o menor à sua guarda, se não for o autor, que, para o efeito, são notificados.

3. À conferência aplica-se, com as devidas adaptações, o disposto no n.º 1 do artigo 46.º.

#### Artigo 58.º

##### **Contestação e termos posteriores**

1. Se a conferência não se puder realizar ou nela não se chegar ao acordo, é imediatamente ordenada a notificação do requerido para contestar, devendo, na contestação, ser oferecido os meios de prova.

2. Apresentada a contestação ou findo o prazo para a apresentação desta, o juiz manda proceder às diligências necessárias e o inquérito sobre os meios económicos do requerido e as necessidades do menor.

3. No caso de não ter havido contestação, o juiz decide.

4. Havendo contestação, tem lugar a audiência de discussão e julgamento.

5. Da sentença cabe recurso de apelação, com efeito meramente devolutivo.

6. Os recursos de agravo interpostos no decorrer do processo sobem com o que se interpuser da decisão final.

#### Artigo 59.º

##### **Meio de tornar efectiva a prestação de alimentos**

1. Quando a pessoa judicialmente obrigada a prestar alimentos não satisfizer as quantias em dívida dentro de dez dias depois do vencimento, observa-se o seguinte:

- a) Se for funcionário público, são deduzidas as respectivas quantias no vencimento, sob requisição do Tribunal e do Ministério Público dirigida à entidade competente;
- b) Se for empregado ou assalariado, são deduzidas no ordenado ou salário, sendo para o efeito notificada a respectiva

entidade patronal, que fica na situação de fiel depositário;

- c) Se receber rendas, pensões, subsídios, comissões, percentagens, emolumentos, gratificações, comparticipações ou rendimentos semelhantes, a dedução é feita nessas prestações quando tiverem de ser pagas ou creditadas, fazendo-se para tal as requisições ou notificações necessárias e ficando os notificados na situação de fiéis depositários.

2. As quantias deduzidas abrangem também os alimentos que se forem vencendo e são directamente entregues a quem deva recebê-las.

#### Artigo 60.º

##### **Violação da obrigação de alimentos**

1. Quando não seja possível obter o pagamento pelas formas indicadas no artigo precedente, o devedor é relegado ao foro criminal.

2. Encontrando-se o devedor em condições de cumprir a prestação a que está obrigado, não for possível obter o pagamento pelas formas indicadas no artigo anterior, pode ser-lhe aplicada, em Tribunal criminal, as penas previstas nos termos do Código Penal, mediante prévia participação de quem tenha legitimidade para exigir o cumprimento da obrigação ao Ministério Público ou a requerimento desta.

3. A pena pode ser suspensa por período não superior a seis meses, sob condição de no decurso desse prazo ser paga, em prestações mensais e nos termos que o Tribunal fixar, a quantia em dívida; o não pagamento de alguma prestação implica a imediata execução da pena.

4. Ficam extintos o procedimento criminal e a pena, quando se prove estarem pagos os alimentos em dívida.

5. O procedimento criminal não obsta a que se requeira no Tribunal competente execução destinada a obter o pagamento.

6. O disposto neste artigo e no anterior é aplicável qualquer que seja o processo em que tenha sido fixada a obrigação alimentícia.



#### **Secção IV** **Entrega judicial de menor**

##### **Artigo 61.º** **Articulados e termos posteriores**

1. Se o menor abandonar a casa de morada de família ou aquela que os pais lhe destinaram ou dela for retirado, ou se se encontrar fora do poder da pessoa ou do estabelecimento a quem esteja legalmente confiado, deve a sua entrega ser requerida ao Tribunal de Família e Menor da área da sua residência.

2. Se o processo tiver de prosseguir, são citados o Ministério Público e a pessoa que tiver acolhido o menor, ou em poder de quem ele se encontre, para contestarem no prazo de cinco dias.

3. Os citados podem contradizer os factos que fundamentam o pedido, ou mostrar que existe decisão capaz de obstar à diligência, ou que foi requerido a entrega do menor como preliminar ou incidente da acção de inibição da responsabilidade parental, de remoção das funções tutelares ou de aplicação de providências por exercício abusivo da responsabilidade parental ou da tutela.

4. Não havendo contestação, ou sendo esta manifestamente improcedente, é ordenada a entrega e designado o local onde deve efectuar-se, sendo o requerido notificado de que incorre em crime de desobediência quando não proceda à entrega pela forma determinada.

5. Se houver contestação e necessidade de provas, o juiz decide após a produção das provas admitidas.

##### **Artigo 62.º** **Inquérito e diligências**

1. Antes de decretar a entrega do menor, o juiz pode ordenar as diligências convenientes e mandar proceder a inquérito sumário sobre a situação social, moral e económica do requerente, da pessoa em poder de quem esteja o menor e dos parentes obrigados à prestação de alimentos.

2. Se o inquérito ou as diligências realizadas mostrarem a falta de idoneidade do requerente, este é notificado para, no prazo de cinco dias, alegar o que tiver por conveniente e oferecer provas.

3. Se o requerente não apresentar alegações e não oferecer provas, é o menor entregue provisoriamente em casa de família idónea, preferindo os parentes obrigados a alimentos, ou colocado em instituição, conforme parecer mais conveniente.

4. No caso de o requerente apresentar alegações e oferecer provas, o juiz decide, depois de produzidas as provas que admitir, ordenando a entrega ou colocação.

5. Quando o requerente da entrega for algum dos pais e encontrando estes separados, o menor pode ser entregue àquele que o juiz considere mais idóneo, sem prejuízo de se definir o seu destino em acção de regulação do exercício da responsabilidade parental.

##### **Artigo 63.º** **Termos posteriores**

Se o menor for entregue e não tiver sido requerida a regulação ou a inibição da responsabilidade parental ou a remoção das funções tutelares, o Ministério Público deve requerer a providência adequada.

#### **Secção V** **Inibição e Limitações ao Exercício da Responsabilidade Parental**

##### **Artigo 64.º** **Fundamentos da inibição**

O Ministério Público, qualquer parente do menor ou pessoa cuja guarda ele esteja confiado, de facto ou de direito, podem requerer a inibição, total ou parcial, do exercício da responsabilidade parental, entre outras, nos seguintes casos:

- a) Quando os pais faltem habitualmente ao dever de defender e educar os filhos, com grave prejuízo de ordem moral ou material para estes;
- b) Quando os filhos se encontrem em grave perigo moral, em razão da incapacidade moral, física ou económica dos pais para cumprirem os deveres de defesa e educação;
- c) Quando os pais maltratam gravemente os filhos, os privam de alimentos e do mais indispensável à vida quotidiana ou os

sujeitem a trabalho perigoso para a vida ou para a saúde moral ou física;

- d) Quando os pais instiguem os filhos ao crime;
- e) Quando os pais tenham sido condenados em qualquer pena como autores, cúmplices ou encobridores de crimes cometidos contra os filhos ou, como reincidentes, por crimes cometidos contra menores;
- f) Quando os pais sujeitem os filhos ao convívio de pessoas em relação às quais se verifique alguma das circunstâncias mencionadas nas alíneas c) a e);
- g) Quando os pais revelem manifesta inaptidão para administrar os bens dos filhos, com prejuízos para estes;
- h) Quando os pais por inexperiência, enfermidade, ausência ou outras razões não se mostrem em condições de cumprir aqueles deveres.

#### Artigo 65.º

##### **Articulados**

1. Requerida a inibição, o réu é citado para contestar.

2. Com a petição e a contestação, as partes devem arrolar testemunhas e requerer quaisquer outras diligências de prova.

#### Artigo 66.º

##### **Despacho saneador**

Oferecida a contestação ou findo o prazo para a sua apresentação, é proferido despacho, em cinco dias, para os fins seguintes:

- a) Conhecer das nulidades e da legitimidade das partes;
- b) Decidir quaisquer outras questões, ainda que relativas ao mérito da causa, desde que o estado do processo o permita.

#### Artigo 67.º

##### **Diligências e audiência de discussão e julgamento**

1. Se o processo houver de prosseguir, efectuem-se as diligências que devam ter lugar antes da audiência de discussão e julgamento, que o juiz considere necessárias, sendo sempre realizado inquérito sobre a situação moral e económica das partes, os factos alegados e tudo o mais que se julgue útil para o esclarecimento da causa.

2. Realizadas as diligências previstas no número anterior, tem lugar a audiência de discussão e julgamento.

#### Artigo 68.º

##### **Sentença**

1. Na sentença deve o Tribunal, segundo o seu prudente arbítrio e tomando em consideração todas as circunstâncias, fixar os limites da inibição e os alimentos devidos aos menores.

2. Julgada procedente a inibição, instaura-se a tutela ou a administração de bens, se for caso disso.

#### Artigo 69.º

##### **Suspensão da responsabilidade parental e entrega provisória do menor**

1. Como preliminar ou como incidente da acção de inibição da responsabilidade parental, pode ordenar-se a suspensão desse poder e a entrega provisória do menor, se um inquérito sumário mostrar que o requerido ou os requeridos são manifestamente incapazes, física ou moralmente, de cuidar do filho.

2. A entrega provisória tem lugar em casa de família idónea, preferindo os parentes obrigados a alimentos ou, não sendo possível, em instituição.

3. Fixa-se logo, provisoriamente, a pensão que os pais devem pagar para sustento e educação do menor e é lavrado auto de depósito, em que são especificadas as condições em que o menor é entregue.

4. A suspensão da responsabilidade parental e a entrega provisória do menor ficam sem efeito nos mesmos casos e termos que as providências cautelares, segundo o Código de Processo Civil.

## Artigo 70.º

**Outras medidas limitativas do exercício da responsabilidade parental**

1. O Ministério Público ou qualquer parente do menor pode requerer as providências previstas no Código de Família ou outras que se mostrem necessárias quando a má administração de qualquer dos progenitores ponha em perigo o património do filho e não seja caso de inibição do exercício da responsabilidade parental.

2. Nos casos referidos no número anterior é observado o disposto nos artigos 65.º a 67.º.

## Artigo 71.º

**Levantamento da inibição ou da medida limitativa do exercício da responsabilidade parental**

1. O requerimento para levantamento da inibição ou de medida limitativa do exercício da responsabilidade parental é autuado por apenso.

2. Se tiver sido instituída tutela ou administração de bens, é notificado, além do Ministério Público, o tutor ou o administrador dos bens, para contestar.

3. Feita a notificação, são observados os termos prescritos para a inibição.

**Secção VI****Averiguação Oficiosa de Maternidade ou de Paternidade**

## Artigo 72.º

**Instrução**

1. A instrução dos processos de averiguação oficiosa para a investigação ou para impugnação de maternidade ou de paternidade desta incumbe ao Ministério Público, que pode usar de qualquer meio de prova legalmente admitido e recorrer a inquérito.

2. São obrigatoriamente reduzidos a escrito os depoimentos dos pais ou dos presumidos progenitores e as provas que concorram para o esclarecimento do Tribunal.

## Artigo 73.º

**Carácter secreto do processo**

1. A instrução do processo é secreto e é conduzido de forma a evitar ofensa ao pudor ou

dignidade das pessoas.

2. No processo não podem intervir mandatários judiciais, salvo na fase de recurso.

## Artigo 74.º

**Parecer do Ministério Público**

Finda a instrução, o Ministério Público emite parecer sobre a viabilidade ou não da acção de investigação ou de impugnação de maternidade ou de paternidade.

## Artigo 75.º

**Despacho final**

1. O juiz, consoante os casos, profere despacho final mandando arquivar o processo ou ordenando a sua remessa ao magistrado do Ministério Público junto do Tribunal competente, a fim de ser proposta a acção de investigação ou de impugnação.

2. Antes de decidir, o juiz pode efectuar as diligências que tenha por convenientes.

3. O despacho que mande arquivar o processo é notificado ao requerente.

## Artigo 76.º

**Recurso**

1. Do despacho final só é admissível recurso restrito à matéria de direito.

2. Têm legitimidade para recorrer o Ministério Público e, no processo de averiguação para impugnação da maternidade ou de paternidade, também o impugnante.

## Artigo 77.º

**Termo de perfilhação**

Quando o presumido progenitor confirme a maternidade ou a paternidade, é imediatamente lavrado termo da perfilhação, na presença do Ministério Público ou, se a confirmação ocorrer durante as diligências complementares de instrução, perante o juiz.

**Secção VII**  
**Processos Regulados no Código de Processo Civil**

**Artigo 78.º**  
**Tramitação**

As providências que tenham correspondência nos processos e incidentes regulados no Código de Processo Civil seguem os termos prescritos nesse Diploma, com as adaptações resultantes da aplicação do disposto nos artigos 14.º a 24.º.

**Secção VIII**  
**Acção Tutelar Comum**

**Artigo 79.º**  
**Tramitação**

Sempre que a qualquer providência cível não corresponda a nenhuma das formas de processo previstas nas secções anteriores, o Tribunal pode ordenar livremente as diligências que repute necessárias antes de proferir a decisão final.

**Livro III**  
**Promoção e Protecção**

**Título I**  
**Dos Processos de Promoção e Protecção**

**Capítulo I**  
**Disposições Gerais**

**Artigo 80.º**  
**Objecto**

A promoção dos direitos e a protecção das crianças e dos jovens em perigo, tem por objecto garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral, na salvaguarda dos seus superiores interesses e no respeito pelos direitos fundamentais inerentes a própria criança ou jovem.

**Artigo 81.º**  
**Âmbito**

As medidas de promoção e protecção aplicam-se às crianças e jovens em perigo que residam ou se encontrem em território nacional.

**Artigo 82.º**  
**Legitimidade da intervenção**

1. A intervenção para a promoção dos direitos e protecção da criança e do jovem em perigo tem lugar quando o representante legal ou quem tenha a guarda de facto ponham em perigo a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento, ou quando esse perigo resulte de acção ou omissão de terceiros ou da própria criança ou do jovem e que aqueles não se oponham de modo adequado a removê-lo.

2. Considera-se que a criança ou o jovem está em perigo quando, designadamente, se encontra numa das seguintes situações:

- a) Está abandonada ou vive entregue a si própria;
- b) Sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;
- c) É obrigada a actividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;
- d) Está sujeita, de forma directa ou indirecta, a comportamentos que afectem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional;
- e) Assume comportamentos ou se entrega a actividades ou consumos de substâncias que afectem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação.

**Capítulo II**  
**Intervenção para Promoção dos Direitos e de Protecção da Criança e do Jovem em Perigo**

**Secção I**  
**Modalidades de Intervenção**

**Artigo 83.º**  
**Disposição geral**

A promoção dos direitos e a protecção da criança e do jovem em perigo incumbe às entidades com competência em matéria de infância e juventude, os

Tribunais e Serviço de Promoção e de Protecção de crianças e jovens.

#### Artigo 84.º

##### **Intervenção de entidades competentes**

1. As entidades com competência em matéria de infância e juventude devem, no âmbito das suas atribuições, promover acções de prevenção primária e secundária, nomeadamente, mediante a definição de planos de acção local para a infância e juventude, visando a promoção, defesa e concretização dos direitos da criança e do jovem.

2. Com vista à concretização das suas atribuições, cabe às entidades com competência em matéria de infância e juventude:

- a) Avaliar, diagnosticar e intervir em situações de risco e perigo;
- b) Implementar estratégias de intervenção necessárias e adequadas à diminuição ou erradicação dos factores de risco;
- c) Acompanhar a criança, jovem e respectiva família em execução de plano de intervenção definido pela própria entidade, ou em colaboração com outras entidades congéneres;
- d) Executar os actos materiais inerentes às medidas de promoção e protecção aplicadas pelos Serviços de Promoção e Protecção ou pelo Tribunal, de que sejam incumbidas, nos termos do acordo de promoção e protecção ou da decisão judicial.

3. No exercício das competências conferidas no número anterior cabe às entidades com competência em matéria de infância e juventude elaborar e manter um registo actualizado, do qual conste a descrição sumária das diligências efectuadas e respectivos resultados.

#### Artigo 85.º

##### **Intervenção dos serviços de promoção e de protecção de crianças e jovens**

A intervenção dos Serviços de Promoção e de Protecção de crianças e jovens tem lugar quando não seja possível às entidades referidas no número anterior actuar de forma adequada e suficiente a remover o perigo em que se encontram.

#### Artigo 86.º

##### **Intervenção judicial**

1. A intervenção judicial tem lugar quando:

- a) Não esteja instalado o Serviço de Promoção e de Protecção de crianças e jovens com competência no distrito da respectiva área da residência ou não tenha competência, nos termos da lei, para aplicar a medida de promoção e protecção adequada;
- b) O Serviço de Protecção não obtém a disponibilidade dos meios necessários para aplicar ou executar a medida que considere adequada, nomeadamente por oposição de um serviço ou entidade;
- c) A pessoa que deva prestar consentimento, nos termos do artigo 90.º, haja sido indiciada pela prática de crime contra a liberdade ou a autodeterminação sexual que vitime a criança ou jovem carecidos de protecção, ou quando, contra aquela tenha sido deduzida queixa pela prática de qualquer dos referidos tipos de crime;
- d) Não seja prestado ou seja retirado o consentimento necessário à intervenção do Serviço de Protecção, quando o acordo de promoção e de protecção seja reiteradamente não cumprido ou quando ocorra incumprimento do referido acordo de que resulte situação de grave perigo para a criança;
- e) Não seja obtido acordo de promoção e protecção, mantendo-se a situação que justifique a aplicação de medida;
- f) A criança ou o jovem se oponham à intervenção do Serviço de Protecção, nos termos do artigo 90.º;
- g) O Ministério Público considere que a decisão do Serviço de Protecção é ilegal ou inadequada à promoção dos direitos ou à protecção da criança ou do jovem;
- h) Decorridos seis meses após o conhecimento da situação pelo Serviço de Protecção não tenha sido proferida qualquer decisão;



- i) Na sequência da aplicação de procedimento urgente previsto no artigo 147.º;
- j) O Tribunal decide a apensação do processo do Serviço de Protecção ao processo judicial, nos termos do artigo 137.º.

2. A intervenção judicial tem ainda lugar quando, atendendo à gravidade da situação de perigo, à especial relação da criança ou do jovem com quem a provocou ou ao conhecimento de anterior incumprimento reiterado de medida de promoção e protecção por quem deva prestar consentimento, o Ministério Público, oficiosamente ou sob proposta do Serviço de Protecção, entenda, de forma justificada, que, no caso concreto, não se mostra adequada a intervenção do Serviço de Protecção.

3. Para efeitos do disposto nos números anteriores, o Serviço de Protecção deve remeter o processo ao Ministério Público.

## **Secção II**

### **Serviço de Promoção e Protecção de Crianças e Jovens em Perigo**

#### **Subsecção I**

#### **Disposições gerais**

##### **Artigo 87.º**

##### **Natureza**

O Serviço de Promoção e de Protecção de crianças e jovens em perigo, adiante designado Serviço de Protecção é o organismo oficial não judiciário com autonomia funcional que visa promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações susceptíveis de afectar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral.

##### **Artigo 88.º**

##### **Legitimidade da intervenção**

1. A intervenção para promoção dos direitos e protecção da criança e do jovem em perigo tem lugar em todas as situações previstas no n.º 2 do artigo 82.º.

2. A intervenção do Serviço de Protecção deve articular-se em parceria com as restantes entidades com competência em matéria de infância e juventude, nomeadamente, escolas, serviços de saúde ou entidades culturais, desportivas ou

recreativas da comunidade e instituições afins, de modo a actuar suficiente e adequadamente para remover o perigo em que se encontram as crianças ou jovens.

##### **Artigo 89.º**

##### **Princípios orientadores da intervenção**

A intervenção para a promoção dos direitos e protecção da criança e do jovem em perigo obedece aos princípios previstos no artigo 6.º.

##### **Artigo 90.º**

##### **Consentimento e não oposição**

1. A intervenção do Serviço de Protecção carece do consentimento do representante legal ou da pessoa que tenha a guarda de facto, consoante o caso, e da não oposição da criança ou jovem com idade igual ou superior a 12 anos, desde que se afigure vantajosa ao sucesso da intervenção.

2. O consentimento do representante legal ou da pessoa que tenha a guarda de facto da criança ou jovem, é solicitado quando não se trate de situações de maus tratos, abuso sexual ou de quaisquer outras situações que possam agravar ou precipitar a situação de perigo em que se encontra a criança ou jovem e que não permitam a ocultação de provas e ou orientação das testemunhas ou vítimas, nomeadamente da criança ou jovem.

##### **Artigo 91.º**

##### **Colaboração**

1. Os serviços públicos, as autoridades administrativas e as entidades policiais têm o dever de colaborar com o Serviço de Protecção no exercício das suas atribuições.

2. O dever de colaboração incumbe igualmente às pessoas singulares e colectivas que para tal sejam solicitadas.

3. O dever de colaboração abrange a prestação de informação e a emissão, de certidões, relatórios e quaisquer outros documentos considerados necessários pelo Serviço de Protecção, no exercício das suas competências de promoção e protecção, sem quaisquer encargos.



## **Subsecção II Das Comunicações**

### **Artigo 92.º Comunicação das situações de perigo**

1. Todas as entidades com competência em matéria de infância e juventude, entidades policiais e as autoridades judiciais, têm o dever de comunicar ao Serviço de Protecção todas as situações de crianças e jovens em risco e ou em perigo de que tenham conhecimento no exercício das suas funções.

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, as autoridades judiciárias adoptam as providências tutelares cíveis adequadas.

3. Qualquer pessoa que tenha conhecimento das situações previstas no n.º 2 do artigo 82.º deve, obrigatoriamente, comunicá-las às entidades com competência em matéria de infância ou juventude, às entidades policiais, ao Serviço de Protecção ou às autoridades judiciárias.

4. O Serviço de Protecção deve comunicar sempre ao Ministério Público todas as situações que ultrapassem as suas competências enquanto órgãos não judiciais, que impliquem disponibilidade de meios de que não disponham, que configurem a aplicação de medidas de acolhimento ou de adopção, que constituem crime e ainda em todas as situações que impliquem a alteração do regime de exercício, a inibição de responsabilidade parental, a instauração da tutela ou a adopção de qualquer outra providência cível.

5. Na comunicação ao Ministério Público devem ser indicados todos os elementos necessários para ser instaurada a acção própria.

### **Artigo 93.º Participação dos crimes cometidos contra crianças e jovens**

Quando os factos que tenham determinado a situação de perigo constituam crime, as entidades com competência em matéria de infância e juventude e o Serviço de Protecção devem ser directamente comunicados ao Ministério Público ou às entidades policiais, sem prejuízo das comunicações previstas nos artigos anteriores.

## **Artigo 94.º Consequências das comunicações**

1. As comunicações previstas nos artigos anteriores não determinam a cessação da intervenção das entidades e instituições.

2. As comunicações previstas no presente capítulo devem indicar as providências tomadas para a protecção da criança ou do jovem, acompanhados de todos os elementos disponíveis e relevantes para apreciação da situação, de forma a salvaguardar a intimidade da criança ou do jovem.

## **Subsecção III Das competências, Composição e Funcionamento**

### **Artigo 95.º Competência territorial**

O Serviço de Protecção exerce a sua competência na área em todo território nacional.

### **Artigo 96.º Competências do Serviço de Protecção**

1. Compete ao Serviço de Protecção intervir nas situações em que uma criança ou jovem está em perigo.

2. Compete ainda designadamente ao Serviço de Protecção:

- a) Atender e informar às pessoas que se dirigem ao Serviço de Protecção;
- b) Apreciar liminarmente as situações de que o Serviço de Protecção tenha conhecimento, e decidir arquivar o caso quando se verifique manifesta e desnecessária a intervenção ou a abertura de processo de promoção de direitos e de protecção;
- c) Proceder à instrução dos processos;
- d) Solicitar parecer e colaboração de técnicos ou de outras pessoas e entidades públicas ou privadas;
- e) Decidir a aplicação e acompanhar e rever as medidas de promoção e protecção.

3. Compete ainda promover os direitos da criança e do jovem, nomeadamente:

- a) Informar a comunidade sobre os direitos da criança e do jovem e sensibilizá-la para os apoiar sempre que estes conheçam especiais dificuldades;
- b) Promover acções e colaborar com as entidades competentes tendo em vista a detectar os factos e situações que, na área da sua competência territorial, afectem os direitos e interesses da criança e do jovem, ponham em perigo a sua segurança, saúde, formação ou educação ou se mostrem desfavoráveis ao seu desenvolvimento e inserção social;
- c) Informar e colaborar com as entidades competentes no levantamento das carências e na identificação e mobilização dos recursos necessários à promoção dos direitos, do bem-estar e do desenvolvimento integral da criança e do jovem;
- d) Colaborar com as entidades competentes no estudo e elaboração de projectos inovadores no domínio da prevenção primária dos factores de risco e no apoio às crianças e jovens em perigo;
- e) Colaborar com as entidades competentes na constituição e funcionamento de uma rede de acolhimento de crianças e jovens, bem como na formulação de outras respostas sociais adequadas;
- f) Dinamizar e dar parecer sobre programas destinados às crianças e aos jovens em perigo.

#### Artigo 97.º

##### **Vinculação das decisões**

1. As decisões do Serviço de Protecção são vinculativas e de execução obrigatória para os serviços e as demais entidades que trabalham na área da infância e da juventude, salvo a oposição devidamente fundamentada.

2. O Serviço de Protecção comunica ao Ministério Público as situações em que um serviço ou entidade se oponha à execução das suas deliberações.

#### **Subsecção IV** **Da avaliação do Serviço de Protecção**

#### Artigo 98.º

##### **Avaliação**

1. O Serviço de Protecção elabora anualmente um relatório nacional de actividades desenvolvidas, com identificação da situação e dos problemas existentes em matéria de promoção dos direitos e protecção das crianças e jovens em perigo, incluindo dados estatísticos e informações que permitam conhecer a natureza dos casos apreciados e as medidas aplicadas e avaliar as dificuldades e a eficácia da intervenção.

2. O relatório é remetido à Assembleia Nacional, ao Tribunal, ao Ministério Público e aos Ministérios encarregues pelas áreas de Justiça, da Educação e da Saúde, até 31 de Janeiro do ano seguinte àquele a que respeita.

#### Artigo 99.º

##### **Auditoria e inspecção**

O Serviço de Protecção é objecto de auditorias e de inspecção nos termos da lei e sempre que o Ministério Público e os Ministérios encarregues pelas áreas de Justiça, Assuntos Sociais e da Educação o entendam necessário.

#### **Subsecção V** **Do processo no Serviço de Protecção**

#### Artigo 100.º

##### **Iniciativa da intervenção do Serviço de Protecção**

O Serviço de Protecção intervém:

- a) Aquando da solicitação da criança ou do jovem, do seu representante legal ou das pessoas que tenham a sua guarda de facto;
- b) Por sua iniciativa, em situações de que tiver conhecimento no exercício das suas atribuições;
- c) Sempre que receber, por parte das entidades com competência em matéria de infância e juventude, entidades policiais, autoridades judiciais, ou qualquer cidadão, informação sobre possíveis situações de risco ou perigo para uma criança ou jovem.

## Artigo 101.º

**Informação e audição dos interessados**

1. O Serviço de Protecção, recebida a comunicação da situação ou depois de proceder a diligências sumárias que a confirmem, deve contactar a criança ou o jovem, os titulares da responsabilidade parental ou a pessoa com quem a criança ou o jovem residam, informando-os da situação e ouvindo-os sobre ela.

2. O Serviço de Protecção deve informar as pessoas referidas no número anterior do modo como se processa a sua intervenção e das medidas que pode tomar.

## Artigo 102.º

**Processo**

1. O processo inicia-se com o recebimento da comunicação escrita ou com o registo das comunicações verbais ou dos factos de que o referido Serviço de Protecção tiver conhecimento.

2. O processo do Serviço de Protecção inclui a recolha de informações, as diligências e os exames necessários e adequados ao conhecimento da situação, à fundamentação da decisão, à aplicação da respectiva medida e à sua execução.

3. O processo é organizado de modo que nele seja registado, por ordem cronológica, todos os actos e diligências praticados ou solicitados pelo Serviço de Protecção.

4. Relativamente a cada processo, é transcrita de forma sumária a decisão e a sua fundamentação.

## Artigo 103.º

**Decisão relativa à medida**

Reunidos os elementos sobre a situação da criança ou do jovem, o Serviço de Protecção aprecia o caso, arquivando o processo quando a situação de perigo não se confirme ou já não subsista, ou decide a aplicação da medida adequada pelos prazos previstos no artigo 115.º.

## Artigo 104.º

**Diligências nas situações de guarda ocasional**

1. Quando a criança ou o jovem se encontre a viver com uma pessoa que não detenha a responsabilidade parental, não seja o seu

representante legal, nem tenha a sua guarda de facto, o Serviço de Protecção deve diligenciar por todos os meios ao seu alcance, no sentido de entrar em contacto com as pessoas que detenham o poder parental a fim de que estes ponham cobro à situação de perigo ou participem na intervenção do Serviço de Protecção.

2. Até ao momento em que o contacto com os pais ou representantes legais seja possível e sem prejuízo dos procedimentos de urgência, o Serviço de Protecção proporciona à criança ou ao jovem os meios de apoio adequados.

## Artigo 105.º

**Arquivamento do processo**

Cessando a medida, o processo é arquivado, só podendo ser reaberto se ocorrerem novos factos que justifiquem a aplicação de medida de promoção e protecção.

**Capítulo III****Medidas de Promoção dos Direitos e de Protecção****Secção I****Das Medidas****Subsecção I****Disposições Gerais**

## Artigo 106.º

**Finalidade**

As medidas de promoção dos direitos e de protecção das crianças e dos jovens em perigo, adiante designadas por medidas de promoção e protecção, visam:

- a) Afastar o perigo em que estes se encontram;
- b) Proporcionar-lhes as condições que permitam proteger e promover a sua segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral;
- c) Garantir a recuperação física e psicológica das crianças e jovens vítimas de qualquer forma de exploração ou abuso.

**Artigo 107.º**  
**Medidas**

1. As medidas de promoção e protecção são as seguintes:

- a) Apoio junto dos pais;
- b) Apoio junto de outro familiar;
- c) Apoio para a autonomia de vida;
- d) Confiança à pessoa idónea;
- e) Acolhimento familiar;
- f) Acolhimento institucional;
- g) Confiança à pessoa seleccionada para a adopção, à família de acolhimento ou à instituição, com vista à futura adopção.

2. A aplicação das medidas de protecção deve obedecer a graduação indicada no número anterior.

3. Só se pode afastar uma medida e aplicar a subsequente nas situações em que a anterior não for suficiente para a salvaguarda do superior interesse da criança ou jovem, com a devida fundamentação.

4. A medida referida na alínea a) pode ser aplicada cumulativamente com qualquer outra medida, com excepção da mencionada na alínea g).

5. As medidas de promoção e de protecção são executadas no meio natural de vida ou em regime de colocação, consoante a sua natureza, e podem ser decididas a título provisório, com excepção da alínea g).

6. Consideram-se medidas a executar no meio natural de vida as previstas nas alíneas a), b), c) e d) do n.º 1 e medidas de colocação as previstas nas alíneas e) e f); a medida prevista na alínea g) é considerada a executar no meio natural de vida no primeiro caso e de colocação no segundo e terceiro.

7. A execução das medidas de colocação segue os termos prescritos no presente Diploma.

**Artigo 108.º**  
**Competência para aplicação das medidas**

1. A aplicação das medidas de execução no meio natural de vida, previstas nas alíneas a), b) e c) do n.º 1 do artigo 107.º, é da competência do Serviço de Protecção.

2. A aplicação da medida de execução do meio natural de vida referida na alínea d) e as medidas de colocação, previstas nas alíneas e), f) e g) do n.º 1 do artigo 107.º é da competência exclusiva dos Tribunais.

3. A medida de confiança à pessoa seleccionada para a adopção, à família de acolhimento ou à instituição com vista à futura adopção, aplicável quando se verifique alguma das situações previstas no Código de Família, consiste:

- a) Na colocação da criança ou do jovem sob a guarda de candidato seleccionado para a adopção pelo competente organismo de protecção social;
- b) Ou na colocação da criança ou do jovem sob a guarda de família de acolhimento ou de instituição com vista à futura adopção.

**Subsecção II**  
**Acordo de promoção e protecção****Artigo 109.º**  
**Acordo de promoção e protecção**

As medidas aplicadas pelo Serviço de Protecção ou em processo judicial constituem o acordo de promoção e protecção e incluem obrigatoriamente:

- a) A identificação do técnico a quem cabe o acompanhamento do caso;
- b) O prazo por que é estabelecido e em que deve ser revisto;
- c) Os objectivos que se pretendem alcançar;
- d) A identificação de todos os intervenientes e a descrição pormenorizada de todos os trâmites do processo, nomeadamente: funções e papel de cada interveniente; critérios a cumprir para a prossecução dos objectivos definidos na alínea c) e prazos para o cumprimento de cada critério;

- e) Os direitos e deveres de cada interveniente.

**Artigo 110.º**

**Acordo de promoção e protecção relativo a medidas em meio natural de vida**

1. No processo de promoção e de protecção em que se estabeleçam medidas a executar no meio natural de vida devem constar, nomeadamente, as cláusulas seguintes:

- a) Os cuidados de alimentação, higiene, saúde e conforto a prestar à criança ou ao jovem pelos pais ou pelas pessoas a quem sejam confiados;
- b) A identificação do responsável pela criança ou pelo jovem durante o tempo em que não possa ou não deva estar na companhia ou sob a vigilância dos pais ou das pessoas a quem estejam confiados, por razões laborais ou outras consideradas relevantes;
- c) O plano de escolaridade, formação profissional, trabalho e ocupação dos tempos livres;
- d) O plano de cuidados de saúde, incluindo consultas médicas e de orientação psicopedagógica, bem como o dever de cumprimento das directivas e orientações fixadas;
- e) O apoio económico a prestar, sua modalidade, duração e entidade responsável pela atribuição, bem como os pressupostos da concessão.

2. Nos casos previstos na alínea e) do n.º 2 do artigo 82.º, se o perigo resultar de comportamentos adoptados em razão de alcoolismo, toxicodependência ou doença psiquiátrica dos pais ou das pessoas a quem a criança ou o jovem esteja confiado, o acordo inclui ainda a menção de que a permanência da criança na companhia destas pessoas é condicionada à sua submissão a tratamento e ao estabelecimento de compromisso nesse sentido.

3. Quando a intervenção seja determinada pela situação prevista na alínea f) do n.º 2 do artigo 82.º, podem ainda constar do acordo directivas e obrigações fixadas à criança ou ao jovem relativamente a meios ou locais que não deva

frequentar, pessoas que não deva acompanhar, substâncias ou produtos que não deva consumir e condições e horários dos tempos de lazer.

**Artigo 111.º**

**Acordo de promoção e protecção relativo a medidas de colocação**

1. No processo de promoção e protecção em que se estabeleçam medidas de colocação em meio institucional devem ainda constar, com as devidas adaptações, para além das cláusulas enumeradas nos artigos anteriores:

- a) A modalidade do acolhimento e o tipo de família ou de lar em que o acolhimento tem lugar;
- b) Os direitos e os deveres dos intervenientes, nomeadamente a periodicidade das visitas por parte da família ou das pessoas com quem a criança ou o jovem tenha especial ligação afectiva, os períodos de visita à família, quando isso seja do seu interesse, e o montante da prestação correspondente aos gastos com o sustento, educação e saúde da criança ou do jovem e a identificação dos responsáveis pelo pagamento;
- c) A periodicidade e o conteúdo da informação a prestar às entidades administrativas e às autoridades judiciais, bem como a identificação da pessoa ou da entidade que a deve prestar.

2. A informação a que se refere a alínea c) do número anterior deve conter os elementos necessários para avaliar o desenvolvimento da personalidade, o aproveitamento escolar, a progressão em outras aprendizagens, a adequação da medida aplicada e a possibilidade do regresso, ou não, da criança ou do jovem à família bem como de outra solução de tipo familiar adequada à promoção dos seus direitos e protecção, ou de autonomia de vida.



**Subsecção III**  
**Acompanhamento, Duração, Revisão e**  
**Cessação das Medidas**

Artigo 112.º

**Acompanhamento da execução das medidas**

1. O Serviço de Protecção executa as medidas nos termos do acordo estabelecido no processo de promoção e protecção.

2. A execução da medida aplicada em processo judicial é dirigida e controlada pelo Tribunal que a aplicou.

3. Para efeitos do disposto no número anterior, o Tribunal designa a entidade que considere mais adequada, para executar as medidas.

4. Nos casos das medidas de colocação em instituição, a situação é obrigatoriamente reexaminada ao final de três meses observando-se obrigatoriamente o término da medida no prazo de seis meses a partir da colocação da criança ou jovem.

Artigo 113.º

**Duração das medidas**

1. Sem prejuízo do disposto no n.º 2, as medidas previstas nas alíneas a), b), c), d), e) e f) do artigo 107.º têm a duração estabelecida no acordo ou na decisão judicial.

2. As medidas referidas no número anterior não podem ter duração superior a seis meses, podendo, todavia, serem prorrogadas até 12 meses se o interesse da criança ou do jovem o aconselhar e desde que se mantenham os consentimentos e os acordos legalmente exigidos.

3. Excepcionalmente, quando a defesa do superior interesse da criança ou do jovem o imponha, a medida prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 107.º pode ser prorrogada até que aqueles perçam os 21 anos de idade.

Artigo 114.º

**Duração da medida de confiança à pessoa**  
**seleccionada para a adopção, à família de**  
**acolhimento ou à instituição com vista a adopção**

1. Salvo o disposto no número seguinte, à medida de confiança à pessoa seleccionada para a adopção,

à família de acolhimento ou à instituição com vista a adopção, dura até ser decretada a adopção e não está sujeita a revisão.

2. A título excepcional, a medida é revista, nos casos em que a sua execução se revele manifestamente inviável, designadamente quando a criança atinja a idade limite para a adopção sem que o projecto adoptivo tenha sido concretizado.

3. Na sentença que aplique a medida prevista no n.º 1, o Tribunal designa curador provisório ao menor, o qual exerce funções até que seja decretada a adopção ou instituída outra medida tutelar cível.

4. O curador provisório é a pessoa a quem o menor tiver sido confiado.

5. Em caso de confiança à instituição ou família de acolhimento, o curador provisório é, de preferência, quem tenha um contacto mais directo com a criança, devendo, a requerimento do organismo de protecção social ou da instituição particular autorizada a intervir em matéria de adopção, a curadoria provisória ser transferida para o candidato a adoptante, logo que seleccionado.

6. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, aplicada a medida prevista no n.º 1, não há lugar a visitas por parte da família biológica ou adoptante.

7. Em casos devidamente fundamentados e em função da defesa do superior interesse do adoptando, podem ser autorizados contactos entre irmãos.

Artigo 115.º

**Revisão das medidas**

1. A medida aplicada é obrigatoriamente revista findo o prazo fixado no acordo de promoção e protecção ou na decisão judicial, e, em qualquer caso, decorridos períodos nunca superiores a seis meses.

2. A revisão da medida pode ter lugar antes de decorrido o prazo fixado no processo de promoção e protecção ou na decisão judicial, oficiosamente ou a pedido das crianças, jovens ou família, desde que ocorram factos que a justifiquem.

3. A decisão de revisão determina a verificação das condições de execução da medida e pode determinar, ainda:



- a) A cessação da medida;
- b) A substituição da medida por outra mais adequada;
- c) A continuação ou a prorrogação da execução da medida.

4. Nos casos previstos no número anterior, a decisão de revisão deve ser fundamentada de facto e de direito, em coerência com o projecto de vida da criança ou jovem.

5. É decidida a cessação da medida sempre que a sua aplicação se mostre desnecessária.

6. As decisões tomadas na revisão constituem parte integrante dos processos de promoção e protecção ou da decisão judicial.

#### Artigo 116.º Cessação das medidas

1. As medidas cessam quando:

- a) Decorra o respectivo prazo de duração ou eventual prorrogação;
- b) A decisão de revisão lhes ponha termo;
- c) Seja decretada a adopção, nos casos previstos nos artigos 121.º e 122.º;
- d) O jovem atinja a maioridade ou, nos casos em que tenha solicitado a continuação da medida para além da maioridade, complete 21 anos;
- e) Seja proferida decisão em procedimento cível que assegure o afastamento da criança ou do jovem da situação de perigo.

2. Aquando da cessação da medida aplicada, o Serviço de Protecção ou o Tribunal efectua as comunicações eventualmente necessárias junto das entidades referidas no artigo 84.º, tendo em vista o acompanhamento da criança, jovem e sua família, pelo período que se julgue adequado.

## Secção II Medidas no Meio Natural de Vida

### Artigo 117.º Apoio junto dos pais

A medida de apoio junto dos pais consiste em proporcionar à criança ou jovem apoio de natureza psicopedagógica e social e, quando necessário, ajuda económica ou logística.

### Artigo 118.º Apoio junto de outro familiar

A medida de apoio junto de outro familiar consiste na colocação da criança ou do jovem sob a guarda de um familiar com quem resida ou a quem seja entregue, acompanhada de apoio de natureza psicopedagógica e social e, quando necessário, ajuda económica ou logística.

### Artigo 119.º Educação parental

Quando sejam aplicadas as medidas previstas nos artigos 117.º e 118.º, os pais ou os familiares a quem a criança ou o jovem sejam entregues devem beneficiar de um programa de formação visando o melhor exercício das funções e competências parentais.

### Artigo 120.º Apoio à família

As medidas de apoio previstas nos artigos 117.º e 118.º podem abranger o agregado familiar da criança e do jovem.

### Artigo 121.º Confiança a pessoa idónea

1. A medida de confiança a pessoa idónea consiste na colocação da criança ou do jovem sob a guarda de uma pessoa que, não pertencendo à sua família, com eles tenha estabelecido relação de afectividade recíproca.

2. Entende-se por pessoa idónea aquela que:

- a) Tenha idade compreendida entre os 25 e os 60 anos;
- b) Não tenha sido condenada, por sentença transitada em julgado, por crimes contra

menores, contra a vida, a integridade física, a liberdade pessoal, a autodeterminação sexual;

- c) Tenha estabilidade familiar e emocional e esteja no pleno gozo dos seus direitos civis e morais.

3. A medida de confiança é aplicada nos termos previstos neste Diploma.

#### Artigo 122.º

#### **Confiança à pessoa seleccionada para a adopção ou à instituição com vista a futura adopção**

A medida de confiança à pessoa seleccionada para a adopção ou à instituição com vista a futura adopção, consiste:

- a) Na colocação da criança ou do jovem sob a guarda de candidato seleccionado para a adopção ou;
- b) Na colocação da criança ou do jovem sob a guarda de instituição com vista a futura adopção.

#### Artigo 123.º

#### **Apoio para a autonomia de vida**

1. A medida de apoio para a autonomia de vida consiste em proporcionar directamente ao jovem com idade superior a 15 anos apoio económico, logístico e acompanhamento psicopedagógico e social, nomeadamente através do acesso a programas de formação, visando proporcionar-lhe condições que o habilitem e lhe permitam viver por si só e adquirir progressivamente autonomia de vida.

2. A medida referida no número anterior pode ser aplicada aos pais adolescentes com idade inferior a 15 anos, quando se verifique que a situação aconselha a aplicação desta medida.

### **Secção III Medidas de Colocação**

#### **Subsecção I Acolhimento Familiar**

#### Artigo 124.º

#### **Definição**

1. O acolhimento familiar consiste na atribuição da confiança da criança ou do jovem a uma pessoa singular ou a uma família, habilitadas para o efeito, visando a sua integração em meio familiar e a prestação de cuidados adequados às suas necessidades e bem-estar e a educação necessária ao seu desenvolvimento integral.

2. Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se que constitui uma família duas pessoas casadas ou unidas de facto entre si ou que vivam uma com a outra há mais de dois anos ou parentes que vivam em comunhão de mesa e habitação.

3. Privilegia-se a aplicação da medida de acolhimento familiar sobre a de acolhimento institucional, em especial relativamente às crianças até aos sete anos de idade e deve ser fundamentado quando se constata a impossibilidade de facto.

#### Artigo 125.º

#### **Tipos de famílias de acolhimento**

1. Podem constituir-se famílias de acolhimento em lar familiar.

2. A família de acolhimento em lar familiar é constituída por pessoas que se encontrem nas situações previstas no n.º 2 do artigo anterior.

#### Artigo 126.º

#### **Modalidades de família de acolhimento**

1. O acolhimento familiar é de curta duração, tendo lugar durante o tempo estritamente necessário ao diagnóstico da situação e à definição do projecto de vida para a criança ou jovem.

2. O acolhimento familiar de curta duração tem lugar quando seja previsível o retorno da criança ou do jovem à família natural em prazo não superior a seis meses.

3. O acolhimento prolongado tem lugar nos casos em que, sendo previsível o retorno à família natural, circunstâncias relativas à criança ou ao jovem exijam um acolhimento de maior duração.

## **Subsecção II**

### **Acolhimento em Instituição**

#### **Artigo 127.º**

#### **Noção de acolhimento em instituição**

1. O acolhimento em instituição consiste na colocação da criança ou jovem em perigo aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações e equipamento de acolhimento e de uma equipa técnica e educativa permanente, que proceda ao diagnóstico da situação e à definição de um projecto pessoal de vida no prazo máximo de seis meses.

2. O acolhimento em instituição tem como finalidade contribuir para a criação de condições que garantam a adequada satisfação de necessidades físicas, psíquicas, emocionais e sociais das crianças e jovens e o efectivo exercício dos seus direitos, favorecendo a sua integração em contexto sócio-familiar seguro e promovendo a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral.

## **Capítulo IV**

### **Intervenção do Ministério Público**

#### **Artigo 128.º**

#### **Atribuições**

1. O Ministério Público intervém na promoção e defesa dos direitos das crianças e jovens em perigo, nos termos do presente Código, podendo exigir aos pais, ao representante legal ou a quem tenha a sua guarda de facto os esclarecimentos necessários.

2. O Ministério Público acompanha a actividade do Serviço de Protecção, tendo em vista apreciar a legalidade e a adequação das decisões, a fiscalização da sua actividade processual e a promoção dos procedimentos judiciais adequados.

3. Compete, ainda, de modo especial, ao Ministério Público representar as crianças e jovens em perigo, propondo acções, requerendo providências tutelares cíveis e usando de quaisquer meios judiciais necessários à promoção e defesa dos seus direitos e à sua protecção.

#### **Artigo 129.º**

#### **Iniciativa do processo judicial de promoção e protecção**

1. O Ministério Público requer a abertura do processo judicial de promoção dos direitos e de protecção quando:

- a) Tenha conhecimento das situações de crianças e jovens em perigo;
- b) Recebidas as comunicações a que se referem os n.º 4 e 5 do artigo 92.º, considere necessária a aplicação judicial de uma medida de promoção e protecção;
- c) Requeira a apreciação judicial da decisão do Serviço de Protecção nos termos do artigo 132.º.

2. No caso previsto na alínea b) do número anterior, o Ministério Público, antes de requerer a abertura do processo judicial, pode requisitar ao Serviço de Protecção o processo relativo ao menor e solicitar-lhe os esclarecimentos que tiver por convenientes.

#### **Artigo 130.º**

#### **Arquivamento liminar**

O Ministério Público arquiva liminarmente, através de despacho fundamentado, as comunicações que receba quando seja manifesta a sua falta de fundamento ou a desnecessária intervenção.

#### **Artigo 131.º**

#### **Requerimento de providências tutelares cíveis**

O Ministério Público requer ao Tribunal as providências tutelares cíveis adequadas:

- a) Quando o Serviço de Protecção lhe haja remetido o processo de promoção e protecção por falta de competência para aplicação da medida adequada, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 92.º, e concorde com o entendimento do Serviço de Protecção;
- b) Sempre que considere necessário, nomeadamente nas situações previstas no artigo 92.º.

**Artigo 132.º****Requerimento para apreciação judicial**

1. O Ministério Público requer a apreciação judicial da decisão do Serviço de Protecção quando entenda que as medidas aplicadas são ilegais ou inadequadas para promoção dos direitos e protecção da criança ou do jovem em perigo.

2. O requerimento para apreciação judicial da decisão do Serviço de Protecção indica os fundamentos da necessidade de intervenção judicial e é acompanhado do processo da comissão.

3. Para efeitos do número anterior, o Ministério Público requisita previamente ao Serviço de Protecção o respectivo processo.

4. O requerimento para apreciação judicial deve ser apresentado no prazo de 15 dias após o recebimento da comunicação da decisão do Serviço de Protecção pelo Ministério Público e dele é dado conhecimento ao Serviço de Protecção.

5. O responsável do Serviço de Protecção é ouvido sob o requerimento do Ministério Público.

**Capítulo V****Disposições processuais gerais****Artigo 133.º****Disposições comuns**

As disposições do presente capítulo aplicam-se aos processos de promoção dos direitos e de protecção, adiante designados processos de promoção e protecção, instaurados no Serviço de Protecção ou nos Tribunais.

**Artigo 134.º****Carácter urgente dos processos de promoção e protecção**

1. O diagnóstico da situação da criança ou do jovem e a definição do projecto de vida ou da medida a aplicar não pode, em caso algum exceder os seis meses, sob pena de responsabilidade disciplinar dos intervenientes.

2. As medidas de colocação em instituição têm sempre um carácter provisório e são aplicáveis nas situações de emergência ou enquanto se procede ao diagnóstico da situação da criança ou do jovem e à definição do seu encaminhamento subsequente, não

devendo igualmente a sua duração prolongar-se por mais de seis meses.

3. O prazo referido no n.º 2 apenas pode ser prolongado nas situações específicas em que não exista de todo a possibilidade de colocação da criança ou do jovem em ambiente familiar ou nos casos em que o projecto de vida passe pela autonomia de vida.

**Artigo 135.º****Carácter individual e confidencial do processo**

1. O processo de promoção e protecção é individual, sendo organizado um único processo para cada criança ou jovem e é de carácter confidencial.

2. Os representantes legais e as pessoas que detenham a guarda de facto podem consultar o processo pessoalmente sob supervisão, se o juiz o autorizar.

**Artigo 136.º****Competência territorial**

1. É competente para a aplicação das medidas de promoção e protecção o Tribunal da área da residência da criança ou do jovem no momento em que é recebida a comunicação da situação ou instaurado o processo judicial.

2. Se a residência da criança ou do jovem não for conhecida, nem for possível determiná-la, é competente o Tribunal do lugar onde aquele for encontrado.

3. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o Tribunal do lugar onde a criança ou o jovem for encontrado realiza as diligências consideradas urgentes e toma as medidas necessárias para a sua protecção imediata.

4. Se, após a aplicação da medida não cautelar, a criança ou o jovem mudar de residência por período superior a três meses, o processo é remetido ao Tribunal da área da nova residência.

5. Salvo o disposto no número anterior, são irrelevantes as modificações de facto que ocorrerem posteriormente ao momento da instauração do processo.

**Artigo 137.º****Apensação de processos**

Sem prejuízo das regras de competência territorial, quando a situação de perigo abranger simultaneamente mais de uma criança ou jovem, pode ser instaurado um único processo e, tendo sido instaurado processos distintos, pode proceder-se à apensação de todos eles ao que foi instaurado em primeiro lugar, se as relações familiares ou as situações de perigo em concreto o justificarem.

**Artigo 138.º****Apensação de processos de natureza diversa**

1. Quando, relativamente à mesma criança ou jovem, forem instaurados sucessivamente processos de promoção e protecção, ou relativos a providências tutelares cíveis, devem os mesmos correr por apenso, sendo competente para deles conhecer o juiz do processo instaurado em primeiro lugar, independentemente do estado do processo.

2. A apensação referida no número anterior só é determinada relativamente ao processo de promoção e protecção a correr termos no Serviço de Protecção, se o juiz, por despacho fundamentado, entender que existe ou pode existir incompatibilidade das respectivas medidas ou decisões.

3. Para a observância do disposto no número anterior, o juiz solicita ao Serviço de Protecção que o informe sobre qualquer processo de promoção e protecção pendente ou que venha a ser instaurado posteriormente relativamente à mesma criança ou jovem.

**Artigo 139.º****Jovem arguido em processo penal**

1. Quando relativamente a um mesmo jovem correrem simultaneamente processo de promoção e protecção e processo penal, o Serviço de Protecção ou a Secção de família e menores remete à autoridade judiciária competente para o processo penal, cópia da respectiva decisão, podendo acrescentar as informações sobre a inserção familiar e sócio-profissional do jovem que considere adequadas.

2. Os elementos referidos no número anterior são remetidos após a notificação ao jovem do despacho que designa dia para a audiência de julgamento.

3. Quando o jovem seja preso preventivamente, os elementos constantes do n.º 1 podem ser remetidos a todo o tempo, à solicitação deste ou do defensor, ou com o seu consentimento.

4. As autoridades judiciárias participam às entidades competentes em matéria de promoção dos direitos e protecção as situações de jovens arguidos em processo penal que se encontrem em perigo, remetendo-lhes os elementos de que disponham e que se mostrem relevantes para a apreciação da situação, nos termos do n.º 2 do artigo 94.º.

**Artigo 140.º****Aproveitamento dos actos anteriores**

O Serviço de Protecção e os Tribunais devem abster-se de ordenar a repetição de diligências já efectuadas, nomeadamente relatórios sociais ou exames médicos, salvo quando o interesse superior da criança ou do jovem exija a sua repetição ou esta se torne necessária para assegurar o princípio do contraditório.

**Artigo 141.º****Audição da criança e do jovem**

1. As crianças com mais de sete anos e os jovens, quando a sua capacidade para compreender o sentido da intervenção o aconselhe, são ouvidos pelo Serviço de Protecção ou pelo juiz sobre as situações que deram origem à intervenção e relativamente à aplicação, revisão ou cessação de medidas de promoção e protecção.

2. A criança ou o jovem tem direito a ser ouvido individualmente ou acompanhado pelo seu representante legal, por advogado da sua escolha ou oficioso ou por pessoa da sua confiança.

3. Sempre que se trate de situações em que os pais ou quem detenha a guarda de facto da criança ou jovem, sejam os causadores de negligência, maus-tratos ou abuso, a criança ou o jovem deve ser preservado de partilhar o mesmo espaço com os agressores, no Tribunal ou no Serviço de Protecção e não deve ser ouvida na presença dos agressores ou presumíveis agressores.



**Artigo 142.º****Audição dos titulares de responsabilidade parental e dos técnicos envolvidos no processo**

1. Os representantes legais e as pessoas que tenham a guarda de facto da criança ou do jovem são obrigatoriamente ouvidos sobre a situação que originou a intervenção e relativamente à aplicação, revisão ou cessação de medidas de promoção e protecção.

2. Ressalvam-se do disposto no número anterior as situações de ausência, mesmo que de facto, por impossibilidade de contacto devido ao desconhecimento do paradeiro, ou a outra causa de impossibilidade, e os de inibição do exercício das responsabilidades parentais.

3. Os técnicos que tenham estado envolvidos na retirada e acompanhamento da medida, do Serviço de Protecção, instituições de acolhimento, da protecção social ou de qualquer outra entidade, devem igualmente ser obrigatoriamente ouvidos sobre a situação que originou a intervenção e relativamente à aplicação, revisão ou cessação de medidas de promoção e protecção.

4. Os técnicos referidos no n.º 3 não devem ser ouvidos na presença dos pais ou detentores da guarda de facto da criança ou jovem.

**Artigo 143.º****Assistência**

1. O processo deve decorrer de forma compreensível para a criança ou jovem, considerando a idade e o seu grau de desenvolvimento intelectual e psicológico.

2. Na audição da criança ou do jovem e no decurso de outros actos processuais ou diligências que o justifiquem, o Serviço de Protecção ou o juiz podem determinar a intervenção ou a assistência de médicos, psicólogos ou outros especialistas ou de pessoa da confiança da criança ou do jovem, ou determinar a utilização dos meios técnicos que lhes pareçam adequados.

**Artigo 144.º****Exames**

1. Os exames médicos que possam ofender o pudor da criança ou do jovem apenas são ordenados quando for julgado indispensável e o seu superior

interesse o exijam e devem ser efectuados na presença de pessoa da confiança da criança ou do jovem, salvo se o examinado o não desejar.

2. Os exames médicos referidos no número anterior são realizados por pessoal médico devidamente qualificado, sendo garantido à criança ou ao jovem o necessário apoio psicológico.

3. Os exames têm carácter de urgência e, salvo quando outro prazo for exigido pela sua natureza, os respectivos relatórios são apresentados no prazo máximo de 20 dias.

4. O Serviço de Protecção ou o Tribunal podem, quando necessário para assegurar a protecção da criança ou do jovem, requerer ao Tribunal certidão dos relatórios dos exames efectuados em processos relativos aos crimes de que tenham sido vítimas, que possam ser utilizados como meios de prova.

**Artigo 145.º****Consulta para fins científicos**

1. O Serviço de Protecção ou o Tribunal podem autorizar a consulta dos processos por instituições credenciadas no domínio científico ficando todos aqueles que lhe tiverem acesso obrigados ao dever de segredo relativamente à identidade das pessoas singulares de que tomarem conhecimento.

2. A divulgação de quaisquer estudos deve ser feita de modo que torne impossível a identificação das pessoas a quem a informação disser respeito.

**Artigo 146.º****Comunicação social**

1. Os órgãos de comunicação social, sempre que divulguem situações de crianças ou jovens em perigo, não podem identificar, nem transmitir elementos, sons ou imagens que permitam a sua identificação, sob pena de os seus agentes incorrerem na prática de crime de desobediência.

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, os órgãos de comunicação social podem relatar o conteúdo dos actos públicos do processo judicial de promoção e protecção.

3. Sempre que tal seja solicitado e sem prejuízo do disposto no n.º 1, o responsável do Serviço de Protecção ou o juiz do processo informam os órgãos de comunicação social sobre os factos, decisão e



circunstâncias necessárias para a sua correcta compreensão.

## **Capítulo VI**

### **Procedimentos de Urgência**

#### **Artigo 147.º**

##### **Procedimentos urgentes**

1. Quando exista perigo actual ou iminente para a vida ou de grave comprometimento da integridade física ou psíquica da criança ou jovem, e na ausência de consentimento dos detentores da responsabilidade parental ou de quem tenha a guarda de facto, qualquer das entidades referidas no artigo 84.º ou o Serviço de Protecção tomam as medidas adequadas para a sua protecção imediata e solicitam a intervenção do Tribunal ou das entidades policiais.

2. A entidade que intervém nos termos do número anterior dá conhecimento, de imediato, das situações referidas ao Ministério Público ou, quando tal não seja possível, logo que cesse a causa da impossibilidade.

3. Enquanto não for possível a intervenção do Tribunal, as autoridades policiais retiram a criança ou o jovem do perigo em que se encontra e asseguram a sua protecção de emergência em unidades de emergência, nas instalações das entidades referidas no artigo 84.º ou em outro local adequado.

4. O Ministério Público, recebida a comunicação efectuada por qualquer das entidades referidas nos números anteriores, requer imediatamente ao Tribunal competente procedimento judicial urgente nos termos do artigo seguinte.

#### **Artigo 148.º**

##### **Procedimentos judiciais urgentes**

1. O Tribunal, a requerimento do Ministério Público, quando lhe sejam comunicadas as situações referidas no artigo anterior, profere decisão provisória, no prazo de quarenta e oito horas, confirmando as providências tomadas para a imediata protecção da criança ou do jovem, aplicando qualquer uma das medidas previstas no artigo 107.º ou determinando o que tiver por conveniente relativamente ao destino da criança ou do jovem.

2. Para efeitos do disposto no artigo anterior, o Tribunal procede às averiguações sumárias e indispensáveis e ordena as diligências necessárias para assegurar a execução das suas decisões, podendo recorrer às entidades policiais e permitir às pessoas a quem incumba do cumprimento das suas decisões a entrada, durante o dia, em qualquer casa.

3. Proferida a decisão provisória referida no n.º 1, o processo segue os seus termos como processo judicial de promoção e protecção.

## **Capítulo VII**

### **Do processo Judicial de Promoção e Protecção**

#### **Artigo 149.º**

##### **Processo**

O processo judicial de promoção dos direitos e protecção das crianças e jovens em perigo, doravante designado processo judicial de promoção e protecção, é de jurisdição voluntária.

#### **Artigo 150.º**

##### **Tribunal competente**

1. Compete a secção de família e menor a instrução e o julgamento do processo.

2. Fora das áreas abrangidas pela jurisdição da secção de família e menor cabe ao Tribunal da respectiva região conhecer das causas que àqueles estão atribuídas.

3. No caso previsto no número anterior, o Tribunal constitui-se em secção de família e menor.

#### **Artigo 151.º**

##### **Processos urgentes**

1. Os processos judiciais de promoção e protecção são de natureza urgente, correndo nas férias judiciais.

2. Os processos não estão sujeitos à distribuição, sendo imediatamente averbados ao juiz de turno.

#### **Artigo 152.º**

##### **Advogado**

1. O representante legal ou quem tiver a guarda de facto podem, em qualquer fase do processo, constituir advogado ou requerer a nomeação de patrono que o represente, a si ou à criança ou ao

jovem.

2. É obrigatória a nomeação de patrono à criança ou jovem quando os seus interesses e do seu representante legal ou de quem tenha a guarda de facto sejam conflitantes e ainda quando a criança ou jovem com a maturidade adequada o solicitar ao Tribunal.

3. A nomeação do patrono é efectuada nos termos da lei da assistência judiciária.

4. No debate judicial é obrigatória a constituição de advogado ou a nomeação de patrono aos pais quando esteja em causa a aplicação da medida prevista na alínea g) do n.º 1 do artigo 107.º e, em qualquer caso, à criança ou jovem.

#### Artigo 153.º

##### **Contraditório**

1. A criança ou jovem, o seu representante legal ou quem tiver a guarda de facto têm direito a requerer diligências e oferecer meios de prova.

2. No debate judicial podem ser apresentadas alegações escritas e é assegurado o contraditório.

3. O contraditório quanto aos factos e à medida aplicável é sempre assegurado em todas as fases do processo, designadamente na conferência tendo em vista a obtenção de acordo e no debate judicial, quando se aplicar a medida prevista na alínea g) do número 1 do artigo 107.º.

#### Artigo 154.º

##### **Iniciativa processual**

1. A iniciativa processual cabe ao Ministério Público.

2. O representante legal, as pessoas que tenham a guarda de facto e a criança ou jovem com idade superior a 12 anos podem também requerer a intervenção do Tribunal no caso previsto na alínea e) do n.º 1 do artigo 86.º.

#### Artigo 155.º

##### **Fases do processo**

1. O processo de promoção e protecção é constituído pelas fases de instrução, debate judicial, decisão e execução da medida.

2. Recebido o requerimento inicial, o juiz profere despacho de abertura de instrução ou, se considerar que dispõe de todos os elementos necessários:

- a) Designa dia para conferência com vista à obtenção de acordo de promoção e protecção ou tutelar cível adequado;
- b) Decide o arquivamento do processo, nos termos do artigo 159.º; ou
- c) Ordena as notificações a que se refere o n.º 1 do artigo 164.º, seguindo -se os demais termos aí previstos.

#### Artigo 156.º

##### **Despacho inicial**

1. Declarada aberta a instrução, o juiz designa data para a audição obrigatória:

- a) Da criança ou do jovem;
- b) Do representante legal da criança ou do jovem ou da pessoa que tenha a sua guarda de facto;
- c) Dos técnicos envolvidos no processo e que conheçam a situação da criança ou do jovem.

2. Com a notificação da designação da data referida no n.º 1 procede-se também à notificação do representante legal ou de quem tenha a guarda de facto da criança ou do jovem para, querendo, requerer a realização de diligências instrutórias ou juntar meios de prova.

#### Artigo 157.º

##### **Informação ou relatório social**

1. O juiz se entender necessário pode utilizar, como meios de obtenção da prova, a informação ou o relatório social sobre a situação da criança e do jovem e do seu agregado familiar.

2. A informação é solicitada pelo juiz às entidades referidas nos n.ºs 2 e 3 do artigo 112.º, que a remetem ao Tribunal no prazo de cinco dias.

3. A elaboração de relatório social é solicitada pelo juiz a qualquer das entidades a que se refere os n.ºs 2 e 3 do artigo 112.º, que disponha de serviço social adequado para o efeito e que o remete no

prazo de 20 dias.

#### Artigo 158.º

##### **Duração**

A instrução do processo de promoção e de protecção não pode ultrapassar o prazo de três meses.

#### Artigo 159.º

##### **Encerramento da instrução**

1. O juiz, ouvido o Ministério Público, declara encerrada a instrução e:

- a) Decide o arquivamento do processo;
- b) Designa dia para conferência com vista à obtenção de acordo de promoção e protecção ou tutelar cível adequado; ou
- c) Quando se mostre manifestamente improvável uma solução negociada, determina o prosseguimento do processo para realização de debate judicial e ordena as notificações a que se refere o número 1 do artigo 164.º.

2. Quando a impossibilidade de obtenção de acordo quanto à medida de promoção e protecção resultar de comprovada ausência em parte incerta de ambos os progenitores, ou de um deles, quando o outro manifeste a sua adesão à medida de promoção e protecção, o juiz pode dispensar a realização do debate judicial.

3. O disposto no número anterior é aplicável, com as devidas adaptações, ao representante legal e ao detentor da guarda de facto da criança ou jovem.

#### Artigo 160.º

##### **Arquivamento**

O juiz decide o arquivamento do processo quando concluir que, em virtude de a situação de perigo não se comprovar ou já não subsistir, se tornou desnecessária a aplicação de qualquer medida de promoção e protecção, podendo o mesmo processo ser reaberto se ocorrerem factos que justifiquem a referida aplicação.

#### Artigo 161.º

##### **Decisão negociada**

O juiz convoca para a conferência, com vista à obtenção de acordo de promoção e protecção, o Ministério Público, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto, a criança ou jovem com mais de 12 anos e as pessoas e representantes de entidades cuja presença e subscrição do acordo seja entendida como relevante.

#### Artigo 162.º

##### **Acordo tutelar cível**

1. Na conferência e verificados os pressupostos legais, o juiz homologa o acordo alcançado em matéria tutelar cível, ficando este a constar por apenso.

2. Não havendo acordo seguem -se os trâmites dos artigos 48.º a 50.º.

#### Artigo 163.º

##### **Acordo de promoção e protecção**

1. Ao acordo de promoção e protecção é aplicável, com as devidas adaptações, o disposto nos artigos 109.º a 111.º.

2. Não havendo oposição do Ministério Público, o acordo é homologado por decisão judicial.

3. O acordo fica a constar da acta e é subscrito por todos os intervenientes.

#### Artigo 164.º

##### **Debate judicial**

1. Se não tiver sido possível obter o acordo de promoção e protecção, ou tutelar cível adequado, ou quando estes se mostrem manifestamente improváveis, o juiz notifica o Ministério Público, o representante legal, quem detiver a guarda de facto e a criança ou jovem com mais de 12 anos para alegarem, por escrito, querendo, e apresentarem prova no prazo de 10 dias.

2. O Ministério Público deve alegar por escrito e apresentar provas sempre que considerar que a medida a aplicar é a prevista na alínea g) do n.º 1 do artigo 107.º.

3. Recebidas as alegações e apresentada a prova, o juiz designa dia para o debate judicial e ordena a

notificação das pessoas que devam comparecer.

4. Com a notificação da data para o debate judicial é dado conhecimento, ao representante legal ou a quem tenha a guarda de facto, das alegações e prova apresentada pelo Ministério Público e a este, das restantes alegações e prova apresentada.

5. Para efeitos do disposto no artigo 184.º não há debate judicial, excepto se estiver em causa:

- a) A substituição da medida de promoção e protecção aplicada; ou
- b) A prorrogação da execução de medida de colocação.

#### Artigo 165.º

##### **Composição do Tribunal**

O debate judicial é efectuado perante um Tribunal singular.

#### Artigo 166.º

##### **Organização do debate judicial**

1. O debate judicial é contínuo, decorrendo sem interrupção ou adiamento até ao encerramento, salvo as suspensões necessárias para alimentação e repouso dos participantes.

2. O debate judicial não pode ser adiado e inicia-se com a produção da prova e audição das pessoas presentes, ordenando o juiz as diligências necessárias para que compareçam os não presentes na data que designar para o seu prosseguimento.

3. A leitura da decisão é pública, mas ao debate judicial só podem assistir as pessoas que o Tribunal expressamente autorizar.

#### Artigo 167.º

##### **Regime das provas**

Para a formação da convicção do Tribunal e para a fundamentação da decisão só podem ser consideradas as provas que puderem ter sido contraditadas durante o debate judicial.

#### Artigo 168.º

##### **Documentação**

1. As declarações prestadas em audiência são documentadas em acta quando o Tribunal não

dispuser de meios idóneos para assegurar a sua reprodução integral.

2. No caso previsto no número anterior, o juiz dita para a acta uma súmula das declarações, podendo o Ministério Público e os advogados requerer que sejam aditados os elementos que se mostrarem necessários à boa decisão da causa.

#### Artigo 169.º

##### **Alegações**

Produtiva da prova, o juiz concede a palavra ao Ministério Público e aos advogados.

#### Artigo 170.º

##### **Decisão**

1. A decisão inicia-se por um relatório sucinto, em que se identifica a criança ou jovem, o seu representante legal ou a pessoa que tem a guarda de facto e se procede a uma descrição da tramitação do processo.

2. Ao relatório segue-se a fundamentação que consiste na enumeração dos factos provados e não provados, bem como na sua valoração e exposição das razões que justificam o arquivamento ou a aplicação de uma medida de promoção e protecção, terminando pelo dispositivo e decisão.

#### Artigo 171.º

##### **Leitura da decisão**

1. A decisão é lida, podendo ser ditada para a acta, em acto contínuo.

2. Nos casos de especial complexidade, o debate judicial pode ser suspenso e designado novo dia para leitura da decisão.

3. A decisão é notificada às pessoas referidas no n.º 2 do artigo seguinte, contendo informação sobre a possibilidade, a forma e o prazo de interposição do recurso.

#### Artigo 172.º

##### **Recursos**

1. Cabe recurso das decisões que, definitiva ou provisoriamente, se pronunciem sobre a aplicação, alteração ou cessação de medidas de promoção e protecção.

2. Podem recorrer o Ministério Público, a criança ou o jovem, o representante legal e quem tiver a guarda de facto da criança ou do jovem.

3. O recurso de decisão que tenha aplicado a medida prevista na alínea g) do n.º 1 do artigo 107.º é decidido no prazo máximo de 30 dias, a contar da data de receção dos autos no Tribunal superior.

#### Artigo 173.º

##### **Processamento e efeito dos recursos**

1. Os recursos são processados e julgados como os agravos em matéria cível.

2. Cabe ao Tribunal recorrido fixar o efeito do recurso.

#### Artigo 174.º

##### **Execução da medida**

No processo judicial de promoção e protecção, a execução da medida é efectuada nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 112.º.

#### Artigo 175.º

##### **Direito subsidiário**

Ao processo de promoção e protecção são aplicáveis subsidiariamente, com as devidas adaptações, na fase de debate judicial e de recursos, as normas relativas ao processo civil, sob a forma sumária.

#### **Livro IV**

##### **Acolhimento de Menor**

#### **Título I**

##### **Do acolhimento Familiar e Institucional**

#### **Capítulo I**

##### **Disposições Gerais**

#### Artigo 176.º

##### **Objecto**

As medidas de acolhimento familiar e institucional previstas nas alíneas e) e f) do número 1 do artigo 107.º são executadas de acordo com o regime estabelecido neste Diploma.

#### Artigo 177.º

##### **Definição do acolhimento familiar**

O acolhimento familiar consiste na atribuição temporária e excepcional da confiança da criança ou do jovem a uma pessoa singular ou a uma família, habilitada para o efeito, visando a prestação de cuidados adequados às suas necessidades e bem-estar.

#### Artigo 178.º

##### **Definição de acolhimento institucional**

O acolhimento institucional consiste na colocação da criança ou jovem em perigo aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações e equipamento de acolhimento permanente e de uma equipa técnica e educativa que lhes garantam os cuidados adequados às suas necessidades e lhes proporcionem condições que permitam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral.

#### **Título II**

##### **Do acolhimento Familiar**

#### **Capítulo I**

##### **Disposições Gerais**

#### Artigo 179.º

##### **Objectivos do acolhimento familiar**

O acolhimento familiar consiste em assegurar a educação necessária ao desenvolvimento integral, bem como as condições para a protecção do interesse superior da criança ou do jovem em situação de perigo.

#### Artigo 180.º

##### **Pressupostos de execução**

1. A medida de acolhimento familiar de protecção é executada tendo por base a previsibilidade do regresso da criança ou do jovem à família natural, quando esta se encontre em condições de garantir a promoção dos direitos e da protecção da criança ou do jovem.

2. Não sendo possível a solução prevista no número anterior, constitui igualmente pressuposto da execução a preparação da criança ou jovem para autonomia de vida.

**Artigo 181.º****Modalidades e prazos do acolhimento de protecção**

1. O acolhimento familiar de protecção pode ser de emergência ou temporário.

2. O acolhimento de emergência visa o acolhimento da criança e/ou jovem sempre que a situação implica a retirada imediata do menor do perigo em que se encontra, devendo cumprir as seguintes condições:

- a) Não deve exceder as 48 horas;
- b) Durante este acolhimento, deve ser efectuado o diagnóstico primário da situação e ser compilados todos os documentos, relatórios médicos e psicológicos, referentes ao menor.

3. O acolhimento temporário tem lugar por período não superior a seis meses, durante o qual deve ser trabalhada a família do menor com o intuito de a apoiar na reunião das condições necessárias à reintegração da criança ou jovem.

4. Sempre que a reintegração não se revelar possível, procede-se de acordo com o previsto no n.º 2 do artigo 180.º.

**Artigo 182.º****Execução da medida**

1. O Serviço de Protecção acompanha a execução da medida de acolhimento familiar, por cuja decisão é responsável.

2. A execução da medida aplicada no âmbito de um processo judicial é dirigida e controlada pelo Tribunal, cabendo os actos materiais de acompanhamento da sua execução ao Serviço de Protecção.

**Artigo 183.º****Plano de intervenção**

1. A execução da medida de acolhimento familiar de protecção obedece a um plano de intervenção elaborado em harmonia com o estabelecido no acordo de promoção e protecção ou em decisão judicial.

2. O plano de intervenção é elaborado pelo Serviço de Protecção, sempre que possível, com a participação da criança ou do jovem, do representante legal ou de quem tem a guarda de facto e da família de acolhimento.

**Artigo 184.º****Revisão da medida**

1. A revisão da medida, nos termos do artigo 115.º, pressupõe a avaliação da situação actual da criança ou do jovem e os resultados do processo da sua execução.

2. Para efeitos da avaliação referida no número anterior, a equipa técnica do Serviço de Protecção deve considerar, nomeadamente:

- a) A satisfação das necessidades básicas de alimentação, higiene, saúde, afecto e conforto da criança ou do jovem;
- b) A sua estabilidade emocional;
- c) O cumprimento do plano de escolaridade, formação profissional e ocupação dos tempos livres, no respeito pela individualidade, iniciativa e interesses da criança ou do jovem;
- d) O cumprimento do plano de cuidados de saúde;
- e) A opinião da criança ou do jovem, do representante legal ou da pessoa que tenha a guarda de facto, e da pessoa ou da família a quem tenha sido atribuída, em acolhimento familiar, a confiança da criança ou do jovem;
- f) A integração social e comunitária da criança e da sua família;
- g) Os sinais concretos da evolução da capacidade da família para a integração no seu seio, da criança ou do jovem, em termos de garantir a satisfação das necessidades do seu desenvolvimento integral.

3. Para efeitos da revisão antecipada nos termos do número 2 do artigo 115.º, a proposta de substituição ou cessação das medidas deve ser fundamentada nas circunstâncias concretas que a justifiquem, designadamente as relativas aos



elementos referidos no n.º 2 do presente artigo.

## **Capítulo II**

### **Famílias de Acolhimento de Protecção**

#### **Artigo 185.º**

##### **Pressupostos**

A confiança da criança ou do jovem, para os efeitos do disposto no artigo 177.º, só pode ser atribuída a uma pessoa singular ou a uma família que seja seleccionada pelo Serviço de Protecção, referida no artigo 189.º e mesmo que não tenha qualquer relação de parentesco com a criança ou o jovem.

#### **Artigo 186.º**

##### **Número de crianças em acolhimento de família de protecção**

1. Em acolhimento familiar pode colocar-se, em regra, até duas crianças ou jovens, desde que o número total de crianças ou jovens em coabitação simultânea não seja superior a quatro, salvo quando as condições objectivas da família permitirem uma coabitação superior e as circunstâncias o aconselharem, nomeadamente quando se trate de um conjunto de irmãos.

2. Para efeitos da determinação do número de crianças ou jovens a acolher, são considerados os filhos menores ou outras crianças a cargo da pessoa ou da família a quem foi atribuída a confiança da criança ou do jovem.

3. Nos casos em que a família de acolhimento não tenha filhos menores nem outras crianças ou jovens a cargo, o número máximo de crianças ou jovens em acolhimento é em regra de três, salvo se as condições da família permitirem uma coabitação superior e as circunstâncias o aconselharem, nomeadamente quando se trate de um conjunto de irmãos.

## **Capítulo III**

### **Execução da Medida**

#### **Artigo 187.º**

##### **Competências**

1. Para efeitos da execução da medida de acolhimento familiar de protecção, consideram-se competente o Serviço de Protecção:

2. Compete, em geral, ao Serviço de Protecção:

- a) Promover a informação sobre o acolhimento familiar e a sensibilização da comunidade e das famílias para cooperarem na sua viabilização;
- b) Proceder ao recrutamento e à selecção das famílias de acolhimento;
- c) Assegurar a execução de programas de formação inicial e de formação contínua, para a aquisição e o reforço de competências das famílias de acolhimento;
- d) Estabelecer as condições da prestação de serviço de acolhimento familiar, através da formalização do respectivo contrato;
- e) Garantir a elaboração e execução do plano de intervenção, a que se refere o artigo 183.º, bem como a sua supervisão e avaliação;
- f) Disponibilizar às famílias de acolhimento, sempre que necessário, o equipamento indispensável ao acolhimento da criança ou do jovem;
- g) Disponibilizar às famílias de acolhimento o apoio técnico necessário ao desenvolvimento do plano de intervenção e ao cumprimento das obrigações decorrentes do acolhimento familiar, sempre que se justifique;
- h) Efectuar o pagamento dos valores devidos pela prestação do serviço de acolhimento familiar e prestar outros tipos de apoio pela manutenção da criança ou do jovem;
- i) Proceder anualmente à avaliação do acolhimento familiar e elaborar o respectivo relatório.

3. Compete, em especial, ao Serviço de Protecção:

- a) Instruir e apreciar o processo de candidatura à família de acolhimento;
- b) Analisar e actualizar o diagnóstico da situação da criança ou do jovem e da sua respectiva família;

- c) Concretizar o plano de intervenção para cada situação de acolhimento familiar, nos termos definidos no acordo de promoção e protecção ou em decisão judicial;
- d) Acompanhar, com periodicidade regular, a situação do acolhimento familiar;
- e) Apoiar a família da criança ou jovem, em articulação com os serviços locais, com vista à sua reintegração familiar;
- f) Garantir o cumprimento dos prazos definidos no n.ºs 2 e 3 do artigo 181.º.

#### Artigo 188.º

#### **Articulação com os Tribunais**

1. O Serviço de Protecção elabora informação ou relatórios sociais, dando conhecimento ao Tribunal, dos elementos necessários à avaliação do desenvolvimento físico e psicológico da criança ou do jovem, nomeadamente do aproveitamento escolar e da progressão em outras aprendizagens, da adequação da medida aplicada e da previsibilidade ou possibilidade do regresso à família natural.

2. A informação ou o relatório social a que se refere o número anterior são apresentados nos prazos fixados na decisão judicial ou no acordo de promoção e protecção, se aí estiverem definidos com maior frequência e ainda sempre que ocorram factos que o justifiquem.

### **Capítulo IV**

#### **Seleção das Famílias de Acolhimento**

##### **Secção I**

##### **Requisitos e Condições**

#### Artigo 189.º

#### **Requisitos de candidatura**

Pode candidatar-se ao acolhimento familiar de protecção quem reúna os seguintes requisitos:

- a) Ter idade superior a 25 e inferior a 60 anos, salvo tratando-se de casais ou de parentes que vivam em economia comum, casos em que a exigência deste requisito só se aplica a um dos elementos;
- b) Ter as condições de saúde necessárias para

acolher crianças ou jovens;

- c) Possuir condições de higiene e habitacionais adequadas;
- d) Não ser candidato à adopção;
- e) Não ter sido condenado, por sentença transitada em julgado, por crimes contra a vida, a integridade física, a liberdade pessoal, a liberdade e a autodeterminação sexual;
- f) Não estar inibido do exercício do poder paternal, nem ter o seu exercício limitado nos termos do Código de família.

#### Artigo 190.º

#### **Condições de selecção da candidatura**

A selecção das famílias de acolhimento exige, para além dos requisitos previstos no artigo anterior, a avaliação dos seguintes elementos:

- a) Personalidade, maturidade, capacidade afectiva e equilíbrio emocional dos membros da família candidata a família de acolhimento;
- b) Motivação da família para o acolhimento, seu perfil psicológico e grau de estabilidade relacional;
- c) Disponibilidade da família para colaborar no processo de recuperação do papel parental da família da criança ou jovem;
- d) Estabilidade sócio-familiar e aceitação do acolhimento familiar por todos os membros da família, por forma a garantir a integração da criança ou jovem num ambiente familiar, harmonioso, afectivo e seguro.

##### **Secção II**

##### **Processo de Selecção**

#### Artigo 191.º

#### **Candidatura**

1. A candidatura ao acolhimento familiar formaliza-se mediante a apresentação de um formulário de candidatura no Serviço de Protecção, acompanhada de documentos comprovativos dos seguintes elementos:

- a) Estado de saúde do candidato e dos membros da família de acolhimento, através de declaração médica;
- b) Situação económica da família de acolhimento, mediante declaração dos rendimentos;
- c) Registo criminal do candidato e dos elementos da família de acolhimento maiores de 16 anos.

2. Quando justificado, o candidato pode requerer ao Serviço de Protecção que, relativamente aos requisitos de candidatura a que se referem as alíneas e) e f) do artigo 189.º e aos elementos a que se reporta a alínea c) do número anterior, solicite informações substitutivas dos respectivos documentos às entidades competentes que, de acordo com o dever de colaboração, as devem prestar.

#### Artigo 192.º

##### **Avaliação**

A avaliação da candidatura compreende a verificação dos requisitos e a apreciação das condições definidas nos artigos anteriores, mediante:

- a) Entrevistas sociais e psicológicas;
- b) Visitas domiciliárias;
- c) Verificação da documentação apresentada.

#### Artigo 193.º

##### **Decisão**

1. A decisão do Serviço de Promoção e Protecção de Crianças e Jovens em Perigo é precedida da elaboração de relatório psico-social sobre a candidatura apresentada.

2. A decisão a que se refere o número anterior é proferida no prazo de três meses contados a partir da data da formalização da candidatura, instruída nos termos do artigo 191.º.

3. Sempre que a proposta de decisão seja no sentido desfavorável à pretensão, o candidato é notificado da decisão e dos seus fundamentos.

## **Capítulo V**

### **Direitos e Obrigações**

#### Artigo 194.º

##### **Direitos das famílias de acolhimento**

1. Nos termos do acordo de promoção e protecção ou da decisão judicial, as famílias de acolhimento exercem, em relação à criança ou jovem, os poderes ou deveres inerentes às responsabilidades que decorrem da confiança da criança ou do jovem à família de acolhimento, nomeadamente de guarda, de orientação e de educação, tendo em vista o seu desenvolvimento integral.

2. As famílias de acolhimento têm direito ao respeito pela sua intimidade e à reserva da sua vida privada, sem prejuízo dos actos necessários ao acompanhamento da execução da medida.

3. As famílias de acolhimento têm direito a receber do Serviço de Protecção:

- a) Informação referente à medida de acolhimento familiar, incluindo a relativa às condições de saúde, educação e problemáticas da criança ou do jovem e da sua família, na medida indispensável à aceitação informada do acolhimento familiar e à sua execução;
- b) Formação inicial;
- c) Apoio técnico e formação contínua;
- d) Retribuição mensal pelos serviços prestados, por cada criança ou jovem;
- e) Subsídio para a manutenção, por cada criança ou jovem;
- f) Equipamento indispensável ao acolhimento familiar, sempre que necessário;
- g) A família de acolhimento tem direito ainda a beneficiar de um regime especial de impostos.

4. A família de acolhimento tem legitimidade para requerer às entidades competentes os apoios, nomeadamente de alimentação, saúde e educação, a que a criança ou o jovem tem direito.

## Artigo 195.º

**Obrigações das famílias de acolhimento**

Constituem obrigações das famílias de acolhimento:

- a) Atender, prioritariamente, aos interesses e direitos da criança e do jovem;
- b) Orientar e educar a criança ou jovem com diligência e afectividade, contribuindo para o seu desenvolvimento integral;
- c) Assegurar as condições para o fortalecimento das relações da criança ou do jovem com a sua família;
- d) Garantir ao Serviço de Protecção e à família da criança ou jovem permanente informação sobre a situação e os aspectos relevantes do desenvolvimento da criança ou do jovem;
- e) Dar conhecimento ao Serviço de Protecção de quaisquer factos supervenientes que alterem as condições da prestação de serviço, nomeadamente qualquer alteração na constituição do agregado familiar;
- f) Respeitar o direito da família da criança ou jovem à intimidade e à reserva da vida privada, sem prejuízo do disposto nas alíneas d) e e);
- g) Comunicar ao Serviço de Protecção e à família da criança ou jovem a eventual alteração de residência e o período e local de férias, salvo se, quanto à família da criança ou jovem, o Tribunal ou o Serviço de Protecção, no respeito pelas normas e princípios orientadores, o julgar inconveniente;
- h) Participar nos programas e acções de formação e nas reuniões para que seja convocada, promovidos pelo Serviço de Protecção;
- i) Não acolher, a título permanente, outras crianças ou jovens que não sejam membros da sua família, para além das abrangidas pela medida;
- j) Renovar, anualmente, documento

comprovativo do estado de saúde de todos os elementos da família de acolhimento;

- k) Providenciar os cuidados de saúde adequados à idade da criança ou jovem, inclusive mantendo actualizado o seu boletim individual de saúde;
- l) Assegurar à criança ou jovem a frequência de estabelecimento de ensino adequado à sua idade e condições de desenvolvimento.

## Artigo 196.º

**Direitos da família natural da criança ou jovem**

A família natural da criança ou jovem tem direito:

- a) A ser informada sobre o modo como se processa o acolhimento familiar;
- b) Ao apoio dos serviços locais e ao acompanhamento técnico do Serviço de Protecção em conformidade com o acordo de promoção e protecção ou com a decisão judicial, tendo em vista a reintegração familiar da criança ou do jovem;
- c) A ser ouvida e a participar na educação da criança ou do jovem, salvo decisão judicial em contrário;
- d) Ao respeito pela sua intimidade e à reserva da sua vida privada.

## Artigo 197.º

**Obrigações da família da criança ou jovem**

No âmbito da execução da medida de acolhimento familiar, a família da criança ou jovem obriga-se a:

- a) Colaborar com a família de acolhimento e com o Serviço de Protecção na execução do plano de intervenção a que se refere o artigo 181.º, com vista à promoção dos direitos e protecção da criança ou do jovem;
- b) Respeitar todas as medidas constantes do plano de intervenção de forma a modificar as condições que motivaram a retirada da criança ou jovem e a permitir a sua reintegração no seio familiar;

- c) Participar nas acções de formação, informação ou outras promovidas pelo Serviço de Protecção;
- d) Respeitar o direito da família de acolhimento à intimidade e reserva da vida privada;
- e) Comparticipar, sempre que possível, nos encargos com a manutenção da criança ou do jovem.

#### Artigo 198.º

##### **Direitos e deveres da criança ou jovem**

1. A criança com idade superior a sete anos ou jovem, com maturidade para compreender o sentido da intervenção, tem direito:

- a) A ser ouvido pelo Serviço de Protecção e/ou pelo Tribunal sobre o processo de escolha da família de acolhimento;
- b) A ser ouvido pelo Serviço de Protecção e/ou pelo Tribunal no âmbito do processo de elaboração do plano de intervenção e a nele participar.

2. Em todo o procedimento da execução da medida, a criança ou o jovem tem direito ao respeito pela intimidade e reserva da vida privada e, de acordo com o seu grau de maturidade, o direito de ser ouvida e o direito e o dever de participar, colaborando na execução do plano de intervenção.

#### **Capítulo VI**

##### **Processo de acolhimento**

#### **Secção I**

##### **Escolha da família e fases do acolhimento**

#### Artigo 199.º

##### **Escolha da família de acolhimento**

Na escolha da família de acolhimento deve ser tido em consideração:

- a) A idade da criança ou do jovem;
- b) A adequação ao perfil e situação da criança ou do jovem;
- c) A não separação dos irmãos;

- d) A proximidade geográfica com a família natural, sem prejuízo de decisão contrária do Tribunal.

#### Artigo 200.º

##### **Fases**

O acolhimento familiar da criança ou do jovem compreende as seguintes fases:

- a) Preparação do acolhimento e elaboração do plano de intervenção;
- b) Início e acompanhamento da situação do acolhimento;
- c) Revisão da medida;
- d) Cessação do acolhimento.

#### **Secção II**

##### **Preparação do Acolhimento e Plano de Intervenção**

#### Artigo 201.º

##### **Informação e preparação da família de acolhimento**

Entre a família de acolhimento, a criança ou jovem e a família da criança ou jovem são promovidos encontros, tendo em vista:

- a) Obter-se da família da criança ou jovem informação sobre a situação da criança ou jovem, e de todos os demais elementos facilitadores da integração na família de acolhimento;
- b) Facilitar o processo comunicacional e de colaboração entre a família de acolhimento e a família da criança ou jovem.

#### Artigo 202.º

##### **Informação e preparação da família da criança ou jovem**

A família da criança ou jovem é informada dos seus direitos e obrigações, de forma a promover a sua participação como parceiro co-responsável no processo de acolhimento, na perspectiva dos direitos e protecção da criança ou jovem.

**Artigo 203.º****Informação, audição e preparação da criança ou jovem**

1. A criança ou o jovem é devidamente informado e ouvida sobre a medida aplicada, e é preparada para a sua execução de acordo com a sua capacidade para compreender o sentido da intervenção.

2. A adaptação da criança ou jovem à família de acolhimento deve processar-se gradualmente e pelo período de tempo necessário à sua integração, respeitando o prazo máximo definido no número 3 do artigo 181.º do presente Diploma.

**Secção III****Início e acompanhamento do acolhimento****Artigo 204.º****Início do acolhimento**

A equipa técnica acompanha a criança ou o jovem à família de acolhimento, dando-se início ao processo de execução da medida.

**Artigo 205.º****Acompanhamento do acolhimento**

1. O acompanhamento da situação do acolhimento familiar abrange a família de acolhimento, a criança ou o jovem e a sua família.

2. O processo de acompanhamento e a monitorização da execução da medida são efectuados pela equipa técnica.

3. A monitorização a que se refere o número anterior compreende a avaliação da execução da medida, tendo em conta a promoção dos direitos e a protecção da criança ou do jovem e a previsibilidade do seu regresso à família natural.

4. No âmbito da avaliação da execução da medida, com vista à proposta de prorrogação, alteração ou cessação da mesma, deve ouvir-se e ter-se em conta as posições da família da criança ou jovem, da família de acolhimento e da criança ou do jovem, em harmonia com o seu grau de maturidade, tendo sempre em vista o seu desenvolvimento integral.

5. Do processo de acompanhamento da execução da medida e da sua avaliação, é dado conhecimento

ao Tribunal competente, nos termos previstos no artigo 188.º do presente Diploma.

**Artigo 206.º****Providências urgentes**

1. Todos os procedimentos adoptados que exijam uma intervenção terapêutica urgente e especializada são de imediato comunicados pela família de acolhimento.

2. Dos procedimentos a que se refere o número anterior é dado conhecimento imediato à família da criança ou jovem e/ou ao Tribunal competente.

**Secção IV****Cessação do Acolhimento****Artigo 207.º****Preparação da saída**

1. A saída da criança ou jovem da família de acolhimento deve ser devidamente preparada, promovendo-se a participação e o envolvimento da família de acolhimento, da criança ou jovem e da sua família.

2. A preparação da saída da criança ou jovem deve efectuar-se com a antecedência adequada, em regra, não inferior a um mês.

**Artigo 208.º****Acompanhamento após termo da medida**

1. Após substituição ou cessação da medida, a família de acolhimento pode manter-se disponível para continuar a relacionar-se com a criança ou o jovem, sempre que a equipa técnica o tiver por conveniente e a família ou a criança ou jovem a tal não se oponha.

2. Após o regresso da criança ou jovem à sua família, o Serviço de Protecção mantém-se informado, em articulação com as entidades competentes em matéria de infância e juventude, sobre o percurso de vida da criança ou jovem por um período mínimo de seis meses, no respeito pelos princípios orientadores consignados no presente Diploma.



## **Capítulo VII**

### **Prestações Sociais e Regime Contratual**

#### **Secção I**

#### **Prestações da Direcção de Protecção Social**

##### **Artigo 209.º**

##### **Prestações pecuniárias**

1. Os valores respeitantes à retribuição mensal e ao subsídio para a manutenção, previstos nas alíneas d) e e) do n.º 3 do artigo 194.º são fixados por despacho conjunto dos Ministros encarregues pelas áreas das Finanças e dos Assuntos Sociais e estão sujeitos à actualização anual.

2. Quando se trate de crianças e jovens com problemas e necessidades especiais relacionados com situações de deficiência, doença crónica e problemas do foro emocional e comportamental, que determinem despesas extraordinárias, o valor da retribuição mensal pelos serviços prestados é acrescido de 100 %, por cada criança ou jovem.

##### **Artigo 210.º**

##### **Prestações familiares**

1. Durante o período do acolhimento familiar são pagas às famílias de acolhimento as seguintes prestações familiares de que as crianças ou jovens sejam titulares:

- a) Abono de família para crianças e jovens, a que acresce a bonificação por deficiência;
- b) Subsídio por assistência de terceira pessoa;
- c) Subsídio por frequência de estabelecimento de educação especial.

2. As famílias de acolhimento que recebam o subsídio referido na alínea c) do número anterior são responsáveis pelo pagamento das mensalidades ao respectivo estabelecimento.

3. A pedido expresso das famílias de acolhimento, o subsídio por frequência de estabelecimento de educação especial pode ser pago directamente ao estabelecimento pelo serviço social gestor da prestação.

4. As famílias de acolhimento devem requerer, nos termos da legislação aplicável, aos serviços sociais competentes, a atribuição das prestações

familiares devidas em função das crianças e jovens sempre que não tenham sido requeridas ou, caso já o tenham sido, o respectivo pagamento.

#### **Secção II**

#### **Contrato de Prestação de Serviço**

##### **Artigo 211.º**

##### **Contrato**

O serviço de acolhimento familiar e as condições da respectiva prestação constam de contrato, assinado pelo representante legal do Serviço de Protecção e pelo membro da família de acolhimento que assume a responsabilidade pelo acolhimento familiar.

##### **Artigo 212.º**

##### **Conteúdo do contrato**

Do contrato a que se refere o artigo anterior, exceptuando as adequações que se imponham pela sua natureza não onerosa, constam, designadamente, os seguintes elementos:

- a) Identificação dos outorgantes;
- b) Indicação da residência da família de acolhimento;
- c) Número máximo de crianças ou jovens a acolher;
- d) Direitos e obrigações dos outorgantes;
- e) Valor mensal da retribuição e do subsídio, por criança ou jovem, previsto nas alíneas d) e e) do n.º 3 do artigo 194.º, devidos pelo Serviço de Protecção e datas de pagamento;
- f) Início e período de vigência do contrato.

##### **Artigo 213.º**

##### **Anexos ao contrato**

Em anexo ao contrato deve constar uma ficha por criança ou jovem que integre:

- a) Elementos de identificação da criança ou do jovem, bem como da sua família natural, sem prejuízo pelas regras próprias da protecção de dados pessoais e o respeito do direito à privacidade;

- b) Data de início do acolhimento;
- c) Entidade que determinou a aplicação da medida;
- d) Outros elementos considerados relevantes.

#### Artigo 214.º

##### **Cessação do contrato**

1. O Serviço de Protecção pode fazer cessar, a todo o tempo, o contrato de prestação de serviço, sempre que ocorram situações que ponham em causa a promoção dos direitos e a protecção das crianças, impliquem a violação de obrigações contratuais assumidas ou a perda de requisitos e condições previstas nos artigos 189.º e seguintes.

2. Da cessação do contrato de prestação de serviço, com fundamento no disposto no número anterior, é dado imediato conhecimento ao Tribunal.

3. O contrato de prestação de serviço pode ser denunciado pela família de acolhimento, mediante comunicação escrita ao Serviço de Protecção, com antecedência mínima de 30 dias.

4. O contrato de prestação de serviço, sem prejuízo do disposto no número seguinte, cessa a partir do mês seguinte àquele em que deixar de se verificar a prestação do serviço que deu lugar à sua celebração.

5. O contrato de prestação de serviço pode manter-se durante um período máximo de três meses, quando o Serviço de Protecção considere previsível a integração de outras crianças ou jovens naquela família de acolhimento.

6. No período a que se refere o número anterior a retribuição da prestação de serviço não pode exceder 50 % do montante legalmente fixado para uma criança ou jovem sem deficiência.

#### Artigo 215.º

##### **Fiscalização**

As famílias de acolhimento ficam sujeitas às acções de fiscalização dos serviços competentes do Ministério encarregue pela área dos Assuntos Sociais.

### **Secção III**

#### **Prestação de Serviço**

#### Artigo 216.º

##### **Início e cessação da prestação**

1. Para efeitos do pagamento da retribuição referida na alínea d) do n.º 3 do artigo 194.º, considera-se que a prestação de serviço tem início no dia um do mês em que se processa o acolhimento da criança ou do jovem e cessa no final do mês em que se verificar o termo do acolhimento.

2. O subsídio de manutenção é pago desde a data do acolhimento e cessa na data em que ocorrer o seu termo.

3. Para efeitos do disposto no número anterior, os valores diários dos subsídios de manutenção correspondem a 1/30 dos respectivos valores mensais.

#### Artigo 217.º

##### **Gratuidade da prestação de serviço**

O regime previsto no presente Diploma aplica-se, ainda, às situações em que o serviço de acolhimento é prestado gratuitamente, com as alterações decorrentes da natureza não onerosa do contrato.

### **Título III**

#### **Do Acolhimento Institucional**

#### **Capítulo I**

##### **Disposições Gerais**

#### **Secção I**

##### **Das finalidades, Modalidades e Objectivos**

#### Artigo 218.º

##### **Finalidades**

1. O acolhimento institucional, doravante designado casa de acolhimento, deve zelar pelo cumprimento das necessidades básicas da criança ou jovem e da sua protecção do perigo.

2. O cuidado em casa de acolhimento deve obrigatoriamente contemplar o diagnóstico aprofundado da situação e a definição de um projecto de vida, a ser efectuado no prazo máximo de seis meses.

## Artigo 219.º

**Modalidades de acolhimento**

1. O acolhimento pode ser de emergência, temporário ou prolongado.

2. O acolhimento de emergência visa a recolha da criança e ou jovem sempre que a situação implica a retirada imediata do menor do perigo em que se encontra, devendo cumprir as seguintes condições:

- a) Não deve exceder as 48 horas;
- b) Durante este acolhimento deve ser efectuado o diagnóstico primário da situação e serem compilados todos os documentos, relatórios médicos e psicológicos, referentes ao menor.

3. O acolhimento temporário tem lugar em caso de acolhimento por prazo não superior a seis meses, durante o qual deve ser reavaliado o diagnóstico da situação e definido o projecto de vida que respeite o melhor interesse da criança ou jovem.

4. O acolhimento prolongado apenas pode ser considerado nas seguintes situações:

- a) Quando não exista, de todo e justificadamente, a possibilidade de colocação da criança ou jovem em ambiente familiar após esgotadas todas as diligências para o efeito, mediante parecer favorável do Ministério Público;
- b) Quando se preveja a curto ou médio prazo a transição do jovem para um projecto de autonomia de vida privada.

5. O acolhimento prolongado deve ser obrigatoriamente revisto a cada seis meses.

## Artigo 220.º

**Casas de acolhimento**

1. As casas de acolhimento podem ser especializadas ou ter valências terapêuticas, por idades e género.

2. As casas de acolhimento devem ser organizadas segundo modelos educativos adequados às crianças e jovens neles acolhidos.

## Artigo 221.º

**Objectivos gerais de acolhimento**

São objectivos gerais do acolhimento de crianças e jovens em perigo:

- a) Assegurar alojamento temporário;
- b) Garantir às crianças ou jovens a satisfação das suas necessidades básicas e a protecção imediata do perigo;
- c) Permitir a realização do diagnóstico de cada criança e jovem bem como a definição dos respectivos projectos de vida, com vista à inserção familiar e social ou o outro encaminhamento que melhor se adequa à situação em estudo;
- d) Proporcionar o apoio sócio-educativo adequado à idade e características de cada criança ou jovem;
- e) Promover a intervenção junto da família, em articulação com as entidades e as casas cuja acção seja indispensável à efectiva promoção dos direitos das crianças ou jovens.

## Artigo 222.º

**Objectivos específicos de acolhimento**

São objectivos específicos do acolhimento de crianças e jovens em perigo:

- a) Acolher crianças e jovens, em situação de perigo, proporcionando-lhes um ambiente o mais próximo possível ao da estrutura familiar, garantindo o seu desenvolvimento harmonioso num ambiente securizante e a sua plena inserção na sociedade;
- b) Proporcionar às crianças e jovens a satisfação de todas as suas necessidades básicas e emocionais, em condições de vida idênticas às de uma família;
- c) Proceder ao diagnóstico concreto e actual da situação de cada criança ou jovem;
- d) Proceder ao estudo, elaboração e definição dos projectos de vida adequados a cada criança ou jovem, respeitando a sua individualidade e privacidade, garantindo o seu interesse superior e atendendo ao seu

tempo útil;

- e) Privilegiar o acolhimento de irmãos sempre que a situação exigir o acolhimento de irmãos;
- f) Colaborar com os serviços de saúde locais e garantir os cuidados necessários a um bom estado de saúde e assistência medicamentosa;
- g) Garantir o acesso à escolaridade ou formação profissional nos estabelecimentos adequados, acompanhando as tarefas escolares, pedagógicas, culturais e sociais;
- h) Promover as relações e contactos com as famílias ou com pessoas da sua proximidade, sempre que possível e desde que seja salutar para a criança ou jovem, com vista à reestruturação dos laços e reintegração familiar, se este retorno à família for o previsto no seu projecto de vida;
- i) Privilegiar a abertura à sociedade e promover a participação das crianças ou jovens nas actividades culturais, sociais ou outras da comunidade envolvente;
- j) Acompanhar as situações que necessitam de intervenção específica pelos recursos existentes como apoio psicológico, jurídico ou outros;
- k) Manter uma estreita e frequente colaboração com todos os serviços com responsabilidade directa na promoção e protecção destas crianças ou jovens.

## **Secção II**

### **Das casas de Acolhimento**

#### **Artigo 223.º**

##### **Natureza das casas de acolhimento**

1. As casas de acolhimento podem ser públicas ou cooperativas, sociais ou privadas com acordo de cooperação com o Estado.

2. Todas as casas de acolhimento têm de ser devidamente licenciadas e fiscalizadas pelo Governo, com parecer conjunto de viabilidade dos Ministérios encarregues pelas áreas de Justiça,

Assuntos Sociais e Educação.

#### **Artigo 224.º**

##### **Funcionamento das casas de acolhimento**

1. As casas de acolhimento são organizadas em unidades que favoreçam uma relação afectiva do tipo familiar, uma vida diária personalizada e que visem a plena integração dos menores na comunidade.

2. O representante legal ou quem tenha a guarda de facto podem visitar a criança ou o jovem, de acordo com os horários e as regras de funcionamento da casa, salvo decisão judicial em contrário.

3. Estas visitas devem ser sempre supervisionadas pelos técnicos da casa.

#### **Artigo 225.º**

##### **Articulação com entidades com competências em matéria de infância e juventude**

1. Deve ser promovida e mantida uma estreita articulação com todos os serviços e entidades com competência em matéria de infância e juventude.

2. A casa deve elaborar relatórios sobre a criança, o seu projecto de vida e ser ouvida pelas entidades judiciais ou outras sempre que se prevejam alterações ao projecto de vida ou revisão de medidas.

3. Devem ser realizadas reuniões trimestrais entre as diversas entidades envolvidas para avaliação do trabalho de forma a garantir o estabelecido no projecto de vida.

#### **Artigo 226.º**

##### **Estrutura das casas de acolhimento**

1. As casas de acolhimento de crianças e jovens em perigo devem estruturar-se em espaços de acolhimento familiares adaptados em termos de infra-estruturas e equipamento, de forma a corresponder também às exigências de crianças e jovens com necessidades específicas.

2. Devem ser dotadas de condições que promovam a salubridade da vivência das crianças acolhidas.

3. Sempre que necessário deverão ser munidas de

condições de segurança relativamente a agressões ou ameaças do exterior.

#### Artigo 227.º

##### **Localização geográfica das instalações**

1. No acolhimento da criança ou jovem em perigo deve ser dada prevalência a casa que se encontre o mais próximo da residência familiar dos menores de forma a possibilitar o efectivo diagnóstico da situação e o acompanhamento e intervenção, por parte da equipa técnica, junto da família quando se prever que seja esse o projecto de vida a definir.

2. Nas situações extremas em que seja previsível a manutenção do perigo ou ameaça do mesmo sobre a criança em acolhimento, deve para sua protecção, ser privilegiado o acolhimento em casa mais afastada da sua área de residência familiar.

#### Artigo 228.º

##### **Recursos humanos**

1. As casas de acolhimento dispõem necessariamente de uma equipa técnica pluridisciplinar suficientemente dimensionada e qualificada, a quem cabe o diagnóstico da situação da criança ou do jovem acolhidos e a definição e execução do seu projecto pessoal de vida.

2. A equipa técnica deve integrar preferencialmente as valências da psicologia, do serviço social e da educação ou técnicos na área da protecção à infância com especialização.

3. O quadro de profissionais técnicos deve também incluir um director técnico que assegure a coordenação dos restantes membros da equipa, a gestão do centro e a resolução dos problemas correntes.

4. A casa deve ainda contar com uma equipa educativa composta por, pelo menos, um auxiliar de educação ou monitor por cada seis crianças, salvaguardando sempre este rácio durante as noites, fins-de-semana e feriados.

5. Devem também integrar o quadro de pessoal das casas de acolhimento, pessoal auxiliar dos serviços gerais a quem cabe a limpeza e arrumação da casa e espaços exteriores, o tratamento da roupa e a confecção de refeições.

6. As casas de acolhimento podem ainda contar com o apoio de voluntários que devem ser devidamente coordenados pelo director técnico.

#### Artigo 229.º

##### **Dossiê Pessoal**

1. Para cada criança ou jovem deve existir um processo individual devidamente organizado contendo todos os dados relativos à sua situação pessoal, social e familiar.

2. O dossiê pessoal deve conter especificamente:

- a) Os originais dos documentos anteriormente listados assim como diversas cópias;
- b) Fotografias da criança ou jovem e respectiva ficha biográfica;
- c) Relatórios médicos, avaliações psicológicas e boletins escolares obtidos durante o acolhimento;
- d) Relatórios sociais, documentos legais e pareceres ou acórdãos dos Tribunais;
- e) Quaisquer outros documentos relativos à situação da criança prévia ao acolhimento;
- f) Relatórios de visitas e ocorrências de todo o tipo;
- g) Acordo estabelecido inicialmente com a família onde devem constar os objectivos da intervenção junto da mesma e a definição do tempo previsto para essa mesma intervenção.

3. Quando a criança cessa a sua estadia na casa, o técnico de serviço social deve proceder, no momento da saída, à devolução de todos os documentos de identificação, relatórios médicos e certificados escolares que se encontrem à guarda do centro, com a assinatura de recepção de quem exerça o poder paternal sobre a criança ou jovem ou, na falta deste de quem o Tribunal designar para o feito.

#### Artigo 230.º

##### **Dados e estatísticas**

1. A casa de acolhimento deve manter sempre actualizada os dados estatísticos referentes às

crianças acolhidas.

2. Esses dados devem contemplar o número de crianças acolhidas, idades, sexo, existência de fratrias, escolaridade, doenças, motivos do acolhimento, data do acolhimento, medida aplicada e projecto de vida definido ou em projecto.

### **Secção III**

#### **Dos Projectos de Vida**

##### **Artigo 231.º**

##### **Avaliação de diagnóstico da situação**

1. Cabe à equipa técnica multidisciplinar da casa, em parceria com a equipa técnica multidisciplinar do Serviço de Protecção proceder a avaliação e diagnóstico da situação da criança ou jovem e da sua família.

2. A avaliação deve permitir o diagnóstico da situação concreta de cada criança ou jovem bem como a definição do respectivo projecto de vida, em ambiente e com as condições essenciais ao seu desenvolvimento integral.

##### **Artigo 232.º**

##### **Definição do projecto de vida**

1. Projecto de vida consiste na elaboração de um plano individual de intervenção que visa encontrar uma solução estável e de permanência em contexto familiar para as crianças e jovens acolhidos e que se rege, obrigatoriamente, pelo superior interesse da criança e pelo tempo útil da criança ou jovem.

2. A definição do projecto de vida deve assim procurar articular o acompanhamento directo e individualizado da criança ou jovem e a intervenção junto da família e da comunidade de origem visando a caracterização sócio-familiar e o encontrar de soluções exequíveis e adequadas, em parceria e concertação com as entidades e serviços locais, tendo sempre como objectivo máximo, o respeito pelo superior interesse da criança e a consideração do tempo útil da criança ou jovem.

##### **Artigo 233.º**

##### **Registo de ocorrências**

Durante o acolhimento e elaboração do projecto pessoal de vida, deve ser mantido um registo rigoroso de ocorrências relativas a cada criança ou jovem e um registo da frequência, duração e

qualidade de visitas ou contactos da sua família, para cada criança ou jovem.

##### **Artigo 234.º**

##### **Relatório final**

No final da avaliação ou diagnóstico da situação da criança ou jovem e assim que estiver delineado e planificado um projecto de vida para o menor acolhido deve ser elaborado um relatório final para entrega no Tribunal, que contenha:

- a) Toda a documentação da criança ou jovem e da sua família;
- b) Avaliações psicológicas feitas à criança e família;
- c) Os registos de ocorrências, contactos e visitas;
- d) Fundamentação do projecto de vida delineado.

### **Livro V**

#### **Tutelar Educativa**

##### **Título I**

##### **Do processo Tutelar Educativa**

##### **Capítulo I**

##### **Disposição Introdutória**

##### **Artigo 235.º**

##### **Âmbito de aplicação**

A prática, por menor com idade compreendida entre os 12 e os 16 anos, de facto qualificado pela lei como crime dá lugar à aplicação de medida tutelar educativa em conformidade com as disposições do presente Diploma.

##### **Título II**

##### **Das medidas Tutelares Educativas**

##### **Capítulo I**

##### **Disposições Gerais**

##### **Artigo 236.º**

##### **Finalidades das medidas**

1. As medidas tutelares educativas, adiante abreviadamente designadas por medidas tutelares, visam a educação do menor para o direito e a sua



inserção, de forma digna e responsável, na vida em comunidade.

2. As causas que excluem ou diminuem a ilicitude ou a culpa são consideradas para a avaliação da necessidade e da espécie de medida.

#### Artigo 237.º

##### **Aplicação da lei no tempo**

Só pode aplicar-se medida tutelar a menor que cometa facto qualificado pela lei como crime e passível de medida tutelar por lei anterior ao momento da sua prática.

#### Artigo 238.º

##### **Enumeração das medidas tutelares**

1. São medidas tutelares:

- a) A admoestação;
- b) Entrega aos pais, tutores ou pessoa encarregada da sua guarda;
- c) A privação do direito de conduzir ciclomotores ou de obter permissão para conduzir ciclomotores;
- d) A reparação ao ofendido;
- e) A realização de prestações económicas ou de tarefas a favor da comunidade;
- f) A imposição de regras de conduta;
- g) A imposição de obrigações;
- h) A frequência de programas formativos;
- i) O acompanhamento educativo;
- j) O internamento em centro educativo.

2. As medidas tutelares são aplicadas isoladas ou cumulativamente aos menores que se encontrem sujeitos a jurisdição do Tribunal de Família e Menor.

3. Considera-se medida institucional a prevista na alínea i) do número anterior e não institucionais as restantes.

4. A medida de internamento em centro

educativo aplica-se segundo um dos seguintes regimes de execução:

- a) Regime aberto;
- b) Regime semiaberto;
- c) Regime fechado.

#### Artigo 239.º

##### **Execução das medidas tutelares**

A execução das medidas tutelares pode prolongar-se até o jovem completar 21 anos, momento em que cessa obrigatoriamente.

#### Artigo 240.º

##### **CrITÉrio de escolha das medidas**

1. Na escolha de medida tutelar aplicável, o Tribunal dá preferência, de entre as que se mostrem adequadas e suficientes, à medida que represente menor intervenção na autonomia de decisão e de condução de vida do menor e que seja susceptível de obter a sua maior adesão e a adesão do seu representante legal ou pessoa que tenha a sua guarda de facto.

2. O disposto no número anterior é correspondentemente aplicável à fixação da modalidade ou do regime de execução de medida tutelar.

3. A escolha da medida tutelar aplicável é orientada pelo interesse do menor.

4. Quando o menor for considerado autor da prática de uma pluralidade de factos qualificados como crime, o Tribunal aplica uma ou várias medidas tutelares, de acordo com a concreta necessidade de educação do menor para o direito.

#### Artigo 241.º

##### **Determinação da duração das medidas**

1. A medida tutelar deve ser proporcionada à gravidade do facto e à necessidade de educação do menor para o direito, manifestada na prática do facto e subsistente no momento da decisão.

2. A duração da medida de internamento em centro educativo não pode, em caso algum, exceder o limite máximo da pena de prisão prevista para o crime correspondente ao facto.

**Artigo 242.º****Aplicação de várias medidas**

1. Quando forem aplicadas várias medidas tutelares ao mesmo menor, no mesmo ou em diferentes processos, o Tribunal determina o seu cumprimento simultâneo, quando entender que as medidas são concretamente compatíveis.

2. Quando considerar que o cumprimento simultâneo de medidas tutelares aplicadas no mesmo processo não é possível, o Tribunal, ouvido o Ministério Público, substitui todas ou algumas medidas por outras ou determina o seu cumprimento sucessivo, nos termos do presente Diploma.

3. No caso de aplicação de várias medidas ao mesmo menor em diferentes processos, cujo cumprimento simultâneo não seja possível nos termos do n.º 1, o Tribunal determina o seu cumprimento sucessivo, nos termos do presente Diploma.

4. No caso de substituição de medidas tutelares, o Tribunal toma em conta o disposto nos artigos anteriores do presente capítulo.

5. Se for caso de cumprimento sucessivo de medidas tutelares, o tempo total de duração não pode ultrapassar o dobro do tempo de duração da medida mais grave aplicada, cessando, em qualquer caso, o cumprimento na data em que o seu destinatário completar 21 anos.

**Capítulo II**  
**Conteúdo das Medidas****Artigo 243.º****Admoestação**

A admoestação consiste na advertência solene feita pelo juiz ao menor, exprimindo o carácter ilícito da conduta e o seu desvalor e consequências e exortando-o a adequar o seu comportamento às normas e valores jurídicos e a inserir-se, de uma forma digna e responsável, na vida em comunidade.

**Artigo 244.º****Privação do direito de conduzir**

A medida de privação do direito de conduzir ciclomotores ou de obter permissão para conduzir ciclomotores consiste na cassação ou na proibição

de obtenção da licença, por período entre um mês e um ano.

**Artigo 245.º****Reparação ao ofendido**

1. A reparação ao ofendido consiste em, o menor:

- a) Apresentar desculpas ao ofendido;
- b) Compensar economicamente o ofendido, no todo ou em parte, pelo dano patrimonial;
- c) Exercer, em benefício do ofendido, actividade que se conexe com o dano, sempre que for possível e adequado.

2. A apresentação de desculpas ao ofendido consiste em o menor exprimir o seu pesar pelo facto, por qualquer das seguintes formas:

- a) Manifestação, na presença do juiz e do ofendido, do seu propósito de não repetir factos análogos;
- b) Satisfação moral ao ofendido, mediante acto que simbolicamente traduza arrependimento.

3. O pagamento da compensação económica pode ser efectuado em prestações, desde que não desvirtue o significado da medida, atendendo o juiz, na fixação do montante da compensação ou da prestação, apenas às disponibilidades económicas do menor.

4. A actividade exercida em benefício do ofendido não pode ocupar mais de dois dias por semana e três horas por dia e respeita o período de repouso do menor, devendo salvaguardar um dia de descanso semanal e ter em conta a frequência da escolaridade, bem como outras actividades que o Tribunal considere importantes para a formação do menor.

5. A actividade exercida em benefício do ofendido tem o limite máximo de doze horas, distribuídas, no máximo, por quatro semanas.

6. A medida de reparação nas modalidades previstas nas alíneas b) e c) do n.º 1 exige o consentimento do ofendido.

## Artigo 246.º

**Prestações económicas ou tarefas a favor da comunidade**

1. A medida de prestações económicas ou de realização de tarefas a favor da comunidade consiste em o menor entregar uma determinada quantia ou exercer actividade em benefício de entidade, pública ou privada, de fim não lucrativo.

2. A actividade exercida tem a duração máxima de sessenta horas, não podendo exceder três meses.

3. A realização de tarefas a favor da comunidade pode ser executada em fins-de-semana ou dias feriados.

4. É correspondentemente aplicável o disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 245.º.

## Artigo 247.º

**Imposição de regras de conduta**

1. A medida de imposição de regras de conduta tem por objectivo criar ou fortalecer condições para que o comportamento do menor se adequa às normas e valores jurídicos essenciais da vida em sociedade.

2. Podem ser impostas, entre outras, as seguintes regras de conduta com a obrigação de:

- a) Não frequentar certos meios, locais ou espectáculos;
- b) Não acompanhar determinadas pessoas;
- c) Não consumir bebidas alcoólicas;
- d) Não frequentar certos grupos ou associações;
- e) Não ter em seu poder certos objectos.

3. As regras de conduta não podem representar limitações abusivas ou irrazoáveis à autonomia de decisão e de condução de vida do menor e têm a duração máxima de dois anos.

## Artigo 248.º

**Imposição de obrigações**

1. A medida de imposição de obrigações tem por objectivo contribuir para o melhor aproveitamento

na escolaridade ou na formação profissional e para o fortalecimento de condições psico-biológicas necessárias ao desenvolvimento da personalidade do menor.

2. A imposição de obrigações pode consistir na obrigação de o menor:

- a) Frequentar um estabelecimento de ensino com sujeição a controlo de assiduidade e aproveitamento;
- b) Frequentar um centro de formação profissional ou seguir uma formação profissional, ainda que não certificada;
- c) Frequentar sessões de orientação em instituição psico-pedagógica e seguir as directrizes que lhe forem fixadas;
- d) Frequentar actividades de clubes ou associações juvenis;
- e) Submeter-se a programas de tratamento médico, médico-psiquiátrico, médico-psicológico ou equiparado junto de entidade ou de instituição oficial ou particular, em regime de internamento ou em regime ambulatorio.

3. A submissão a programas de tratamento visa, nomeadamente, o tratamento das seguintes situações:

- a) Habituação alcoólica;
- b) Consumo habitual de estupefacientes;
- c) Doença infecto-contagiosa ou sexualmente transmissível;
- d) Anomalia psíquica.

4. O juiz deve, em todos os casos, procurar a adesão do menor ao programa de tratamento, sendo necessário o consentimento do menor quando tiver idade superior a 14 anos.

5. É igualmente aplicável o disposto no n.º 3 do artigo 247.º.

**Artigo 249.º****Frequência de programas formativos**

1. A medida de frequência de programas formativos consiste na participação em:

- a) Programas de ocupação de tempos livres;
- b) Programas de educação sexual e reprodutiva;
- c) Programas de educação rodoviária;
- d) Programas de orientação psico-pedagógica;
- e) Programas de despiste e orientação profissional;
- f) Programas de aquisição de competências pessoais e sociais;
- g) Programas desportivos.

2. A medida de frequência de programas formativos tem a duração máxima de seis meses, salvo nos casos em que o programa tenha duração superior, não podendo exceder um ano.

3. A título excepcional, e para possibilitar a execução da medida, o Tribunal pode decidir que o menor resida junto de pessoa idónea ou em instituição de regime aberto não dependente do Ministério encarregue pela área da Justiça, que faculte o alojamento necessário para a frequência do programa.

**Artigo 250.º****Acompanhamento educativo**

1. A medida de acompanhamento educativo consiste na execução de um projecto educativo pessoal que abranja as áreas de intervenção fixadas pelo Tribunal.

2. O Tribunal pode impor ao menor sujeito a acompanhamento educativo regras de conduta ou obrigações, bem como a frequência de programas formativos.

3. O projecto é elaborado pelos serviços de Reinserção Social e sujeito a homologação judicial.

4. Compete aos serviços de Reinserção Social supervisionar, orientar, acompanhar e apoiar o

menor durante a execução do projecto educativo pessoal.

5. A medida de acompanhamento educativo tem a duração mínima de três meses e máxima de dois anos.

6. No caso de o Tribunal impor ao menor a frequência de programas formativos, é correspondentemente aplicável o disposto no n.º 3 do artigo 249.º.

7. No caso de o Tribunal impor ao menor a obrigação prevista na alínea e) do n.º 2 do artigo 248.º, vale correspondentemente o disposto no n.º 4 do mesmo artigo.

**Artigo 251.º****Internamento**

1. A medida de internamento visa proporcionar ao menor, por via do afastamento temporário do seu meio habitual e da utilização de programas e métodos pedagógicos, a interiorização de valores conformes ao direito e a aquisição de recursos que lhe permitam, no futuro, conduzir a sua vida de modo social e juridicamente responsável.

2. A medida de internamento em regime aberto, em regime semiaberto e em regime fechado é executada em centro educativo classificado com o correspondente regime de funcionamento e grau de abertura ao exterior.

3. A medida de internamento em regime semiaberto é aplicável quando o menor tiver cometido facto qualificado como crime contra as pessoas a que corresponda pena máxima, abstractamente aplicável, de prisão superior a três anos ou tiver cometido dois ou mais factos qualificados como crimes a que corresponda pena máxima, abstractamente aplicável, superior a três anos.

4. A medida de internamento em regime fechado é aplicável quando se verificarem cumulativamente os seguintes pressupostos:

- a) Ter o menor cometido facto qualificado como crime a que corresponda pena máxima, abstractamente aplicável, de prisão superior a cinco anos ou ter cometido dois ou mais factos contra as pessoas, qualificados como crimes a que

corresponda pena máxima, abstractamente aplicável, de prisão superior a três anos;

- b) Ter o menor idade superior a 14 anos à data da aplicação da medida.

#### Artigo 252.º

##### **Duração da medida de internamento**

1. A medida de internamento em regime aberto e semiaberto tem a duração mínima de três meses e máxima de dois anos.

2. A medida de internamento em regime fechado tem a duração mínima de seis meses e máxima de dois anos, salvo o disposto no número seguinte.

3. A medida de internamento em regime fechado tem a duração máxima de três anos, quando o menor tiver praticado facto qualificado como crime a que corresponda pena máxima, abstractamente aplicável, de prisão superior a oito anos, ou dois ou mais factos qualificados como crimes contra as pessoas a que corresponda a pena máxima, abstractamente aplicável, de prisão superior a cinco anos.

### **Capítulo III**

#### **Regime das medidas**

#### Artigo 253.º

##### **Não cumulação**

1. Salvo o disposto no n.º 2 do artigo 250.º e no número seguinte, as medidas tutelares não podem ser aplicadas cumulativamente por um mesmo facto ao mesmo menor.

2. A medida de privação do direito de conduzir ciclomotores ou de obter permissão para conduzir ciclomotores pode cumular-se com outra medida.

#### Artigo 254.º

##### **Prestações económicas ou tarefas a favor da comunidade**

1. Se for aplicada medida de realização de prestações económicas ou de tarefas a favor da comunidade, o Tribunal fixa, na decisão:

- a) A modalidade da medida;
- b) Consoante o caso, o montante e a forma da prestação económica ou a actividade, a

duração e a forma da sua prestação;

- c) Consoante o caso, a entidade que acompanha a execução ou a entidade destinatária da prestação.

2. O Tribunal pode deferir aos Serviços Reeducação de Menor e ou de Reinserção Social a definição da forma da prestação de actividade.

#### Artigo 255.º

##### **Imposição de obrigações, frequência de programas formativos e acompanhamento educativo**

1. Antes de aplicar as medidas de imposição de obrigações, de frequência de programas formativos ou de acompanhamento educativo que incluir obrigações ou frequência de programas formativos, o Tribunal pode pedir aos serviços de Reinserção Social informação sobre instituições ou entidades junto das quais o menor deve cumprir a medida, respectivos programas, horários, condições de frequência e vagas disponíveis.

2. Os serviços de Reinserção Social informam o Tribunal em prazo não superior a 20 dias.

#### Artigo 256.º

##### **Execução participada**

1. O Tribunal associa à execução de medidas tutelares não institucionais, sempre que for possível e adequadas aos fins educativos visados, aos pais ou outras pessoas significativas para o menor, familiares ou não.

2. O Tribunal delimita a colaboração das pessoas referidas no número anterior relativamente a serviços e entidades encarregados de acompanhar e assegurar a execução das medidas, em ordem a garantir a conjugação de esforços.

### **Capítulo IV**

#### **Interactividade entre Penas e Medidas Tutelares**

#### Artigo 257.º

##### **Execução cumulativa de medidas e penas**

O menor sujeito a processo tutelar que for simultaneamente arguido em processo penal cumpre cumulativamente as medidas tutelares e as penas que lhe forem aplicadas, sempre que as mesmas

forem entre si concretamente compatíveis.

#### Artigo 258.º

##### **Condenação em pena de prisão efectiva**

1. Cessa a execução das medidas tutelares quando o jovem maior de 16 anos for condenado em pena de prisão efectiva, salvo o disposto no número seguinte.

2. Tratando-se das medidas de admoestação, de reparação ao ofendido na modalidade de compensação económica ou de prestações económicas a favor da comunidade a sua execução não cessa com a condenação em pena de prisão efectiva, nos casos em que a situação concreta do jovem, durante a execução da pena, lhe garanta disponibilidades económicas bastantes para satisfazer os encargos resultantes do cumprimento das medidas.

3. Quando a execução da medida tutelar cesse nos termos do n.º 1, a execução da pena de prisão inicia-se com o trânsito em julgado da sentença condenatória.

#### Artigo 259.º

##### **Condenação nas penas de internamento em centro de detenção, colocação por dias livres em centro de detenção ou colocação em centro de detenção em regime de semi-internato**

1. Quando for aplicada pena de internamento em centro de detenção, pena de colocação por dias livres em centro de detenção ou pena de colocação em centro de detenção em regime de semi-internato ao jovem maior de 16 anos que esteja a cumprir medida tutelar de internamento, a execução das penas referidas tem início após o cumprimento da medida tutelar.

2. Quando for aplicada medida tutelar não institucional a jovem maior de 16 anos que esteja a cumprir pena de internamento em centro de detenção, pena de colocação por dias livres em centro de detenção ou pena de colocação em centro de detenção em regime de semi-internato e a medida aplicada for incompatível com a pena em execução, aquela é executada após o cumprimento desta.

3. Quando for aplicada medida tutelar de internamento em regime aberto ou semi-aberto a jovem maior de 16 anos que esteja a cumprir pena

de internamento em centro de detenção, pena de colocação por dias livres em centro de detenção ou pena de colocação em centro de detenção em regime de semi-internato, a execução da medida tutelar tem início após o cumprimento da pena.

4. Quando for aplicada medida tutelar de internamento em regime fechado ao jovem maior de 16 anos que esteja a cumprir pena de internamento em centro de detenção, pena de colocação por dias livres em centro de detenção ou pena de colocação em centro de detenção em regime de semi-internato, a pena cessa no momento em que o tempo que falte cumprir for igual ou inferior ao da duração da medida cuja execução se inicia nesse momento.

#### Artigo 260.º

##### **Condenação em pena de multa, prestação de trabalho a favor da comunidade ou suspensão da execução da pena de prisão**

1. Quando for aplicada pena de multa, prestação de trabalho a favor da comunidade ou suspensão da execução da pena de prisão a jovem maior de 16 anos que esteja a cumprir medida tutelar de internamento, o Tribunal da condenação:

- a) Tratando-se de multa que o jovem não possa cumprir dada a sua situação concreta, pode proceder à suspensão da prisão subsidiária, nos termos do Código Penal;
- b) Tratando-se de prestação de trabalho a favor da comunidade, procede à suspensão da pena de prisão determinada na sentença, nos termos do Código Penal;
- c) Tratando-se da suspensão da pena de prisão, modifica os deveres, regras de conduta ou obrigações impostas.

2. Nos casos previstos nas alíneas a) a c) do número anterior, o Tribunal da condenação procede, respectivamente, à fixação ou modificação dos deveres, regras de conduta ou obrigações, por forma a adequá-los à situação concreta do jovem, ou pode solicitar ao Tribunal que aplicou a medida as informações que entender necessárias para proceder a essa fixação ou modificação.

3. Quando for aplicada medida tutelar de internamento ao jovem maior de 16 anos que esteja a cumprir alguma das penas referidas no n.º 1, o regime da medida a executar tem em conta, tanto



quanto possível, a compatibilidade da pena com a medida.

**Artigo 261.º**  
**Prisão preventiva**

1. A aplicação de prisão preventiva ao jovem maior de 16 anos não prejudica a execução cumulativa de medida tutelar não institucional que esteja a cumprir ou lhe seja aplicada, desde que esta não seja concretamente incompatível com a prisão.

2. Tratando-se das medidas de admoestação, de reparação ao ofendido na modalidade de compensação económica ou de prestações económicas a favor da comunidade a execução é compatível com a prisão preventiva, salvo nos casos em que a situação concreta do jovem não lhe permitir disponibilidades económicas bastantes para satisfazer os encargos resultantes do cumprimento das medidas.

3. A execução das medidas tutelares não institucionais incompatíveis com a prisão preventiva não se inicia ou interrompe-se conforme o momento em que a prisão seja ordenada.

4. Compete ao juiz que aplica a prisão preventiva determinar, em concreto, a compatibilidade da execução cumulativa de medida tutelar não institucional com a prisão preventiva.

5. Quando for aplicada prisão preventiva ao jovem maior de 16 anos que esteja a cumprir medida tutelar de internamento, a execução da medida não se interrompe, o menor é colocado ou mantido em centro educativo de regime fechado pelo tempo correspondente à prisão preventiva e o seu termo não afecta a continuação da medida pelo tempo que falte.

6. Quando for aplicada medida tutelar de internamento ao jovem maior de 16 anos que esteja a cumprir prisão preventiva, bem como quando a medida tutelar não se iniciar ou for interrompida nos termos do n.º 3, a execução da medida ou a sua continuação depende do resultado do processo penal, procedendo-se à revisão da medida e o jovem for absolvido ou aplicando-se, conforme o caso, o disposto nos artigos 257.º a 260.º.

**Título III**  
**Dos Tribunais**

**Capítulo I**  
**Tribunal**

**Artigo 262.º**  
**Competência**

1. Compete ao Tribunal de Família e Menor:

- a) A prática dos actos jurisdicionais relativos à instrução preparatória;
- b) A apreciação de factos qualificados pela lei como crime, praticados por menor com idade compreendida entre os 12 e os 16 anos, com vista à aplicação de medida tutelar;
- c) A execução e a revisão das medidas tutelares;
- d) Declarar a cessação ou a extinção das medidas tutelares.

2. O Tribunal de Família e Menor tem ainda competência para decretar medidas tutelares relativamente aos menores de 16 anos, que se encontrem em algumas das seguintes situações:

- a) Mostrem dificuldade séria de adaptação a uma vida social normal, pela sua situação, pelo seu comportamento ou pelas tendências que hajam revelado;
- b) Se entreguem à mendicidade, vadiagem, prostituição e libertinagem.

3. Cessa a competência do Tribunal de Família e Menor quando:

- a) For aplicada pena de prisão efectiva, em processo penal, por crime praticado pelo menor com idade compreendida entre os 16 e os 18 anos;
- b) O menor completar 18 anos antes da data da decisão em 1.ª instância.

4. Nos casos previstos no número anterior, o processo não é iniciado ou, se o tiver sido, é arquivado.

## Artigo 263.º

**Tribunal da Região Judicial**

1. Fora das áreas abrangidas pela jurisdição do Tribunal de Família e Menor, cabe ao Tribunal da Região Judicial conhecer das causas que àqueles estão atribuídas.

2. No caso previsto no número anterior, o Tribunal constitui-se em Tribunal de Família e Menor.

## Artigo 264.º

**Competência Territorial**

1. É competente para a apreciação dos factos e para a aplicação de medida tutelar o Tribunal da residência do menor no momento em que for instaurado o processo.

2. Sendo desconhecida a residência do menor, é competente o Tribunal da residência dos titulares do exercício da responsabilidade parental.

3. Se os titulares do exercício da responsabilidade parental tiverem diferentes residências, é competente o Tribunal da residência daquele cuja guarda o menor estiver confiado ou, no caso de guarda conjunta, com quem o menor residir.

4. Nos casos não previstos nos números anteriores, é competente o Tribunal do local da prática do facto ou, não estando este determinado, o Tribunal do local onde o menor for encontrado.

## Artigo 265.º

**Momento da fixação da competência**

São irrelevantes as modificações que ocorrerem posteriormente ao momento da instauração do processo.

## Artigo 266.º

**Diligências urgentes**

O Tribunal do local da prática do facto e o do local onde o menor for encontrado realiza as diligências urgentes.

## Artigo 267.º

**Carácter individual do processo**

1. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, organiza-se um único processo relativamente a cada

menor, ainda que lhe sejam atribuídos factos diversos ocorridos na mesma ou em diferentes Regiões Judiciais.

2. A conexão só opera em relação a processos que se encontrem simultaneamente na fase de inquérito, na fase jurisdicional ou na fase de execução.

## Artigo 268.º

**Conexão Subjectiva**

1. Organiza-se um só processo quando vários menores tiverem cometido um ou diversos factos, em comparticipação ou reciprocamente, na mesma ocasião ou lugar, sendo uns causa ou efeito dos outros, ou destinando-se uns a continuar ou a ocultar os outros.

2. No caso referido no número anterior, é competente o Tribunal da residência do maior número de menores e, em igualdade de circunstâncias, o Tribunal do processo que tiver sido instaurado em primeiro lugar.

3. É correspondentemente aplicável o disposto no n.º 2 do artigo anterior.

## Artigo 269.º

**Separação de processos**

A autoridade judiciária determina a separação de processos quando a celeridade do processo ou o interesse do menor o justificar.

## Artigo 270.º

**Apensação**

1. Se houver vários processos, procede-se à apensação ao processo instaurado em primeiro lugar, se os menores forem irmãos, ou sujeitos à guarda de facto da mesma pessoa.

2. Quando forem organizados vários processos relativamente ao mesmo menor, após o trânsito em julgado da decisão, os processos são apensados àquele cuja decisão tenha transitado em julgado em primeiro lugar.

## Artigo 271.º

**Tribunal competente para a execução**

A execução das medidas tutelares, incluída a revisão, compete ao Tribunal que as aplicou.

**Artigo 272.º****Execução**

1. A execução das medidas tutelares corre nos próprios autos, perante o juiz do Tribunal de Família e Menor ou constituído como tal.

2. Compete ao juiz:

- a) Tomar as decisões necessárias à execução efectiva das medidas tutelares aplicadas;
- b) Ordenar os procedimentos que considere adequados face às ocorrências que comprometam a execução e que sejam levadas ao seu conhecimento;
- c) Homologar os projectos educativos pessoais dos menores em acompanhamento educativo ou internados;
- d) Decidir sobre a revisão da medida tutelar aplicada;
- e) Acompanhar a evolução do processo educativo do menor através dos relatórios de execução das medidas;
- f) Decidir sobre os recursos interpostos relativamente à execução das medidas tutelares a que se refere o artigo 364.º;
- g) Decidir sobre os pedidos e queixas apresentados sobre quaisquer circunstâncias da execução das medidas susceptíveis de pôr em causa os direitos dos menores;
- h) Realizar visitas aos centros educativos e contactar com os menores internados.

**Capítulo II  
Ministério Público****Artigo 273.º****Competência**

1. Compete ao Ministério Público:

- a) Dirigir a instrução preparatória;
- b) Promover as diligências que tiver por convenientes e recorrer, na defesa da lei e no interesse do menor;

- c) Promover a execução das medidas tutelares e das custas e demais quantias devidas ao Estado;
- d) Dar obrigatoriamente parecer sobre recursos, pedidos e queixas interpostos ou apresentados nos termos da lei;
- e) Dar obrigatoriamente parecer sobre o projecto educativo pessoal de menor em acompanhamento educativo ou internado em centro educativo;
- f) Realizar visitas a centros educativos e contactar com os menores internados.

2. É correspondentemente aplicável o disposto nos artigos 264.º a 266.º.

**Título IV  
Do processo Tutelar****Capítulo I  
Princípios Gerais****Artigo 274.º****Sigilo**

1. O processo tutelar é secreto até ao despacho que designar data para a audiência preliminar ou para a audiência, se aquela não tiver lugar.

2. A publicidade do processo faz-se com respeito pela personalidade do menor e pela sua vida privada, devendo, na medida do possível, preservar a sua identidade.

**Artigo 275.º****Mediação**

1. Para realização das finalidades do processo, e com os efeitos previstos no presente diploma, a autoridade judiciária pode determinar a cooperação de entidades públicas ou privadas de mediação.

2. A mediação tem lugar por iniciativa da autoridade judiciária, do menor, do seu representante legal e da pessoa que tenha a sua guarda de facto ou defensor.

**Artigo 276.º****Iniciativas cíveis e de protecção**

1. Em qualquer fase do processo tutelar

educativo, nomeadamente em caso de arquivamento, o Ministério Público:

- a) Participa às entidades competentes a situação de menor que careça de protecção social;
- b) Toma as iniciativas processuais que se justificarem relativamente ao exercício ou ao suprimento da responsabilidade parental;
- c) Requer a aplicação de medidas de protecção.

2. Em caso de urgência, as medidas a que se refere a alínea c) do número anterior podem ser decretadas provisoriamente no processo tutelar educativo, caducando se não forem confirmadas em acção própria proposta no prazo de um mês.

3. As decisões proferidas em processos que decretam medidas ou providências de qualquer natureza relativamente ao menor devem conjugar-se com as proferidas no processo tutelar educativo.

#### Artigo 277.º

##### **Processos urgentes**

1. Correm durante férias judiciais os processos relativos a menor sujeito à medida cautelar de guarda em instituição pública ou privada ou em centro educativo ou a internamento para efeito de realização de perícia sobre a personalidade.

2. Quando a demora do processo puder causar prejuízo ao menor, o Tribunal decide, por despacho fundamentado, que o processo seja considerado urgente e corra durante férias.

#### Artigo 278.º

##### **Direitos do menor**

1. A participação do menor em qualquer diligência processual, ainda que sob detenção ou guarda, faz-se de modo que se sinta livre na sua pessoa e com o mínimo de constrangimento.

2. Em qualquer fase do processo, o menor tem especialmente direito a:

- a) Ser ouvido, oficiosamente ou quando o requerer, pela autoridade judiciária;
- b) Não responder às perguntas feitas por

qualquer entidade sobre os factos que lhe forem imputados ou sobre o conteúdo das declarações que acerca deles prestar;

- c) Não responder sobre a sua conduta, o seu carácter ou a sua personalidade;
- d) Ser assistido por especialista em psiquiatria ou psicologia sempre que o solicite, para efeitos de avaliação da necessidade de aplicação de medida tutelar;
- e) Ser assistido por defensor em todos os actos processuais em que participar e, quando detido, comunicar, mesmo em privado, com ele;
- f) Ser acompanhado pelo representante legal ou da pessoa que tiver a sua guarda de facto, salvo decisão fundada no seu interesse ou em necessidades do processo;
- g) Oferecer provas e requerer diligências;
- h) Ser informado dos direitos que lhe assistem;
- i) Recorrer, nos termos deste Código, das decisões que lhe forem desfavoráveis.

3. O menor não presta juramento em caso algum.

4. Os direitos referidos nas alíneas f) e h) do n.º 2 podem ser exercidos, em nome do menor, pelo representante legal e da pessoa que tenha a sua guarda de facto ou defensor.

#### Artigo 279.º

##### **Defensor**

1. O menor, o representante legal ou a pessoa que tenha a sua guarda de facto podem constituir ou requerer a nomeação de defensor, em qualquer fase do processo.

2. Não tendo sido anteriormente constituído ou nomeado, a autoridade judiciária nomeia defensor no despacho em que determine a audição ou a detenção do menor.

3. O defensor nomeado cessa funções logo que seja constituído outro.

4. O defensor é advogado ou, quando não seja possível, advogado estagiário.

5. A nomeação de defensor deve recair preferencialmente entre advogados com formação especializada, segundo lista a elaborar pela Ordem dos Advogados.

#### Artigo 280.º

##### **Audição do Menor**

1. A audição do menor é sempre realizada pela autoridade judiciária.

2. A autoridade judiciária pode designar um técnico de serviço social ou outra pessoa especialmente habilitada para acompanhar o menor em acto processual e, se for caso disso, proporcionar ao menor o apoio psicológico necessário por técnico especializado.

#### Artigo 281.º

##### **Inimputabilidade em razão de anomalia psíquica**

1. Quando, em qualquer fase do processo, se verificar que o menor sofre de anomalia psíquica que o impede de compreender o sentido da intervenção tutelar, o processo é arquivado.

2. No caso previsto no número anterior, o Ministério Público encaminha o menor para os serviços de saúde mental, examina a necessidade de internamento, e, se for caso disso, providencia o internamento.

3. O despacho de arquivamento é notificado ao menor, ao representante legal ou à pessoa que tenha a sua guarda de facto e ao ofendido.

#### **Capítulo II**

##### **Identificação, detenção e medidas cautelares**

##### **Secção I Identificação**

#### Artigo 282.º

##### **Formalidades**

O procedimento de identificação de menor obedece às formalidades previstas no processo penal, com as seguintes especialidades:

- a) Na impossibilidade de apresentação de documento, o órgão de polícia criminal deve procurar, de imediato, comunicar-se com o representante legal ou a pessoa que tenha a

guarda de facto do menor;

- b) O menor não pode permanecer em posto policial, para efeito de identificação, por mais de três horas.

##### **Secção II Detenção**

#### Artigo 283.º

##### **Pressupostos**

1. A detenção do menor é efectuada:

- a) Em caso de flagrante delito, para, no mais curto prazo, sem nunca exceder quarenta e oito horas, ser apresentado ao juiz, a fim de ser interrogado ou para sujeição a medida cautelar;
- b) Para assegurar a presença imediata ou, não sendo possível, no mais curto prazo, sem nunca exceder doze horas, perante o juiz, a fim de ser interrogado ou para aplicação ou execução de medida cautelar, ou em acto processual presidido por autoridade judiciária;
- c) Para sujeição, em regime ambulatorio ou de internamento, a perícia psiquiátrica ou sobre a personalidade.

2. A detenção fora de flagrante delito tem apenas lugar quando a comparência do menor não puder ser assegurada pelo representante legal ou a pessoa que tenha a sua guarda de facto e faz-se por mandado do juiz, a requerimento do Ministério Público durante a instrução preparatória e, depois, mesmo officiosamente.

#### Artigo 284.º

##### **Flagrante delito**

1. O menor só pode ser detido em flagrante delito por facto qualificado como crime punível com pena de prisão, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

2. A detenção só se mantém quando o menor tiver cometido facto qualificado como crime contra pessoas a que corresponda pena máxima, abstractamente aplicável, de prisão superior a três anos ou tiver cometido dois ou mais factos qualificados como crimes a que corresponda pena

máxima, abstractamente aplicável, superior a três anos, cujo procedimento não dependa de queixa ou de acusação particular.

3. Fora dos casos referidos no número anterior, procede-se apenas à identificação do menor.

4. Em caso de flagrante delito:

- a) A autoridade judiciária ou qualquer entidade policial procede à detenção;
- b) Se não estiver presente autoridade judiciária ou entidade policial nem puder ser chamada em tempo útil, qualquer pessoa pode proceder à detenção, entregando imediatamente o menor àquelas entidades.

#### **Artigo 285.º** **Comunicação**

1. Salvo quando haja risco de a inviabilizar, a detenção fora de flagrante delito é precedida de comunicação ao representante legal ou à pessoa que tenha a guarda de facto do menor.

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, qualquer detenção é comunicada, no mais curto prazo e pelo meio mais rápido, ao representante legal ou à pessoa que tiver a guarda de facto do menor.

#### **Artigo 286.º** **Confiança do menor**

1. Quando não for possível apresentá-lo imediatamente ao juiz, o menor é confiado ao representante legal, a quem tenha a sua guarda de facto ou a instituição onde se encontre internado.

2. Se a confiança do menor nos termos do número anterior não for suficiente para garantir a sua presença perante o juiz ou para assegurar as finalidades da detenção, o menor é recolhido no centro educativo ou em instalações próprias e adequadas de entidade policial, sendo-lhe, em qualquer caso, ministrados os cuidados e a assistência médica, psicológica e social que forem aconselhados pela sua idade, sexo e condições individuais.

3. O menor confiado nos termos dos números anteriores é apresentado ao juiz no prazo e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo

283.º.

#### **Artigo 287.º** **Primeiro interrogatório**

Quando assistirem ao primeiro interrogatório, o representante legal ou à pessoa que tiver a guarda de facto do menor abstêm-se de qualquer interferência.

### **Secção III** **Medidas Cautelares**

#### **Artigo 288.º** **Adequação e proporcionalidade**

As medidas cautelares devem ser adequadas às exigências preventivas ou processuais que o caso requerer e proporcionadas à gravidade do facto e às medidas tutelares aplicáveis.

#### **Artigo 289.º** **Tipicidade**

São medidas cautelares:

- a) A entrega do menor ao representante legal ou a pessoa que tenha a sua guarda de facto ou outra pessoa idónea, com imposição de obrigações ao menor;
- b) A guarda do menor em instituição pública ou privada;
- c) A guarda do menor em centro educativo.

#### **Artigo 290.º** **Pressupostos**

1. A aplicação de medidas cautelares pressupõe:

- a) A existência de indícios do facto;
- b) A previsibilidade de aplicação de medida tutelar;
- c) A existência fundada de perigo de fuga ou de cometimento de outros factos qualificados pela lei como crime.

2. A medida prevista na alínea c) do artigo anterior só pode ser aplicada quando se verificarem os pressupostos previstos na alínea a) do n.º 4 do artigo 251.º.



3. No caso previsto no número anterior, a medida é executada em centro educativo semi-aberto se o menor tiver idade inferior a 14 anos.

4. Se o menor tiver idade igual ou superior a 14 anos, o juiz determina a execução da medida em centro educativo de regime semi-aberto ou fechado.

#### **Artigo 291.º** **Formalidades**

1. As medidas cautelares são aplicadas por despacho do juiz, a requerimento do Ministério Público durante a instrução preparatória e, posteriormente, mesmo oficiosamente.

2. A aplicação de medidas cautelares exige a audição prévia do Ministério Público, se não for o requerente, do defensor e, sempre que possível, do representante legal ou da pessoa que tenha a guarda de facto do menor.

3. O despacho referido no n.º 1 é notificado ao menor e comunicado ao representante legal ou a pessoa que tenha a sua guarda de facto.

#### **Artigo 292.º** **Duração**

1. A medida de guarda de menor em centro educativo tem o prazo máximo de três meses, prorrogável até ao limite máximo de mais três meses em casos de especial complexidade devidamente fundamentados.

2. O prazo de duração das restantes medidas cautelares é de seis meses até à decisão do Tribunal de 1.ª Instância e de um ano até ao trânsito em julgado da decisão.

#### **Artigo 293.º** **Revisão**

1. Oficiosamente ou a requerimento, as medidas cautelares são substituídas, se o juiz concluir que a medida aplicada não realiza as finalidades pretendidas.

2. As medidas cautelares são revistas, oficiosamente, de dois em dois meses.

3. O Ministério Público e o defensor são ouvidos, se não forem os requerentes.

#### **Artigo 294.º** **Cessação**

As medidas cautelares cessam logo que deixarem de se verificar os pressupostos da sua aplicação.

#### **Artigo 295.º** **Pedido de informação**

A fim de fundamentar as decisões sobre a substituição e a cessação da medida de guarda em centro educativo o juiz, oficiosamente ou a requerimento, pode solicitar informação aos serviços de Reeducação de Menor e ou de Reinserção Social.

#### **Artigo 296.º** **Extinção**

1. As medidas cautelares extinguem-se:

- a) Quando tiver decorrido o prazo da sua duração;
- b) Com a suspensão do processo;
- c) Com o arquivamento da instrução preparatória ou do processo;
- d) Com o trânsito em julgado da decisão.

2. As medidas cautelares extinguem-se também quando a decisão de 1.ª instância, ainda que não transitada em julgado, não tiver aplicada qualquer medida ou tiver aplicada medida menos grave do que a de acompanhamento educativo.

### **Capítulo III** **Provas**

#### **Artigo 297.º** **Objecto**

Constituem objecto de prova os factos juridicamente relevantes para a verificação da existência ou inexistência do facto, para avaliação da necessidade de medida tutelar e para determinação da medida a aplicar.

#### **Artigo 298.º** **Declarações e inquirições**

1. O representante legal ou quem tenha a guarda de facto do menor prestam declarações, mas não são

ajuramentados.

2. A inquirição sobre factos relativos à personalidade e ao carácter do menor, bem como às suas condições pessoais e à sua conduta anterior e posterior, é permitida, quer para prova do facto quer para avaliação da necessidade de medida tutelar e determinação da medida a aplicar.

3. Quando tenham idade inferior a 16 anos, o ofendido e as testemunhas são inquiridos pela autoridade judiciária.

4. O ofendido é inquirido quando a autoridade judiciária, oficiosamente ou a requerimento, o entender conveniente para a boa decisão da causa.

#### Artigo 299.º

##### **Convocação de menores**

As testemunhas ou quaisquer outros participantes processuais com idade inferior a 18 anos são convocados na sua pessoa e nas pessoas do representante legal ou quem tiver a sua guarda de facto, podendo o juiz fazer recair sobre estes as sanções devidas por falta injustificada.

#### Artigo 300.º

##### **Exames e perícias**

1. Os exames e as perícias têm carácter de urgência e, salvo quando outro prazo for exigido pela sua natureza, são apresentados no prazo máximo de dois meses.

2. As perícias sobre o menor podem ser realizadas em regime ambulatorio ou de internamento, total ou parcial.

3. A realização de perícia em regime não ambulatorio é autorizada por despacho do juiz.

4. O internamento para a realização da perícia não pode exceder dois meses, prorrogáveis por um mês, por despacho do juiz, em caso de especial complexidade devidamente fundamentado.

#### Artigo 301.º

##### **Perícia sobre a personalidade**

Quando for de aplicar medida de internamento em regime fechado, a autoridade judiciária ordena aos serviços de Reeducação de Menor e ou de Reinserção Social a realização de perícia sobre a

personalidade.

#### Artigo 302.º

##### **Acareação**

A prova por acareação em que intervenha o menor é ordenada pela autoridade judiciária e tem lugar na sua presença.

#### Artigo 303.º

##### **Informação e relatório social**

1. Podem utilizar-se como meios de obtenção da prova a informação e o relatório social.

2. A informação e o relatório social têm por finalidade auxiliar a autoridade judiciária no conhecimento da personalidade do menor, incluída a sua conduta e inserção sócio-económica, educativa e familiar.

3. A informação é ordenada pela autoridade judiciária e pode ser solicitada aos serviços de Reeducação de Menor e ou de Reinserção Social ou a outros serviços públicos ou entidades privadas, devendo ser apresentada no prazo de 10 dias.

4. O relatório social é ordenado pela autoridade judiciária e solicitado aos serviços de Reeducação de Menor e ou de Reinserção Social, devendo ser apresentado no prazo máximo de 20 dias.

5. Em caso de necessidade, pode a autoridade judiciária solicitar a actualização ou informação complementar do relatório apresentado ouvindo, em esclarecimentos e sem ajuramentação, os técnicos que o subscreveram.

6. É obrigatória a elaboração de relatório social com avaliação psicológica quando for de aplicar medida de internamento em regime aberto ou semi-aberto.

### **Capítulo IV**

#### **Instrução Preparatória**

##### **Secção I**

##### **Abertura**

#### Artigo 304.º

##### **Denúncia**

1. Salvo o disposto no número seguinte, qualquer pessoa pode denunciar ao Ministério Público ou ao

órgão de polícia criminal facto qualificado pela lei como crime, praticado por menor com idade compreendida entre os 12 e os 16 anos.

2. Se o facto for qualificado como crime cujo procedimento depende de queixa ou de acusação particular a legitimidade para a denúncia cabe ao ofendido.

3. A denúncia não está sujeita a formalismo especial, mas deve, sempre que possível, indicar os meios de prova.

4. A denúncia apresentada ao órgão de polícia criminal é transmitida, no mais curto prazo, ao Ministério Público.

#### Artigo 305.º

##### **Denúncia obrigatória**

1. Sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo anterior, a denúncia é obrigatória:

- a) Para os órgãos de polícia criminal, quanto a factos de que tomem conhecimento;
- b) Para os funcionários, quanto a factos de que tomem conhecimento no exercício das suas funções e por causa delas.

2. A denúncia ou a transmissão da denúncia feita por órgão de polícia criminal é, sempre que possível, acompanhada de informação que puder obter sobre a conduta anterior do menor e sua situação familiar, educativa e social.

3. Se não puder acompanhar a denúncia, a informação é apresentada no prazo máximo de 8 dias.

#### Artigo 306.º

##### **Abertura**

Adquirida a notícia do facto, o Ministério Público determina a abertura da instrução preparatória.

### **Secção II Formalidades**

#### Artigo 307.º

##### **Direcção, objecto e prazo**

1. A instrução preparatória é dirigida pelo Ministério Público, assistido por órgãos de polícia criminal e por serviços de Reeducação de Menor e

ou de Reinserção Social.

2. A instrução preparatória compreende o conjunto de diligências que visam investigar a existência de facto qualificado pela lei como crime e determinar a necessidade de educação do menor para o direito, com vista à decisão sobre a aplicação de medida tutelar.

3. A assistência dos serviços de Reeducação de Menor e ou de Reinserção Social tem por objecto a realização dos meios de obtenção da prova a que se refere o artigo 303.º.

4. O prazo para a conclusão da instrução preparatória é de três meses, podendo, mediante despacho fundamentado, ser prorrogado por mais três meses, em razão de especial complexidade.

#### Artigo 308.º

##### **Cooperação**

O Ministério Público pratica os actos e assegura os meios de prova necessários à realização da instrução preparatória e pode solicitar as diligências e informações que entender convenientes a qualquer entidade pública ou privada.

#### Artigo 309.º

##### **Audição do menor**

1. Aberto a instrução preparatória, o Ministério Público ouve o menor, no mais curto prazo.

2. A audição pode ser dispensada quando for caso de arquivamento liminar e pode ser adiada no interesse do menor.

#### Artigo 310.º

##### **Arquivamento liminar**

1. O Ministério Público procede ao arquivamento liminar da instrução preparatória quando, sendo o facto qualificado como crime punível com pena de prisão máxima não superior a um ano e, perante a informação a que se refere o n.º 2 do artigo 305.º, se revelar desnecessária a aplicação de medida tutelar face à reduzida gravidade dos factos, à conduta anterior e posterior do menor e à sua inserção familiar, educativa e social.

2. Se o crime for de consumo de estupefacientes ou substâncias psicotrópicas, o Ministério Público

procede ao arquivamento liminar da instrução preparatória e, sendo caso disso, encaminha o menor para serviços de apoio e tratamento, se não tiver notícia do cometimento ou do perigo de cometimento de facto qualificado como crime de diferente espécie.

3. O despacho de arquivamento é comunicado ao menor, ao representante legal ou à pessoa que tenha a sua guarda de facto.

4. O despacho de arquivamento é também notificado ao ofendido.

#### Artigo 311.º

##### **Diligências**

A instrução preparatória é constituída pelas diligências que se mostrarem necessárias e, quando útil, às finalidades do processo, por uma sessão conjunta de prova.

#### Artigo 312.º

##### **Disciplina processual**

1. Os actos da instrução preparatória efectuem-se pela ordem que o Ministério Público reputar mais conveniente.

2. O Ministério Público indefere, por despacho, os actos requeridos que não interessem à finalidade da instrução preparatória ou sirvam apenas para protelar o andamento do processo.

#### Artigo 313.º

##### **Sessão conjunta de prova**

A sessão conjunta de prova tem por objectivo examinar contraditoriamente os indícios recolhidos e as circunstâncias relativas à personalidade do menor e à sua inserção familiar, educativa e social, com a finalidade de fundamentar a suspensão do processo ou o despacho final.

#### Artigo 314.º

##### **Obrigações de comparência na sessão conjunta de prova**

1. Na sessão conjunta de prova é obrigatória a presença do menor do representante legal ou de quem tenha a sua guarda de facto e do defensor.

2. Quando se mostrar necessária à finalidade do acto, o Ministério Público determina a comparência

do ofendido.

3. O Ministério Público pode ainda determinar a comparência de outras pessoas, nomeadamente técnicos de serviço de Reeducação de Menor e ou de Reinserção Social.

#### Artigo 315.º

##### **Notificações e adiamento da sessão conjunta de prova**

1. A notificação para a sessão conjunta de prova faz-se com a antecedência mínima de cinco dias, com menção de segunda data para o caso de o menor não poder comparecer e da cominação das consequências a que se referem os números seguintes.

2. A sessão é adiada, se o menor faltar.

3. Na ausência de outras pessoas que tenham sido convocadas, o Ministério Público decide sobre se a sessão deve ou não ser adiada.

4. A sessão conjunta de prova só pode ser adiada uma vez.

5. Se o menor faltar na data novamente designada, é representado por defensor.

#### Secção III

##### **Suspensão do Processo**

#### Artigo 316.º

##### **Regime**

1. Verificando-se a necessidade de medida tutelar, o Ministério Público pode decidir-se pela suspensão do processo, quando sendo o facto qualificado como crime punível com pena de prisão de máximo não superior a cinco anos, o menor apresente um plano de conduta que evidencie estar disposto a evitar, no futuro, a prática de factos qualificados pela lei como crime.

2. Sempre que possível, o plano de conduta é também subscrito pelo representante legal ou quem tenha a guarda de facto do menor.

3. O plano de conduta pode consistir, nomeadamente:

a) Na apresentação de desculpas ao ofendido;

- b) No ressarcimento, efectivo ou simbólico, total ou parcial, do dano, com dispêndio de dinheiro de bolso ou com a prestação de uma actividade a favor do ofendido, observados os limites fixados no artigo 245.º;
- c) Na consecução de certos objectivos de formação pessoal nas áreas escolar, profissional ou de ocupação de tempos livres;
- d) Na execução de prestações económicas ou tarefas a favor da comunidade, observados os limites fixados no artigo 246.º;
- e) Na não frequência de determinados lugares ou no afastamento de certas redes de companhia.

4. O representante legal ou quem tiver a guarda de facto do menor é ouvido sobre o plano de conduta, quando o não tenha subscrito.

5. A suspensão do processo faz-se pelo prazo máximo de um ano e interrompe o prazo da instrução preparatória.

#### Artigo 317.º

##### **Termo**

1. No decurso do período de suspensão, o Ministério Público determina o prosseguimento do processo se verificar que não está a ser observado o plano de conduta.

2. Esgotado o prazo de suspensão e cumprido o plano de conduta, o Ministério Público arquiva a instrução preparatória, caso contrário, prossegue com as diligências a que houver lugar.

3. Se, no período de suspensão, for recebida notícia de facto qualificado como crime imputado ao menor, a denúncia ou participação é junta aos autos e a instrução preparatória prossegue, sendo o objecto do processo alargado aos novos factos.

4. É correspondentemente aplicável o disposto no n.º 3 do artigo 310.º.

#### **Secção IV** **Encerramento**

##### Artigo 318.º **Modalidades**

O Ministério Público encerra a instrução preparatória, arquivando-a ou requerendo a abertura da fase jurisdicional.

##### Artigo 319.º **Arquivamento**

1. O Ministério Público arquiva a instrução preparatória logo que conclua pela:

- a) Inexistência do facto;
- b) Insuficiência de indícios da prática do facto;
- c) Desnecessidade de aplicação de medida tutelar, sendo o facto qualificado como crime punível com pena de prisão de máximo não superior a três anos.

2. É correspondentemente aplicável o disposto no n.º 3 do artigo 310.º.

#### Artigo 320.º

##### **Intervenção hierárquica**

No prazo de 30 dias, contado da data da notificação do despacho de arquivamento, o imediato superior hierárquico do Ministério Público pode determinar o prosseguimento dos autos, indicando as diligências ou a sequência a observar.

#### Artigo 321.º

##### **Requerimento para abertura da fase jurisdicional**

Devendo o processo prosseguir, o Ministério Público requer a abertura da fase jurisdicional.

#### Artigo 322.º

##### **Requisitos do requerimento**

O requerimento para abertura da fase jurisdicional contém:

- a) A identificação do menor, do seu representante legal ou de quem tenha a sua guarda de facto;

- b) A descrição dos factos, incluindo, quando possível, o lugar, o tempo e motivação da sua prática e o grau de participação do menor;
- c) A qualificação jurídico-criminal dos factos;
- d) A indicação de condutas anteriores, contemporâneas ou posteriores aos factos e das condições de inserção familiar, educativa e social que permitam avaliar a personalidade do menor e da necessidade da aplicação de medida tutelar;
- e) A indicação da medida a aplicar ou das razões por que se torna desnecessária;
- f) Os meios de prova;
- g) A data e a assinatura.

#### Artigo 323.º

#### **Princípio da não adesão**

O pedido civil é deduzido em separado perante o Tribunal competente.

### **Capítulo V Fase Jurisdicional**

#### **Secção I Natureza e Actos Preliminares**

#### Artigo 324.º

#### **Natureza**

1. A fase jurisdicional compreende:

- a) A comprovação judicial dos factos;
- b) A avaliação da necessidade de aplicação de medida tutelar;
- c) A determinação da medida tutelar;
- d) A execução da medida tutelar.

2. A fase jurisdicional é presidida pelo juiz e obedece ao princípio do contraditório.

#### Artigo 325.º

#### **Despacho Inicial**

1. Recebido o requerimento para abertura da fase

jurisdicional, o juiz:

- a) Verifica se existem questões prévias que obstem ao conhecimento da causa;
- b) Arquiva o processo quando, sendo o facto qualificado como crime punível com pena de prisão de máximo superior a três anos, lhe merecer concordância a proposta do Ministério Público no sentido de que não é necessária a aplicação de medida tutelar;
- c) Designa o dia para a audiência preliminar se, tendo sido requerida a aplicação de medida não institucional, a natureza e gravidade dos factos, a urgência do caso ou a medida proposta justificarem tratamento abreviado.

2. Não se verificando nenhuma das situações referidas no número anterior, o juiz determina o prosseguimento do processo, mandando notificar o menor, o representante legal e o defensor de que podem:

- a) Requerer diligências, no prazo de 10 dias;
- b) Alegar, no mesmo prazo, ou deferir a alegação para a audiência;
- c) Indicar, no mesmo prazo, os meios de prova a produzir em audiência, se não requererem diligências.

3. É correspondentemente aplicável o disposto no n.º 3 do artigo 310.º.

#### **Secção II Audiência Preliminar**

#### Artigo 326.º

#### **Designação da audiência**

1. A designação da audiência preliminar faz-se para a data mais próxima compatível com a notificação das pessoas que nela devem participar.

2. Se o menor se encontrar sujeito à medida cautelar, a data de audiência é designada com precedência sobre qualquer outro processo.

3. O despacho que designa dia para a audiência preliminar contém:



- a) A indicação dos factos imputados ao menor e a sua qualificação criminal;
- b) Os pressupostos de conduta e de personalidade que justificam a aplicação de medida tutelar;
- c) A medida proposta;
- d) A indicação do lugar, dia e hora da audiência;
- e) A indicação de defensor, se não tiver sido constituído.

4. As indicações constantes das alíneas a) a c) podem ser exaradas por remissão, no todo ou em parte, para o requerimento de abertura da fase jurisdicional.

5. O despacho é notificado ao Ministério Público.

6. O despacho, com o requerimento do Ministério Público quando tenha havido remissão, é ainda notificado ao menor, ao representante legal e ao defensor, com indicação de que podem ser apresentados meios de prova na audiência preliminar.

#### Artigo 327.º Notificações

O despacho que designa o dia para a audiência preliminar é notificado às pessoas que nela devam comparecer, com a antecedência mínima de oito dias.

#### Artigo 328.º Local da audiência e traje profissional

1. Oficiosamente ou a requerimento, o juiz pode determinar que a audiência preliminar decorra fora das instalações do Tribunal, tendo em conta, nomeadamente, a natureza e gravidade dos factos e a idade, personalidade e condições físicas e psicológicas do menor.

2. Os magistrados, os advogados e os funcionários de justiça usam traje profissional na audiência preliminar, salvo quando o juiz, oficiosamente ou a requerimento, considerar que não é aconselhado pela natureza ou gravidade dos factos, pela personalidade do menor ou pela finalidade da intervenção tutelar.

#### Artigo 329.º Restrições e exclusão da publicidade

1. O juiz, oficiosamente ou a requerimento, pode restringir, por despacho fundamentado, a assistência do público ou determinar que a audiência preliminar decorra com exclusão da publicidade, para salvaguarda da dignidade das pessoas e da moral pública ou para garantir o normal funcionamento do Tribunal.

2. A restrição ou exclusão de publicidade destinada a garantir o normal funcionamento do Tribunal compreende os casos em que a presença do público é susceptível de afectar psíquica ou psicologicamente o menor ou a genuinidade das provas.

3. O juiz, oficiosamente ou a requerimento, pode determinar, por despacho fundamentado, que a comunicação social, sob cominação de desobediência, não proceda à narração ou à reprodução de certos actos ou peças do processo nem divulgue a identidade do menor.

4. A leitura da decisão é sempre pública.

#### Artigo 330.º Audição separada

1. O juiz pode ordenar que o menor seja temporariamente afastado do local da audiência, quando houver razões para crer que a sua presença possa:

- a) Afectá-lo na sua integridade psíquica, diminuir a sua espontaneidade ou prejudicar a sua capacidade de reconstituição dos factos;
- b) Inibir qualquer participante de dizer a verdade.

2. Voltando ao local da audiência, o menor é resumidamente informado pelo juiz do que se tiver passado na sua ausência.

3. O juiz pode ouvir as pessoas separadamente ou em conjunto.

#### Artigo 331.º Assistência

1. O juiz assegura que a prova seja produzida de

forma a não ferir a sensibilidade do menor ou de outros menores envolvidos e que o decurso dos actos lhes seja acessível, tendo em conta a sua idade e o seu grau de desenvolvimento intelectual e psicológico.

2. Para efeito do disposto no número anterior, o juiz pode determinar a assistência de médicos, de psicólogos, de outros especialistas ou de pessoa da confiança do menor e determinar a utilização dos meios técnicos ou processuais que lhe pareçam adequados.

#### Artigo 332.º

##### **Organização e regime da audiência**

1. A audiência preliminar é contínua, decorrendo sem interrupção ou adiamento até ao encerramento, salvo as suspensões necessárias para alimentação e repouso dos participantes.

2. Na organização da agenda e na programação das sessões são especialmente ponderadas a idade e a condição física e psicológica do menor.

#### Artigo 333.º

##### **Deveres de participação e de presença**

1. É obrigatória a participação na audiência preliminar do Ministério Público e do defensor.

2. São convocados para a audiência preliminar:

- a) O menor;
- b) O representante legal ou de quem tenha a guarda de facto do menor;
- c) O ofendido;
- d) Qualquer pessoa cuja participação seja necessária para assegurar as finalidades da audiência.

3. Oficiosamente ou a requerimento, o juiz pode dispensar a comparência do menor ou de quaisquer outras pessoas ou ouvi-los separadamente, se o interesse do menor o justificar.

#### Artigo 334.º

##### **Comparência do menor**

1. Em caso de falta do menor, a audiência é adiada e o representante legal ou quem tenha a sua

guarda de facto deve apresentar justificação no próprio dia, em que se especifique a razão da impossibilidade e o tempo provável da duração do impedimento.

2. Sempre que possível, a justificação de falta é acompanhada de prova, sendo exigido atestado médico se o motivo for doença.

3. O valor probatório do atestado médico pode ser contrariado por outro meio de prova.

#### Artigo 335.º

##### **Medida compulsória**

1. Se se tornar necessário para assegurar a realização da audiência, o juiz emite mandados de detenção do menor e determina as diligências necessárias para a realização da audiência no mais curto prazo, que não pode exceder doze horas.

2. É correspondentemente aplicável o disposto no n.º 2 do artigo 283.º.

#### Artigo 336.º

##### **Formalidades**

1. Aberta a audiência, o juiz expõe o objecto e a finalidade do acto, em linguagem simples e clara, por forma a ser compreendido pelo menor, tendo em atenção a sua idade e grau de desenvolvimento.

2. De seguida, se não considerar que a medida proposta pelo Ministério Público é desproporcionada ou desadequada, o juiz:

- a) Interroga o menor e pergunta-lhe se aceita a proposta;
- b) Ouve, sobre a proposta, o representante legal do menor, o defensor e, se estiver presente, o ofendido.

3. Não sendo obtido consenso, o juiz pode:

- a) Procurar consenso para outra medida que considere adequada, salvo a medida tutelar de internamento;
- b) Suspender a audiência por prazo não superior a 30 dias para nova conciliação.

4. Se for obtida a concordância de todos, o juiz homologa a proposta do Ministério Público ou

aplica a medida proposta nos termos do número anterior.

5. Quando considerar desproporcionada ou desadequada a medida proposta pelo Ministério Público ou não existir consenso sobre ela, o juiz determina a produção dos meios de prova apresentados e:

- a) Profere decisão quando considerar que o processo contém todos os elementos;
- b) Determina o prosseguimento do processo, nos outros casos.

6. Sempre que possível, a decisão é ditada para a acta.

7. Em caso de complexidade, é designada data para leitura da decisão, dentro de cinco dias.

#### **Artigo 337.º** **Regime das provas**

1. Para a formação da convicção do Tribunal e a fundamentação da decisão valem apenas as provas produzidas ou examinadas em audiência.

2. Ressalvam-se do disposto no número anterior as provas contidas em actos processuais cuja leitura em audiência seja permitida nos termos dos artigos seguintes.

#### **Artigo 338.º** **Leitura de autos**

1. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, é permitida a leitura em audiência de autos de qualquer das fases do processo tutelar que não contenham declarações do menor, do seu representante legal ou de quem tenha a sua guarda de facto.

2. A leitura de declarações anteriormente prestadas pelo menor, pelo representante legal ou por quem tenha a sua guarda de facto é permitida:

- a) A pedido dos próprios ou, se não houver oposição, independentemente da entidade perante a qual tenham sido prestadas;
- b) Quando tenham sido prestadas perante a autoridade judiciária.

#### **Artigo 339.º** **Declarações e inquirições**

1. O menor, o representante legal ou quem tenha a sua guarda de facto são ouvidos pelo juiz.

2. Se o interesse do menor não o desaconselhar, e for requerido, o juiz pode autorizar que o Ministério Público e o defensor inquiram directamente o representante legal ou quem tenha a guarda de facto do menor.

3. As testemunhas, os peritos e os consultores técnicos são inquiridos directamente pelo Ministério Público e pelo defensor.

4. O Ministério Público e o defensor podem sempre propor a formulação de perguntas adicionais.

#### **Artigo 340.º** **Documentação**

1. As declarações prestadas em audiência são documentadas em acta quando o Tribunal dispuser de meios idóneos para assegurar a sua reprodução integral.

2. Se o Tribunal não dispuser dos meios referidos no número anterior, o juiz dita para a acta uma súmula das declarações, podendo o Ministério Público e o defensor requerer que sejam aditados os elementos que se mostrarem necessários à boa decisão da causa.

#### **Artigo 341.º** **Alegações**

1. Produzida a prova, o juiz concede a palavra ao Ministério Público e ao defensor para alegações, por trinta minutos cada um, prorrogáveis por mais quinze, se o justificar a complexidade da causa.

2. Oficiosamente ou a requerimento, o juiz pode ouvir o menor e o seu representante legal ou quem tiver a sua guarda de facto até ao encerramento da audiência.

#### **Artigo 342.º** **Decisão**

1. A decisão inicia-se por um relatório que contém:

- a) As indicações tendentes à identificação do menor, do seu representante legal ou de quem tenha a sua guarda de facto e do ofendido, quando o houver;
- b) A indicação dos factos imputados ao menor, sua qualificação e medida tutelar proposta, se a houver.

2. Ao relatório segue-se a fundamentação que consiste na enumeração dos factos provados e não provados, indicação da sua qualificação e exposição, tão completa quanto concisa, das razões que justificam o arquivamento ou a aplicação de medida tutelar, com indicação das provas que serviram para formar a convicção do Tribunal.

3. A decisão termina pela parte dispositiva que contém:

- a) As disposições legais aplicáveis;
- b) A decisão de arquivamento ou de aplicação de medida tutelar;
- c) A designação das entidades, públicas ou privadas, a quem é deferida a execução da medida tutelar e o seu acompanhamento;
- d) O destino a dar a coisas ou objectos relacionados com os factos;
- e) A ordem de remessa de boletins ao registo;
- f) A data e a assinatura do juiz.

#### Artigo 343.º **Nulidade da decisão**

1. É nula a decisão que:

- a) Não contenha as menções referidas no n.º 2 e na alínea b) do n.º 3 do artigo anterior;
- b) Dê como provados factos que constituam alteração substancial dos factos descritos no requerimento para abertura da fase jurisdicional.

#### Artigo 344.º **Correcção da decisão**

1. O Tribunal procede, oficiosamente ou a requerimento, à correcção da decisão quando:

- a) Fora dos casos previstos no artigo anterior, não tiver sido observado, no todo ou em parte, o disposto no artigo 342.º;
- b) A decisão contiver erro, lapso, obscuridade ou ambiguidade cuja eliminação não afecte o seu conteúdo essencial.

2. Se o recurso tiver subido, a correcção é feita pelo Tribunal competente para dele conhecer.

3. O disposto nos números anteriores é correspondentemente aplicável a despachos judiciais.

#### Artigo 345.º **Publicidade da decisão**

1. É obrigatória a presença do menor na sessão em que for tornada pública ou lida a decisão, salvo se, no seu interesse, for dispensada.

2. É também obrigatória a presença do Ministério Público e do defensor.

3. A decisão é explicada ao menor.

4. A leitura da decisão equivale à sua notificação.

5. Após a leitura, o juiz procede ao depósito da decisão na secretaria, devendo o secretário apor a data e subscrever a declaração de depósito.

#### Artigo 346.º **Acta**

1. A acta de audiência contém:

- a) Lugar, a data e a hora de abertura e de encerramento da audiência e das sessões que tiverem ocorrido;
- b) Nome do juiz e do representante do Ministério Público;
- c) A identificação do menor, do representante legal ou de quem tenha a sua guarda de facto e do defensor;
- d) A identificação das testemunhas, peritos, consultores técnicos, intérpretes e pessoas que tenham intervindo para prestar assistência ao menor;

- e) A indicação das provas produzidas ou examinadas;
- f) A decisão de exclusão ou restrição da publicidade e as medidas tomadas relativamente à audição de pessoas em separado ou ao afastamento do menor da audiência;
- g) Os requerimentos, decisões e quaisquer outras indicações que, por força da lei, dela devem constar;
- h) A assinatura do juiz e do funcionário de justiça que a lavrar.

### **Secção III Audiência**

#### **Artigo 347.º Notificações**

Se, realizada a audiência preliminar, o processo tiver de prosseguir, é correspondentemente aplicável o disposto no n.º 2 do artigo 325.º.

#### **Artigo 348.º Apresentação de meios de prova**

1. Realizadas as diligências a que houver lugar, o juiz designa o dia para a audiência.

2. Sem prejuízo do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 325.º, o menor, o seu representante legal ou quem tenha a sua guarda de facto e o defensor indicam, no prazo de cinco dias, contados da notificação do despacho que designa o dia para a audiência, as testemunhas e os peritos ou técnicos de Reeducação de Menor ou de Reinserção Social e oferecem outros meios de prova.

#### **Artigo 349.º Regime**

1. Aberta a audiência, o juiz expõe as questões que considera relevantes para a solução do caso, precisando as que são controvertidas.

2. De seguida, indica os meios de prova a produzir e concede a palavra ao Ministério Público e ao defensor para dizerem se têm provas complementares a oferecer, deferindo as que considerar necessárias ao esclarecimento do caso.

3. Segue-se a produção de prova, decidindo o juiz, por despacho, os incidentes que sobre ela se suscitarem.

#### **Artigo 350.º Decisão**

1. Encerrada a audiência, a sentença será proferida no prazo de 10 dias.

2. Se a simplicidade da causa o justificar, a sentença pode ser lavrada imediatamente por escrito ou ditada para a acta, e os termos processuais são reduzidos ao mínimo indispensável.

3. No caso de ser aplicada medida de internamento, o Tribunal indica o regime de execução da medida.

#### **Artigo 351.º Normas supletivas**

São supletivamente aplicáveis as disposições constantes da secção anterior.

### **Secção IV Recursos**

#### **Artigo 352.º Admissibilidade do recurso**

1. Só é permitido recorrer de decisão que:

- a) Ponha termo ao processo;
- b) Aplique ou mantenha medida cautelar;
- c) Aplique ou reveja medida tutelar;
- d) Recuse impedimento deduzido contra o juiz ou o Ministério Público;
- e) Condene no pagamento de quaisquer importâncias;
- f) Afecte direitos pessoais ou patrimoniais do menor ou de terceiros.

2. O recurso é interposto para o Supremo Tribunal de Justiça que julga definitivamente, de facto e de direito.

3. O juiz do Tribunal recorrido fixa provisoriamente o efeito do recurso.

**Artigo 353.º**  
**Prazo de interposição**

1. O prazo para interposição do recurso é de cinco dias.

2. Se o recurso for interposto por declaração na acta, a motivação pode ser apresentada no prazo de cinco dias contado da data da interposição.

**Artigo 354.º**  
**Legitimidade**

1. Têm legitimidade para recorrer:

- a) O Ministério Público, mesmo no interesse do menor;
- b) O menor, o seu representante legal ou quem tenha a sua guarda de facto;
- c) Qualquer pessoa que tiver a defender direito afectado pela decisão.

**Artigo 355.º**  
**Âmbito do recurso**

1. O recurso abrange toda a decisão.

2. O recurso interposto em matéria de facto aproveita a todos os menores que tenham sido julgados no mesmo processo.

**Artigo 356.º**  
**Efeito do recurso**

1. No exame preliminar, o relator verifica se deve manter o efeito atribuído ao recurso e confirma-o ou altera-o, determinando, neste caso, as providências adequadas.

2. O recurso interposto de decisão que aplique ou mantenha medida cautelar é decidido no prazo máximo de 15 dias.

**Artigo 357.º**  
**Conferência**

O recurso é julgado em conferência, salvo quando tenha sido requerida renovação da prova.

**Capítulo VI**  
**Direito Subsidiário**

**Artigo 358.º**  
**Direito subsidiário e casos omissos**

1. Aplica-se subsidiariamente às disposições deste título o Código de Processo Penal.

2. Nos casos omissos observam-se as normas do processo civil que se harmonizem com o processo tutelar.

**Título V**  
**Da execução das Medidas**

**Capítulo I**  
**Princípios Gerais**

**Artigo 359.º**  
**Exequibilidade das decisões**

A execução de medida só pode ter lugar por força de decisão reduzida a escrito e transitada em julgado que determine a medida aplicada.

**Artigo 360.º**  
**Entidades encarregadas de acompanhar e assegurar a execução das medidas tutelares**

1. Na decisão, o Tribunal fixa a entidade encarregada de acompanhar e assegurar a execução da medida aplicada.

2. Exceptuados os casos em que a entidade encarregada de acompanhar e assegurar a execução da medida está determinada na lei, o Tribunal pode encarregar da sua execução serviço público, instituição de solidariedade social, organização não governamental, associação, clube desportivo e qualquer outra entidade, pública ou privada, ou pessoa, a título individual, considerados idóneos.

**Artigo 361.º**  
**Dever de informação**

1. As entidades encarregadas de acompanhar e assegurar a execução das medidas informam o Tribunal, nos termos e com a periodicidade estabelecida na lei ou, sendo esta omissa, por este determinados, sobre a execução da medida aplicada e sobre a evolução do processo educativo do menor, bem como sempre que se verifiquem circunstâncias susceptíveis de fundamentar a revisão das medidas.



2. O menor, o seu representante legal ou quem tenha a sua guarda de facto e o defensor têm acesso, nos termos previstos na lei, às informações referidas no número anterior, sempre que o solicitem e o Tribunal autorize.

#### Artigo 362.º

##### **Dossier individual do menor**

1. A informação relativa ao menor em acompanhamento educativo ou internado em centro educativo integra um dossier individual.

2. Por cada menor é organizado um único dossier.

3. O dossier acompanha sempre o menor em caso de transferência ou mudança de centro educativo.

4. O acesso ao dossier individual é reservado às entidades e pessoas previstas na lei, podendo o juiz, nos casos em que esteja em causa a intimidade do menor ou de outras pessoas, restringir o direito de acesso.

5. Os dossiers são obrigatoriamente destruídos decorridos cinco anos sobre a data em que os jovens a quem respeitam completarem 21 anos.

#### Artigo 363.º

##### **Execução sucessiva de medidas tutelares**

1. Quando for determinada a execução sucessiva de medidas tutelares no mesmo processo, a ordem pela qual são executadas é fixada pelo Tribunal, que pode ouvir, para o efeito, as pessoas, entidades ou serviços que entender convenientes.

2. No caso de execução sucessiva de medidas tutelares, a execução efectua-se por ordem decrescente do grau de gravidade, salvo quando o Tribunal entender que a execução prévia de uma determinada medida favorece a execução de outra aplicada ou entender que a situação concreta e o interesse do menor aconselham execução segundo ordem diferente.

3. Para efeito do disposto no número anterior:

- a) A execução de medida institucional prevalece sobre a execução de medida não institucional, cujo cumprimento se suspende, se for o caso;
- b) A execução de medida de internamento de

regime mais restritivo prevalece sobre medida de internamento de regime menos restritivo, cujo cumprimento se suspende, se for o caso.

4. O grau de gravidade das medidas tutelares afere-se pela ordem crescente da sua enumeração no n.º 1 do artigo 238.º, e relativamente às modalidades de cada uma, pelo grau de limitação que, em concreto, impliquem na autonomia de decisão e de condução de vida do menor.

#### Artigo 364.º

##### **Recursos**

1. O menor, o seu representante legal ou quem tenha a sua guarda de facto e o defensor podem interpor recurso de qualquer decisão tomada durante a execução de medida tutelar que imponha restrições superiores às decorrentes da decisão judicial.

2. O recurso é dirigido, por escrito, ao Tribunal competente para a execução, que decide em definitivo.

3. O Tribunal pode fixar efeito suspensivo ao recurso relativamente às decisões susceptíveis de alterar substancialmente as condições de execução da medida.

4. O recurso é decidido no prazo de cinco dias a contar da data do seu recebimento, ouvidos o Ministério Público e as pessoas que o Tribunal considere necessárias.

#### Artigo 365.º

##### **Extinção das medidas tutelares**

O Tribunal competente para a execução declara extinta a medida, notificando por escrito o menor, o seu representante legal ou quem tenha a sua guarda de facto, o defensor e a entidade encarregada de acompanhar e assegurar a execução.

#### Capítulo II

##### **Revisão das Medidas Tutelares**

#### Artigo 366.º

##### **Pressupostos**

1. A medida tutelar é revista quando:

- a) A execução se tiver tornado impossível, por

facto não imputável ao menor;

- b) A execução se tiver tornado excessivamente onerosa para o menor;
- c) No decurso da execução a medida se tiver tornado desajustada ao menor por forma que frustre manifestamente os seus fins;
- d) A continuação da execução se revelar desnecessária devido aos progressos educativos alcançados pelo menor;
- e) O menor se tiver colocado intencionalmente em situação que inviabilize o cumprimento da medida;
- f) O menor tiver violado, de modo grosseiro ou persistente, os deveres inerentes ao cumprimento da medida;
- g) O menor com mais de 16 anos cometer infracção criminal.

2. A medida tutelar de internamento é obrigatoriamente revista, para efeitos de avaliação da necessidade da sua execução, quando:

- a) A pena ou a medida devam ser executadas nos termos do artigo 259.º;
- b) For aplicada prisão preventiva a jovem maior de 16 anos que esteja a cumprir medida tutelar de internamento;
- c) Nos casos previstos no n.º 6 do artigo 261.º, o jovem for absolvido.

#### Artigo 367.º

##### **Modalidades e periodicidade da revisão das medidas tutelares**

1. A revisão tem lugar oficiosamente, a requerimento do Ministério Público, do menor, do seu representante legal, de quem tenha a sua guarda de facto ou do defensor ou mediante proposta dos serviços de Reeducação de Menor e ou de Reinserção Social.

2. A revisão oficiosa pode ter lugar a todo o tempo, sendo obrigatória decorrido um ano após:

- a) O início da execução da medida;

- b) A anterior revisão;

- c) A aplicação de medida cuja execução não se tiver iniciado, logo que for cumprido mandado de condução do menor ao local que o Tribunal tiver determinado.

3. Para efeitos de se dar início ao processo de revisão nos termos da alínea c) do número anterior, a entidade encarregada de acompanhar e assegurar a execução da medida comunica, de imediato, ao Tribunal competente a data do início da execução.

4. A medida de internamento, em regime semiaberto e em regime fechado, é obrigatoriamente revista seis meses após o início da execução ou a anterior revisão.

5. A revisão, a requerimento, de medidas tutelares pode ter lugar a todo o tempo, salvo no caso da medida de internamento.

6. A revisão, a requerimento, da medida de internamento pode ter lugar três meses após o início da sua execução ou após a última decisão de revisão.

7. No caso de revisão a requerimento das pessoas referidas no n.º 1, o juiz deve ouvir o Ministério Público, o menor e a entidade encarregada da execução da medida e nos restantes casos, ouve o menor, sempre que o entender conveniente.

8. No caso previsto no n.º 2 do artigo anterior, o juiz ouve o Ministério Público, o menor e os serviços de Reeducação de Menor e ou de Reinserção Social.

9. A decisão de revisão é notificada ao menor, ao seu representante legal ou a quem tenha a sua guarda de facto, ao defensor e às entidades encarregadas da execução.

#### Artigo 368.º

##### **Efeitos da revisão das medidas tutelares não institucionais**

1. Quando proceder à revisão das medidas não institucionais, pelas razões indicadas nas alíneas a) a d) do n.º 1 do artigo 366.º, o Tribunal pode:

- a) Manter a medida aplicada;
- b) Modificar as condições da execução da

medida;

- c) Substituir a medida por outra mais adequada, igualmente não institucional, desde que tal não represente para o menor uma maior limitação na sua autonomia de decisão e de condução da sua vida;
- d) Reduzir a duração da medida;
- e) Pôr termo à medida, declarando-a extinta.

2. Quando proceder à revisão das medidas não institucionais, pelas razões indicadas nas alíneas e) e f) do n.º 1 do artigo 366.º, o juiz pode:

- a) Advertir solenemente o menor para a gravidade da sua conduta e para as eventuais consequências daí decorrentes;
- b) Modificar as condições da execução da medida;
- c) Substituir a medida por outra mais adequada, igualmente não institucional, mesmo que tal represente para o menor uma maior limitação na sua autonomia de decisão e de condução da sua vida;
- d) Ordenar o internamento em regime semiaberto, por período de um a quatro fins-de-semana.

3. A substituição da medida, nos termos previstos na alínea c) do n.º 1 e na alínea c) do n.º 2, pode ser determinada por tempo igual ou inferior ao que falte para o cumprimento da medida substituída.

#### Artigo 369.º

##### Efeitos da revisão da medida de internamento

1. Quando proceder à revisão da medida de internamento pelas razões indicadas nas alíneas a) a d) do n.º 1 do artigo 366.º, o Tribunal pode:

- a) Manter a medida aplicada;
- b) Reduzir a duração da medida;
- c) Modificar o regime da execução, estabelecendo um regime mais aberto;
- d) Substituir a medida de internamento por qualquer medida não institucional, por

tempo igual ou inferior ao que falte cumprir;

- e) Suspender a execução da medida, por tempo igual ou inferior ao que falte para o seu cumprimento, sob condição de o menor não voltar a praticar qualquer facto qualificado como crime;
- f) Pôr termo à medida aplicada, declarando-a extinta.

2. Quando proceda à revisão da medida de internamento em centro educativo pelas razões indicadas nas alíneas e) e f) do n.º 1 do artigo 366.º, o juiz pode, sem prejuízo do disposto no número seguinte:

- a) Advertir solenemente o menor para a gravidade da sua conduta e para as eventuais consequências daí decorrentes;
- b) Prorrogar a medida aplicada, sem alteração do respectivo regime, por um período até um sexto da sua duração, nunca excedendo o limite máximo legal de duração previsto;
- c) Modificar o regime da execução, substituindo-o por outro de grau imediatamente mais restritivo, pelo tempo que falte cumprir.

3. A substituição do regime de execução nos termos da alínea c) do número anterior apenas pode ser determinada quando, consoante o caso, se verificarem os pressupostos previstos nos n.ºs 3 e 4 do artigo 251.º, sendo correspondentemente aplicável, com as devidas adaptações, o disposto no artigo 379.º.

4. O disposto no n.º 1 é aplicável, com as devidas adaptações, aos casos de revisão obrigatória da medida a que se refere o n.º 2 do artigo 366.º.

### Capítulo III

#### Regras de Execução das Medidas Não Institucionais

#### Artigo 370.º

##### Admoestação

1. A medida de admoestação é executada imediatamente, se houver renúncia ao recurso, ou no prazo de oito dias contado do trânsito em julgado

da decisão.

2. A admoestação é feita na presença do defensor do menor e do Ministério Público, podendo o juiz autorizar a presença de outras pessoas, se a considerar conveniente.

3. O representante legal do menor ou quem tiver a sua guarda de facto podem estar presentes, salvo se o juiz entender que a isso se opõe o interesse do menor.

#### Artigo 371.º

### **Reparação ao ofendido e realização de prestações económicas ou de tarefas a favor da comunidade**

1. No caso de aplicar a medida de reparação ao ofendido nas modalidades previstas nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 245.º, o Tribunal pode encarregar os serviços de Reeducação de Menor e ou de Reinserção Social de acompanhar a execução da medida.

2. No caso de aplicar a medida de realização de prestações económicas ou de tarefas a favor da comunidade, o Tribunal pode encarregar os serviços de Reeducação de Menor e ou de Reinserção Social de acompanhar a execução da medida sempre que esse acompanhamento não possa ser adequadamente assegurado pela entidade destinatária da prestação ou da tarefa.

#### Artigo 372.º

### **Acompanhamento educativo**

1. No prazo de três dias a contar do trânsito em julgado da decisão que aplicar a medida de acompanhamento educativo, o Tribunal remete cópia aos serviços de Reeducação de Menor e ou de Reinserção Social, acompanhada de cópia dos elementos necessários para a execução de que aqueles serviços não disponham.

2. Os serviços de Reeducação de Menor e ou de Reinserção Social procedem à elaboração do projecto educativo pessoal e ao seu envio ao Tribunal, em prazo não superior a um mês, para homologação.

3. O menor e o seu representante legal ou a pessoa que tiver a sua guarda de facto devem ser motivados para a participação na elaboração do projecto educativo pessoal.

## **Capítulo IV**

### **Internamento em Centro Educativo**

#### **Secção I**

#### **Disposições Gerais**

#### Artigo 373.º

##### **Âmbito**

O disposto na presente secção é aplicável à execução da medida de internamento em centro educativo, bem como a todos os internamentos determinados em processo tutelar e previstos no presente Código que tenham de ser realizados em centro educativo.

#### Artigo 374.º

#### **Centros educativos**

1. Os centros educativos são estabelecimentos orgânica e hierarquicamente dependentes dos serviços de Reeducação de Menor e ou de Reinserção Social.

2. A intervenção em centro educativo obedece a regulamento geral e a orientações pedagógicas estabelecidas para todos os centros educativos, com vista à realização uniforme dos princípios fixados na lei em matéria tutelar educativa.

3. Dentro dos limites referidos no número anterior, a intervenção orienta-se, em geral, pelo projecto de intervenção educativa do centro e, em especial, pelo projecto educativo pessoal do menor.

4. A criação, a organização e a competência dos órgãos dos centros educativos e seu funcionamento, bem como o regulamento geral e a regulamentação do regime disciplinar dos centros educativos, constam de legislação própria.

#### Artigo 375.º

#### **Fins dos centros educativos**

Os centros educativos destinam-se exclusivamente, consoante a sua classificação e âmbito:

- a) À execução da medida tutelar de internamento;
- b) À execução da medida cautelar de guarda em centro educativo;

- c) Ao internamento para realização de perícia sobre a personalidade quando incumba aos serviços de Reeducação de Menor e ou de Reinserção Social;
- d) Ao cumprimento da detenção;
- e) Ao internamento em fins-de-semana.

#### Artigo 376.º

##### **Medida cautelar de guarda e detenção**

A detenção e a medida cautelar de guarda em centro educativo são cumpridas em centro educativo de regime semi-aberto ou fechado, preferencialmente em unidade residencial especialmente destinada para este fim.

#### Artigo 377.º

##### **Internamento para perícia sobre a personalidade**

O internamento para realização de perícia sobre a personalidade pode ser realizado em centro educativo de regime semi-aberto ou fechado, preferencialmente em unidade residencial especialmente destinada para esse fim.

#### Artigo 378.º

##### **Internamento em fins-de-semana**

O internamento em fins-de-semana é realizado em centros educativos de regime semi-aberto, em unidade residencial do tipo previsto no artigo 376.º.

#### Artigo 379.º

##### **Determinação do centro educativo para a execução da medida de internamento**

1. No prazo de três dias, a contar do trânsito em julgado da sentença que aplicar medida de internamento em centro educativo, o Tribunal remete aos serviços de Reeducação de Menor e ou de Reinserção Social cópia da decisão, acompanhada de cópia de todos os elementos necessários para a execução, nomeadamente do relatório social, dos relatórios relativos a perícias sobre a personalidade e exames psiquiátricos ou outros que se encontrem no processo.

2. Não sendo possível a colocação imediata no centro educativo, os serviços de Reeducação de Menor e ou de Reinserção Social informam o Tribunal, no prazo de cinco dias, da data a partir da

qual a colocação no referido centro é possível ou, em alternativa, de outro centro educativo onde a colocação imediata pode ter lugar.

3. Ponderadas as informações referidas no número anterior e a situação do menor, o Tribunal comunica aos serviços de Reeducação de Menor e ou de Reinserção Social a solução que considera preferível, competindo a este fixar em conformidade, no prazo de três dias, o centro educativo para a colocação e informar o Tribunal da data e período e horário da admissão.

#### Artigo 380.º

##### **Apresentação do menor no centro educativo para execução de medida de internamento**

1. Logo que seja recebida a informação sobre a data e hora da admissão no centro educativo, o Tribunal notifica do facto o menor, o seu representante legal ou quem tenha a sua guarda de facto e o defensor.

2. No caso de a medida aplicada ser executada em centro educativo de regime aberto ou semiaberto, o Tribunal notifica igualmente o representante legal do menor ou quem tenha a sua guarda de facto para que o apresentem no centro educativo, na data e hora fixadas, dando conhecimento aos serviços de Reeducação de Menor e ou de Reinserção Social, a quem aqueles podem solicitar apoio.

3. O Tribunal emite mandado de condução, a cumprir por entidades policiais, no caso de a medida ser de executar em centro educativo de regime fechado ou quando a apresentação do menor, nos termos do n.º 2, não possa ou não tenha podido realizar-se por causa imputável ao menor, ao seu representante legal ou a quem tenha a sua guarda de facto.

4. A menos que o Tribunal o proíba, o disposto no n.º 3 não obsta a que o menor possa ser acompanhado pelo representante legal ou quem tenha a sua guarda de facto, se as condições da viatura das entidades encarregadas da apresentação o permitirem.

5. No caso de o menor já se encontrar internado em centro educativo diferente do fixado para a execução da medida, a sua condução ao novo centro cabe aos serviços de Reeducação de Menor ou de Reinserção Social, sendo correspondentemente



aplicável, se tal não for possível, o disposto no n.º 4, com as devidas adaptações.

6. Se o menor não der entrada no centro educativo fixado pelos serviços de Reeducação de Menor e ou de Reinserção Social, nos 30 dias imediatos à comunicação deste ao Tribunal, nos termos do n.º 5 do artigo anterior, e se o lugar nesse centro não puder permanecer reservado ao menor, os serviços de Reeducação de Menor e ou de reinserção social fixam outro centro educativo para a execução da medida e informam o Tribunal.

7. No caso previsto no número anterior, o juiz emite mandado de condução do menor ao centro educativo, a cumprir pelas entidades policiais.

#### Artigo 381.º

##### **Determinação do centro educativo para a execução de outros internamentos**

1. É correspondentemente aplicável, com as devidas adaptações, o disposto no n.º 1 do artigo 379.º quanto para a execução dos internamentos referidos nas alíneas b), c), d) e e) do artigo 375.º, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

2. Os serviços de Reeducação de Menor e ou de Reinserção Social informam o Tribunal, no próprio dia da solicitação, quanto ao centro educativo para a execução da detenção e da medida cautelar de guarda.

#### Artigo 382.º

##### **Apresentação do menor no centro educativo para execução de outros internamentos**

1. É correspondentemente aplicável o disposto no n.º 1 do artigo 380.º aos internamentos previstos nas alíneas b), c), d) e e) do artigo 375.º.

2. É correspondentemente aplicável, com as devidas adaptações, o disposto nos n.ºs 2, 3, 4, 6 e 7 do artigo 380.º aos internamentos previstos nas alíneas c) e e) do artigo 375.º.

3. O Tribunal emite mandado de condução ao centro educativo, a cumprir pelas entidades policiais, para a execução da detenção e da medida cautelar de guarda, podendo o menor, a menos que o Tribunal o profba, ser acompanhado do seu representante legal ou de quem tem a sua guarda de facto, se as condições de transporte o permitirem.

#### Artigo 383.º

##### **Relatórios de execução da medida de internamento**

1. O director do centro educativo remete ao Tribunal, com a periodicidade estabelecida no número seguinte, relatórios sobre a execução da medida de internamento aplicada e sobre a evolução do processo educativo do menor.

2. Os relatórios são trimestrais no caso de medidas de duração de seis meses a um ano e semestrais no caso de medidas de duração superior a um ano.

3. Os relatórios referidos nos números anteriores podem ser acompanhados de proposta de revisão da medida.

4. O director do centro remete ao Tribunal o relatório final de execução da medida com a antecedência de quinze dias relativamente à data da sua cessação, que substitui os relatórios periódicos nos termos previsto no n.º 2.

5. Os relatórios a que se referem os números anteriores são igualmente remetidos ao juiz que aplicou a prisão preventiva, no caso previsto no n.º 5 do artigo 261.º, para efeitos do disposto no Código de Processo Penal.

#### Artigo 384.º

##### **Ausência não autorizada do menor**

1. Considera-se ausência não autorizada a fuga e o não regresso ao centro, após uma saída autorizada.

2. A execução da medida de internamento e do internamento em fins-de semana é interrompida se o menor se ausentar sem autorização do centro educativo, não contando o tempo da ausência na duração da medida e do internamento.

3. A ausência de centro educativo de regime fechado é imediatamente comunicada ao Tribunal pelo respectivo director.

4. A ausência de centro educativo com outro regime é comunicada pelo respectivo director no prazo máximo de vinte e quatro horas a contar da data do conhecimento da ocorrência.

5. Cabe ao Tribunal determinar que a localização e recondução do menor ausente sem autorização



seja feita, se necessário, por entidades policiais, emitindo mandado de condução.

6. A recondução do menor e a continuação da execução da medida de internamento podem realizar-se no centro educativo onde o mesmo se encontrava internado ou noutra, classificado com o mesmo regime de funcionamento e grau de abertura ao exterior, igualmente adequado à execução dessa medida, a definir pelos serviços de Reeducação de Menor e ou de Reinserção Social.

7. É correspondentemente aplicável, com as devidas adaptações, o disposto nos n.ºs 1, 3, 5, 6 e 7 aos internamentos referidos nas alíneas b), c), d) e e) do artigo 375.º.

8. As comunicações referidas nos termos dos n.ºs 3 e 4 são feitas por qualquer meio disponível, sem prejuízo de ser feita por escrito, sob pena do responsável incorrer no processo disciplinar, incorrendo também neste processo o incumpridor da comunicação.

#### Artigo 385.º

##### **Apresentação de recurso ao director do centro**

1. O recurso interposto por menor internado em centro educativo, pelo representante legal ou por quem tenha a sua guarda de facto ou pelo defensor pode ser dirigido, por escrito, ao director do centro, que o remete ao Tribunal no prazo máximo de dois dias.

2. É correspondentemente aplicável o disposto no n.º 2 do artigo 364.º.

#### Artigo 386.º

##### **Pedidos e reclamações**

1. Os menores podem dirigir, verbalmente ou por escrito, em sobrescrito aberto ou fechado, pedidos ou reclamações aos serviços de Reeducação de Menor e ou de Reinserção Social sobre assuntos relativos ao seu internamento.

2. Os pedidos ou reclamações referidos no número anterior podem também ser dirigidos ao director do centro educativo que decide, se constituírem matéria da sua competência, ou que, em caso contrário, os remete superiormente ou às autoridades competentes.

3. O disposto nos números anteriores é aplicável aos pedidos ou reclamações efectuados pelo representante legal ou por quem tiver a guarda de facto dos menores internados.

#### Artigo 387.º

##### **Cessaçã do internamento**

1. O director do centro deve informar o Tribunal, com pelo menos quinze dias de antecedência, da data prevista para a cessação da medida de internamento, de acordo com a decisão que a determinou.

2. A cessação da medida de internamento só pode ter lugar por decisão do Tribunal comunicada, expressamente e por escrito, ao director do centro educativo.

3. Antes da saída do menor, o director do centro deve confirmar a inexistência, nos serviços de Reeducação de Menor e ou de Reinserção Social, de outras decisões pendentes de internamento em centro educativo, relativamente ao mesmo menor.

4. No caso de se encontrarem a aguardar execução de outras decisões de internamento em centro educativo, os serviços de Reeducação de Menor e ou de Reinserção Social solicitam ao Tribunal competente a emissão das orientações que tiver por adequadas.

5. É correspondentemente aplicável o disposto nos n.ºs 3 e 4 à cessação da medida cautelar de guarda em centro educativo e do internamento para realização de perícia sobre a personalidade.

#### Secção II

##### **Princípios da Intervenção em Centro Educativo**

#### Artigo 388.º

##### **Socialização**

1. A actividade dos centros educativos está subordinada ao princípio de que o menor internado é sujeito de direitos e deveres e de que mantém todos os direitos pessoais e sociais cujo exercício não seja incompatível com a execução da medida aplicada.

2. A vida nos centros educativos deve, tanto quanto possível, ter por referência a vida social comum e minimizar os efeitos negativos que o

internamento possa implicar para o menor e seus familiares, favorecendo os vínculos sociais, o contacto com familiares e amigos e a colaboração e participação das entidades públicas ou particulares no processo educativo e de Reeducação de Menor e ou de Reinserção Social.

3. O regulamento geral dos centros educativos e o regulamento interno de cada centro estabelecem as autorizações ordinárias e extraordinárias de que o menor pode usufruir para manutenção de contactos benéficos com o exterior.

#### Artigo 389.º

##### **Escolaridade**

1. Os menores internados continuam sujeitos aos deveres decorrentes da escolaridade obrigatória, devendo ser incentivados a prosseguir ou a completar estudos em estabelecimento de ensino no exterior, desde que o regime de internamento o permita.

2. Quando o regime de internamento não permita a frequência pelo menor internado de estabelecimento de ensino no exterior, a actividade escolar oficial desenvolvida nos centros educativos deve ser orientada de modo a adaptar-se às particulares necessidades dos menores e a facilitar a sua inserção social.

#### Artigo 390.º

##### **Orientação vocacional e formação profissional e laboral**

Conforme a sua idade, regime e duração do internamento, os menores internados devem participar em actividades de orientação vocacional e de formação profissional ou laboral, dentro ou fora do estabelecimento, de acordo com as necessidades especificamente previstas no projecto educativo pessoal.

#### Artigo 391.º

##### **Projecto de intervenção educativa**

Cada centro educativo dispõe de projecto de intervenção educativa próprio que deve, sempre que possível, permitir a programação faseada e progressiva da intervenção, diferenciando os objectivos a realizar em cada fase e o respectivo sistema de reforços positivos e negativos, dentro dos limites fixados pelo regulamento geral e de harmonia com o regulamento interno.

#### Artigo 392.º

##### **Regulamento interno**

É obrigatória a existência em cada centro educativo de um regulamento interno cujo cumprimento visa garantir a convivência tranquila e ordenada e assegurar a realização do projecto de intervenção educativa do centro e dos programas de actividades.

#### Artigo 393.º

##### **Projecto educativo pessoal**

1. Para cada menor em execução de medida tutelar de internamento é elaborado um projecto educativo pessoal, no prazo de 30 dias após a sua admissão, tendo em conta o regime e duração da medida, bem como as suas particulares motivações, necessidades educativas e de reinserção social.

2. O projecto educativo pessoal deve especificar os objectivos a alcançar durante o tratamento, sua duração, fases, prazos e meios de realização, nomeadamente os necessários ao acompanhamento psicológico, por forma a que o menor possa facilmente aperceber-se da sua evolução e que o centro possa avaliá-lo.

3. O projecto educativo pessoal é obrigatoriamente enviado ao Tribunal para homologação, no prazo máximo de 45 dias a contar da admissão do menor no centro.

#### Artigo 394.º

##### **Actividades para menores não sujeitos à medida de internamento**

1. Os menores internados pelos motivos referidos nas alíneas b) e c) do artigo 375.º frequentam diariamente um programa diversificado de actividades, tendo por objectivos principais a aquisição de competências sociais e a satisfação das necessidades de desenvolvimento físico e psíquico comuns para o seu nível etário.

2. É correspondentemente aplicável o disposto no número anterior, com as devidas adaptações, aos menores internados em fins-de-semana.

#### Artigo 395.º

##### **Horário de Funcionamento**

Cada centro educativo dispõe de um horário de funcionamento pelo qual se regulam os horários das

actividades da vida diária do estabelecimento, que não podem, em caso algum, implicar para os menores internados um período de descanso nocturno inferior a oito horas seguidas.

#### Artigo 396.º

##### **Regime aberto**

1. Nos centros educativos de regime aberto os menores residem e são educados no estabelecimento, mas frequentam no exterior, preferencialmente, as actividades escolares, educativas ou de formação, laborais, desportivas e de tempos livres previstas no seu projecto educativo pessoal.

2. Os menores podem ser autorizados a sair sem acompanhamento e a passar períodos de férias ou de fim-de-semana com o representante legal, pessoa que tenha a sua guarda de facto ou outras pessoas idóneas.

3. No desenvolvimento da actividade educativa os centros educativos de regime aberto devem incentivar a colaboração do meio social envolvente, abrindo ao mesmo, tanto quanto possível, as suas próprias estruturas.

#### Artigo 397.º

##### **Regime Semi-aberto**

1. Nos centros educativos de regime semi-aberto, os menores em execução de medida de internamento residem, são educados e frequentam actividades educativas e de tempos livres no estabelecimento, mas podem ser autorizados a frequentar no exterior actividades escolares, educativas ou de formação, laborais ou desportivas, na medida do que se revele necessário para a execução inicial ou faseada do seu projecto educativo pessoal.

2. As saídas são normalmente acompanhadas por pessoal de intervenção educativa, mas os menores podem ser autorizados a sair sem acompanhamento para a frequência das actividades referidas no número anterior e a passar períodos de férias com o representante legal, pessoa que tenha a sua guarda de facto ou outras pessoas idóneas.

#### Artigo 398.º

##### **Regime fechado**

1. Durante o internamento em centro educativo de regime fechado os menores residem, são educados e frequentam actividades formativas e de tempos livres exclusivamente dentro do estabelecimento, estando as saídas, sob acompanhamento, estritamente limitadas ao cumprimento de obrigações judiciais, à satisfação de necessidades de saúde ou a outros motivos igualmente ponderosos e excepcionais.

2. Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 369.º, pode o Tribunal autorizar, mediante proposta dos serviços de Reeducação de Menor e ou de Reinserção Social, saídas sem acompanhamento por períodos limitados.

#### Artigo 399.º

##### **Medidas preventivas e de vigilância**

1. Em ordem a assegurar a tranquilidade, disciplina e segurança o pessoal dos centros educativos, nos termos previstos no regulamento geral, pode realizar:

- a) Inspeções a locais e dependências individuais ou colectivas;
- b) Revistas pessoais, bem como às roupas e objectos dos menores internados.

### **Secção III**

#### **Direitos e Deveres dos Menores**

#### Artigo 400.º

##### **Direitos**

1. Os menores internados em centro educativo têm direito ao respeito pela sua personalidade, liberdade ideológica e religiosa e pelos seus direitos e interesses legítimos não afectados pelo conteúdo da decisão de internamento.

2. O internamento em centro educativo não pode implicar privação dos direitos e garantias que a lei reconhece ao menor, a menos que o Tribunal expressamente os suspenda ou restrinja para protecção e defesa dos interesses deste.

3. De acordo com o disposto no número anterior e com o tipo de internamento e respectivo regime, e nos termos regulamentares, o menor tem direito:

- a) A que o centro zele pela sua vida, integridade física e saúde;
- b) A um projecto educativo pessoal e à participação na respectiva elaboração, a qual terá obrigatoriamente em conta as suas particulares necessidades de formação, em matéria de educação cívica, escolaridade, preparação profissional e ocupação útil dos tempos livres;
- c) À frequência da escolaridade obrigatória;
- d) À preservação da sua dignidade e intimidade, a ser tratado pelo seu nome e a que a sua situação de internamento seja estritamente reservada perante terceiros;
- e) Ao exercício dos seus direitos civis, políticos, sociais, económicos e culturais, salvo quando incompatíveis com o fim do internamento;
- f) A usar as suas próprias roupas, sempre que possível, ou as fornecidas pelo estabelecimento;
- g) A usar artigos próprios, autorizados, de higiene pessoal ou os que, para o mesmo efeito, forem fornecidos pelo centro;
- h) À posse de documentos, dinheiro e objectos pessoais autorizados;
- i) À guarda, em local seguro, dos valores e objectos pessoais, não proibidos por razões de segurança, que não queira ou não possa ter consigo, e à restituição dos mesmos à data da cessação do internamento;
- j) A contactar, em privado, com o juiz, com o Ministério Público e com o defensor;
- k) A manter outros contactos autorizados com o exterior, nomeadamente por escrito, pelo telefone, através da recepção ou da realização de visitas, bem como da recepção e envio de encomendas;
- l) A ser ouvido antes de lhe ser imposta qualquer sanção disciplinar;
- m) A ser informado, periodicamente, sobre a sua situação judicial e sobre a evolução e avaliação do seu projecto educativo pessoal;
- n) A efectuar pedidos, a apresentar queixas, fazer reclamações ou interpor recursos;
- o) A ser informado pessoal e adequadamente, no momento da admissão, sobre os seus direitos e deveres, sobre os regulamentos em vigor, sobre o regime disciplinar e sobre como efectuar pedidos, apresentar queixas ou interpor recursos;
- p) Sendo pais, a terem direito à visitas regulares de filhos menores.

**Artigo 401.º**  
**Deveres**

1. São deveres do menor internado em centro educativo:

- a) O dever de respeito por pessoas e bens;
- b) O dever de permanência;
- c) O dever de obediência;
- d) O dever de correcção;
- e) O dever de colaboração;
- f) O dever de assiduidade;
- g) O dever de pontualidade.

2. O dever de respeito por pessoas e bens consiste em não cometer actos lesivos ou que coloquem em perigo a pessoa ou bens de outrem.

3. O dever de permanência consiste em não sair sem autorização do centro educativo ou de instalações onde decorra actividade prevista no projecto educativo pessoal.

4. O dever de obediência consiste em cumprir os regulamentos, as actividades previstas no projecto educativo pessoal e as orientações legítimas dos responsáveis do estabelecimento.

5. O dever de correcção consiste em tratar educadamente com outrem e em se apresentar adequadamente limpo e arranjado.

6. O dever de colaboração consiste em participar nas actividades do centro, de interesse colectivo, designadamente na manutenção da limpeza e arrumação dos materiais, equipamentos e instalações do centro.

7. O dever de assiduidade consiste em o menor comparecer, regular e continuamente, às actividades previstas no projecto educativo pessoal ou outras previstas para o seu tipo de internamento.

8. O dever de pontualidade consiste em comparecer, às horas fixadas, nas actividades referidas no número anterior e no centro educativo, após saída autorizada.

#### Artigo 402.º

##### **Direitos do representante legal**

1. O representante legal conserva, durante o internamento, todos os direitos e deveres relativos à pessoa do menor, que não sejam incompatíveis com a medida tutelar, salvas as restrições ou proibições impostas pelo Tribunal.

2. O representante legal tem direito, nos termos regulamentares, salvas as restrições ou proibições impostas pelo Tribunal:

- a) A ser imediatamente informado pelo centro educativo da admissão, transferência, ausência não autorizada, concessão ou suspensão de autorizações de saída, bem como doença, acidente ou outra circunstância grave referente ao menor;
- b) A ser informado sobre a execução da medida de internamento e sobre a evolução do processo educativo do menor, nos termos do n.º 2 do artigo 361.º;
- c) A ser avisado pelo centro educativo, em tempo útil, da cessação do internamento.

#### Artigo 403.º

##### **Assistência e internamento hospitalar**

1. Os menores dispõem de assistência hospitalar ou outra sempre que necessidades de saúde a exijam.

2. O internamento hospitalar nos termos do número anterior é autorizado pelo director do centro educativo que dele dá imediato conhecimento ao

Tribunal.

#### Artigo 404.º

##### **Liberdade de religião**

1. Durante o internamento é respeitada a liberdade de religião do menor.

2. O horário das actividades dos centros educativos deve permitir, sempre que possível, aos menores internados a prática de actos da sua confissão religiosa.

#### Artigo 405.º

##### **Protecção da intimidade**

1. Os menores internados em centro educativo têm o direito a não ser fotografados ou filmados, bem como a não prestar declarações ou a dar entrevistas, contra a sua vontade, a órgãos de informação.

2. Antes da manifestação de vontade referida no número anterior, os menores têm o direito a serem inequivocamente informados, por um responsável do centro educativo, do teor, sentido e objectivo do pedido de entrevista que lhes forem dirigido.

3. Independentemente do consentimento dos menores, são proibidas:

- a) Entrevistas que incidam sobre a factualidade que determinou a intervenção tutelar;
- b) A divulgação, por qualquer meio, de imagens ou de registos fonográficos que permitam a identificação da sua pessoa e da sua situação de internamento.

#### **Secção IV**

##### **Prémios**

#### Artigo 406.º

##### **Requisitos de Atribuição**

O centro educativo, de acordo com o previsto no regulamento geral e no respectivo regulamento interno, pode atribuir prémios a menor em execução de medida de internamento pela evolução positiva do seu processo educativo, pelo empenho demonstrado no cumprimento das actividades previstas no projecto educativo pessoal, bem como pelo seu sentido de responsabilidade e bom comportamento individual ou em grupo.

## **Secção V**

### **Medidas de Contenção**

#### **Artigo 407.º**

##### **Medidas de Contenção**

1. São autorizadas em centro educativo as seguintes medidas de contenção:

- a) Contenção física pessoal;
- b) Isolamento cautelar.

#### **Artigo 408.º**

##### **Casos em que podem ser adoptadas**

1. As medidas de contenção apenas podem ser adoptadas nos casos seguintes:

- a) Para impedir que os menores cometam actos lesivos ou que coloquem em perigo a sua pessoa ou a de outrem;
- b) Para impedir fugas;
- c) Para evitar danos importantes nas dependências ou equipamentos dos centros;
- d) Para vencer a resistência violenta dos menores às ordens e orientações do pessoal do centro no exercício legítimo das suas funções.

2. O recurso às medidas de contenção só é admissível em casos de inexistência de outra forma efectiva e eficaz de evitar os actos e situações referidos no número anterior.

#### **Artigo 409.º**

##### **Duração das medidas de contenção**

As medidas de contenção só podem durar o tempo estritamente necessário para garantir o efeito que justificou a sua utilização.

#### **Artigo 410.º**

##### **Adopção em casos urgentes**

1. A adopção de medidas de contenção é autorizada pelo director do centro.

2. Sempre que a urgência da situação o exija, as medidas de contenção podem ser tomadas por outro

responsável ou elemento do pessoal do centro, sem prejuízo da sua imediata comunicação ao director.

#### **Artigo 411.º**

##### **Contenção física pessoal**

A contenção física pessoal limita-se à utilização da força física para imobilização do menor.

#### **Artigo 412.º**

##### **Isolamento Cautelar**

1. O isolamento cautelar pode ter lugar em dependência especialmente adequada a evitar os actos e as situações justificativas do recurso a este tipo de medidas.

2. O isolamento cautelar não pode prolongar-se para além de vinte e quatro horas consecutivas.

3. No caso previsto no n.º 1, o menor deve ser observado pelo médico do centro, com recurso, se necessário, a especialista em psicologia ou psiquiatria, com a maior brevidade possível, devendo a medida ser interrompida se for considerado que a sua continuação é prejudicial para a saúde física ou psíquica do menor.

4. Sobrevindo aplicação de medida disciplinar pelos mesmos factos que o originaram, o tempo de duração do isolamento cautelar é obrigatoriamente tido em conta na aplicação de medida disciplinar.

#### **Artigo 413.º**

##### **Dever de informação**

O recurso ao isolamento cautelar é imediatamente comunicado ao Tribunal.

## **Secção VI**

### **Regime Disciplinar**

#### **Subsecção I**

##### **Princípios Gerais**

#### **Artigo 414.º**

##### **Subsidiariedade do procedimento e das medidas disciplinares**

1. O procedimento e as medidas disciplinares constituem o último recurso dos centros educativos para corrigir as condutas dos menores internados que constituam infracções disciplinares, nos termos do presente Código e do regulamento geral.



2. Não há lugar a procedimento nem a medidas disciplinares sempre que se considere possível e adequado reagir perante infracção disciplinar através de outro tipo de respostas educativas, voluntariamente aceites pelo menor.

#### Artigo 415.º

##### **Tipicidade das infracções e das medidas disciplinares**

As infracções cometidas pelo menor que constituam infracção disciplinar nos termos desta lei só podem ser corrigidas através da aplicação das medidas disciplinares previstas no artigo 420.º, sem prejuízo do disposto no artigo anterior.

#### Artigo 416.º

##### **Infracções atípicas**

1. As infracções cometidas pelo menor durante a execução da medida de internamento, que não constituam infracção disciplinar nos termos legais, são corrigidas mediante métodos educativos, oportunos e exequíveis, não lesivos dos direitos do menor.

2. Os métodos referidos no número anterior não podem, em caso algum, revestir igual ou maior gravidade do que as medidas disciplinares previstas na lei.

#### Artigo 417.º

##### **Respeito pela saúde física e psíquica e pela dignidade do menor**

1. É proibida a aplicação de medidas que se traduzam em tratamento cruel, desumano, degradante ou que possam comprometer a saúde física ou psíquica do menor.

2. A aplicação de medida disciplinar não pode, em caso algum, de maneira directa ou indirecta, traduzir-se em privação de alimentos ou do direito a receber visitas, não proibidas pelo Tribunal, do representante legal.

3. Nenhuma sanção disciplinar pode ser executada com violação do respeito pela dignidade da pessoa do menor.

#### Artigo 418.º

##### **Outros princípios fundamentais da intervenção disciplinar**

1. Nenhuma medida disciplinar pode ser aplicada sem o menor ter sido informado da infracção disciplinar cuja prática lhe é atribuída, de modo apropriado à sua completa compreensão.

2. Não pode ser aplicada medida disciplinar sem ouvir o menor e sem lhe dar a oportunidade de se defender.

3. Nenhum menor pode ser disciplinarmente punido mais de uma vez pela mesma infracção.

4. É proibida a aplicação de medida disciplinar por tempo indeterminado.

5. É proibida a aplicação de medidas disciplinares colectivas ou abrangendo um número indeterminado de menores.

#### Artigo 419.º

##### **Classificação das infracções disciplinares**

As infracções disciplinares classificam-se, segundo a sua gravidade, em leves, graves e muito graves.

#### Artigo 420.º

##### **Infracções disciplinares leves**

1. Consideram-se infracções disciplinares leves as seguintes condutas do menor internado em centro educativo:

- a) Faltar ao respeito a funcionário do centro, a companheiro ou a outra pessoa, dentro do centro educativo ou fora dele, durante saída autorizada, sem consequências importantes;
- b) Não comparecer, injustificadamente, a actividades previstas no projecto educativo pessoal;
- c) Não cumprir, injustificadamente, as horas de início e termo das actividades previstas no projecto educativo pessoal;
- d) Destruir ou danificar, intencionalmente ou por falta censurável de cuidado, bens móveis ou imóveis, dentro do centro educativo ou fora dele, durante saída

- autorizada, causando pequeno prejuízo;
- e) Fazer uso abusivo e prejudicial de objectos ou substâncias não proibidos por lei ou regulamento, dentro do centro educativo ou fora dele durante saída autorizada;
  - f) Apoderar-se de bens de outrem ou de pequeno valor, dentro do centro educativo ou fora dele, durante saída autorizada.

#### Artigo 421.º

##### **Infracções disciplinares graves**

1. Consideram-se infracções disciplinares graves as seguintes condutas do menor internado em centro educativo:

- a) Ameaçar qualquer pessoa, dentro do centro educativo ou fora dele, durante saída autorizada;
- b) Insultar ou faltar gravemente ao respeito a funcionário do centro, a companheiro ou a outra pessoa, dentro do centro educativo ou fora dele, durante saída autorizada;
- c) Instigar, sem êxito, os companheiros à prática de motins ou de actos colectivos de insubordinação ou de desobediência às ordens do pessoal do centro no exercício legítimo das respectivas funções;
- d) Resistir ou desobedecer às ordens do pessoal do centro no exercício legítimo das respectivas funções, dentro do centro educativo ou fora dele, durante saída autorizada;
- e) Não comparecer, repetida e injustificadamente, a actividades previstas no projecto educativo pessoal;
- f) Não cumprir, repetida e injustificadamente, as horas de início e termo das actividades previstas no projecto educativo pessoal;
- g) Não regressar ao centro, injustificadamente, na data e até à hora fixadas como termo de saída autorizada;
- h) Tentar a fuga do centro, bem como instigar a fuga de menor internado;

- i) Destruir ou danificar, intencionalmente ou por falta censurável de cuidado, bens móveis e imóveis, dentro do centro educativo ou fora dele, durante saída autorizada, causando prejuízo elevado;
- j) Introduzir, distribuir, transaccionar ou guardar, no centro, objectos proibidos por lei ou regulamento;
- k) Apoderar-se de bens de valores de outrem, dentro do centro educativo ou fora dele, durante saída autorizada.

#### Artigo 422.º

##### **Infracções disciplinares muito graves**

1. Consideram-se infracções disciplinares muito graves as seguintes condutas do menor internado em centro educativo:

- a) Praticar um acto de violência física ou de coacção contra uma pessoa, dentro do centro educativo ou fora dele, durante saída autorizada;
- b) Participar em motins ou em actos colectivos de insubordinação ou de desobediência às ordens do pessoal do centro no exercício legítimo das respectivas funções;
- c) Instigar, com êxito, os companheiros à prática de motins ou de actos colectivos de insubordinação ou de desobediência às ordens do pessoal do centro no exercício legítimo das respectivas funções;
- d) Resistir com violência ou desobedecer ostensivamente em público às ordens do pessoal do centro no exercício legítimo das respectivas funções, dentro do centro educativo ou fora dele, durante saída autorizada;
- e) Consumar a fuga do centro, bem como instigar com êxito ou facilitar a fuga de outro menor internado;
- f) Destruir ou danificar, intencionalmente ou por falta censurável de cuidado, bens móveis ou imóveis, dentro do centro educativo ou fora dele, durante saída autorizada, causando prejuízo muito elevado;

- g) Introduzir, distribuir, transaccionar, guardar ou consumir, no centro, droga, álcool ou qualquer outra substância tóxica;
- h) Introduzir, distribuir, transaccionar ou guardar, no centro, armas ou outros objectos igualmente perigosos e proibidos por lei ou regulamento;
- i) Apoderar-se com violência de bens de outrem, dentro do centro educativo ou fora dele, durante saída autorizada.

Artigo 423.º  
**Medidas disciplinares**

1. São aplicáveis as seguintes medidas disciplinares:

- a) Repreensão;
- b) Suspensão do uso de dinheiro de bolso concedido pelo centro educativo, por período não superior a dois meses;
- c) Não atribuição de dinheiro de bolso pelo centro educativo, por período não superior a dois meses;
- d) Suspensão do uso pelo menor de dinheiro do seu pecúlio, por período não superior a um mês;
- e) Suspensão da participação em algumas actividades recreativas programadas, dentro ou fora do centro, por período não superior a um mês;
- f) Suspensão da participação em todas as actividades recreativas programadas, dentro ou fora do centro, por período não superior a um mês;
- g) Perda de autorizações de saída de fim-de-semana ou férias, por período não superior a dois meses;
- h) Suspensão do convívio com os companheiros, por período não superior a uma semana;
- i) Privação de uso de aparelhos electrónicos, por período não superior a um mês.

2. A competência para a aplicação e revisão das medidas disciplinares é definida em regulamento geral.

Artigo 424.º  
**Medidas disciplinares aplicáveis por infracções leves**

1. São aplicáveis por infracções leves as seguintes medidas disciplinares:

- a) Repreensão;
- b) Suspensão do uso de dinheiro de bolso concedido pelo centro educativo, por período não superior a uma semana;
- c) Não atribuição de dinheiro de bolso pelo centro educativo, por período não superior a uma semana;
- d) Suspensão do uso pelo menor de dinheiro do seu pecúlio, por período não superior a uma semana;
- f) Suspensão da participação em algumas actividades recreativas programadas, dentro ou fora do centro, por período não superior a três dias;
- g) Privação de uso de aparelhos electrónicos, por período não superior a oito dias.

Artigo 425.º  
**Medidas disciplinares aplicáveis por infracções graves**

1. São aplicáveis por infracções graves as seguintes medidas disciplinares:

- a) Suspensão do uso de dinheiro de bolso concedido pelo centro educativo, por período não superior a um mês;
- b) Não atribuição de dinheiro de bolso pelo centro educativo, por período não superior a 15 dias;
- c) Suspensão do uso pelo menor de dinheiro do seu pecúlio, por período não superior a uma semana;
- d) Suspensão da participação em algumas actividades recreativas programadas, dentro

ou fora do centro, por período não superior a 15 dias;

- e) Suspensão da participação em todas as actividades recreativas programadas, dentro ou fora do centro, por período não superior a uma semana;
- f) Perda de autorizações de saída de fim-de-semana ou férias, por período não superior a 15 dias;
- g) Suspensão, sempre que possível parcial, do convívio com os companheiros, por período não superior a três dias;
- h) Privação de uso de aparelhos electrónicos, por período não superior a 15 dias.

#### Artigo 426.º

##### **Medidas disciplinares aplicáveis por infracções muito graves**

1. São aplicáveis por infracções muito graves as seguintes medidas disciplinares:

- a) Não atribuição de dinheiro de bolso pelo centro educativo, por período não superior a um mês;
- b) Suspensão do uso pelo menor de dinheiro do seu pecúlio, por período não superior a 15 dias;
- c) Suspensão da participação em algumas actividades recreativas programadas, dentro ou fora do centro, por período não superior a um mês;
- d) Suspensão da participação em todas as actividades recreativas programadas, dentro ou fora do centro, por período não superior a um mês;
- e) Perda de autorizações de saída de fim-de-semana ou férias, por período não superior a um mês;
- f) Suspensão, sempre que possível parcial, do convívio com os companheiros, por período não superior a uma semana;
- g) Privação de uso de aparelhos electrónicos, por período não superior a um mês.

#### Artigo 427.º

##### **Critério de escolha das medidas disciplinares**

A escolha e aplicação da medida disciplinar obedece aos princípios da adequação, da proporcionalidade e da oportunidade, tendo em conta, nomeadamente, a natureza e a gravidade da infracção, as circunstâncias em que a mesma foi praticada, a idade e a personalidade do menor e a exequibilidade da medida no mais curto período de tempo.

#### Artigo 428.º

##### **Aplicação de várias medidas disciplinares**

1. Quando um menor internado praticar duas ou mais infracções disciplinares são-lhe aplicáveis as medidas disciplinares correspondentes a cada uma das infracções.

2. Se a mesma conduta constituir duas ou mais infracções disciplinares ou se uma infracção disciplinar for instrumental relativamente a outra, apenas é aplicável ao menor a medida disciplinar correspondente à mais grave das infracções cometidas.

#### Artigo 429.º

##### **Obrigatoriedade do registo das medidas disciplinares**

Com excepção da repreensão, é obrigatório o registo das medidas disciplinares aplicadas no dossier individual do menor, nos termos previstos no regulamento geral.

#### Artigo 430.º

##### **Interposição de recurso**

1. O menor, o representante legal ou quem tenha a sua guarda de facto e o defensor podem interpor recurso da decisão que aplicou a medida disciplinar, nos termos definidos no regulamento geral.

2. A repreensão é insusceptível de recurso.

3. Do indeferimento cabe recurso para o Tribunal, e é correspondentemente aplicável o disposto no artigo 364.º.

#### Artigo 431.º

##### **Prescrição das infracções disciplinares**

1. As infracções disciplinares prescrevem 30, 60

e 90 dias após a data em que foram cometidas, consoante se trate de infracções leves, graves ou muito graves, respectivamente.

2. O prazo da prescrição interrompe-se com a comunicação ao menor sobre o início do procedimento disciplinar.

#### Artigo 432.º

### **Prescrição das medidas disciplinares**

1. As medidas disciplinares prescrevem 30, 60 e 90 dias a contar do dia seguinte ao da data da decisão ou deliberação que as aplicou, consoante se trate de infracções leves, graves ou muito graves, respectivamente.

2. A notificação ao menor do início do cumprimento da medida disciplinar interrompe o prazo da prescrição, o qual retoma o decurso no caso de a execução ser interrompida durante 30 dias por causa não imputável ao presumível infractor.

#### **Subsecção II**

### **Procedimento Disciplinar**

#### Artigo 433.º

### **Procedimento disciplinar**

1. A aplicação de medidas disciplinares por infracções graves ou muito graves só pode ter lugar após procedimento disciplinar nos termos previstos no regulamento geral.

2. A aplicação de medidas disciplinares por infracções leves é precedida de procedimento disciplinar sumário, sem prejuízo para o menor das garantias do direito a ser informado dos factos que lhe são atribuídos e das medidas disciplinares que lhes são aplicáveis e do seu direito de defesa.

#### **Subsecção III**

### **Execução das Medidas Disciplinares**

#### Artigo 434.º

### **Execução de várias medidas disciplinares**

1. Quando um menor internado tiver de cumprir duas ou mais medidas disciplinares, a sua execução é simultânea, sempre que forem concretamente compatíveis.

2. No caso de não ser possível, por incompatibilidade, a execução simultânea das

medidas disciplinares aplicadas, a sua execução é sucessiva por ordem decrescente da respectiva gravidade e duração.

3. O disposto no número anterior não pode determinar em nenhum caso:

- a) A permanência do menor em quarto disciplinar por período superior a três dias consecutivos;
- b) A suspensão do menor do convívio com os companheiros por período superior a sete dias consecutivos ou a três quando não se trate de suspensão parcial;
- c) A execução continuada das medidas disciplinares das alíneas f) e g) do n.º 1 do artigo 423.º por período superior a uma vez e meia o seu limite máximo.

4. A gravidade das medidas disciplinares afere-se pela ordem crescente da sua enumeração no artigo 423.º.

#### **Secção VII**

### **Centros Educativos**

#### Artigo 435.º

### **Classificação dos centros educativos**

1. Os centros educativos classificam-se em abertos, semi-abertos e fechados em função do regime de execução das medidas de internamento.

2. A classificação dos centros educativos condiciona o seu regime de funcionamento e grau de abertura ao exterior.

3. Os centros educativos podem ainda ser classificados em função dos projectos de intervenção educativa que desenvolvem para grupos específicos de menores, de acordo com as suas particulares necessidades educativas.

#### Artigo 436.º

### **Âmbito dos centros educativos**

No mesmo centro educativo podem coexistir unidades residenciais diferenciadas segundo os regimes de execução das medidas, projectos de intervenção educativa e tipos de internamento.

## Artigo 437.º

**Cooperação de entidades particulares**

1. Os serviços de Reeducação de Menor e ou de Reinserção Social podem celebrar acordos de cooperação com entidades particulares, sem fins lucrativos, para a execução de internamentos em regime aberto ou semi-aberto, nos termos previstos na lei.

2. O disposto no número anterior não pode, em caso algum, determinar a transferência para a entidade cooperante da responsabilidade de acompanhar a execução das medidas que cabe aos serviços de Reeducação de Menor e ou de Reinserção Social.

## Artigo 438.º

**Entidade fiscalizadora**

1. Sem prejuízo da competência dos tribunais, do Ministério Público e demais entidades a quem incumbe a defesa da legalidade, o funcionamento dos centros educativos será especialmente acompanhado por uma comissão independente composta por dois representantes da Assembleia Nacional, um do Governo, um do Conselho Superior da Magistratura Judicial, um do Conselho Superior do Ministério Público e dois de organizações não governamentais de apoio à criança.

2. A comissão pode solicitar informação sobre o funcionamento dos centros, nas suas várias vertentes, e efectuar visitas sempre que o julgue necessário.

3. A comissão tem livre acesso aos centros educativos e é apoiada pelo Ministério encarregue pela área da Justiça nos termos que forem fixados por despacho.

**Título VI****Registo de Medidas Tutelares Educativas**

## Artigo 439.º

**Objecto e finalidade do registo**

1. Estão sujeitas a registo as decisões judiciais que apliquem, revejam ou que declarem a cessação ou extinção de medidas tutelares educativas.

2. O registo de medidas tutelares educativas tem por finalidade a recolha, o tratamento e a

conservação dos extractos de decisões judiciais por forma a possibilitar o conhecimento das decisões proferidas.

## Artigo 440.º

**Princípios**

O registo de medidas tutelares educativas deve processar-se no estrito respeito pelos princípios da legalidade, da autenticidade, da veracidade, da univocidade e da segurança.

## Artigo 441.º

**Entidade responsável pelo tratamento da base de dados**

1. O registo de medidas tutelares educativas funciona junto ao Serviço do Ministério encarregue pela área da Justiça, sendo o director a entidade responsável pela respectiva base de dados.

2. Compete ao director assegurar o direito de informação e de acesso aos dados pelos respectivos titulares, a correcção de inexactidões, o completamento de omissões, a supressão de dados indevidamente registados, bem como velar pela legalidade da consulta ou da comunicação da informação.

## Artigo 442.º

**Ficheiro central**

1. O registo de medidas tutelares educativas é organizado em ficheiro central e que deve ser informatizado.

2. O registo de medidas tutelares educativas é constituído pelos elementos de identificação civil do menor e por extractos de decisões sujeitas a registo, nos termos do presente Código.

3. Os extractos das decisões contêm a indicação:

- a) Do Tribunal que proferiu a decisão e do número do processo;
- b) Da identificação civil do menor;
- c) Da data e forma da decisão;
- d) Do conteúdo da decisão e dos preceitos aplicados.



4. Os dados devem ser exactos, pertinentes e actuais e ser seleccionados antes do seu registo informático.

5. A recolha dos dados para tratamento automatizado deve limitar-se ao estritamente necessário ao exercício das atribuições legais referidas no n.º 2 do artigo 435.º, não podendo ser utilizada para qualquer outra finalidade com aquela incompatível.

#### Artigo 443.º

##### **Comunicação ao Registo**

1. As comunicações ao registo são efectuadas em boletim de registo de medidas tutelares educativas.

2. A comunicação das decisões sujeitas a registo é efectuada imediatamente após trânsito em julgado.

3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, sendo interposto recurso com efeito meramente devolutivo, a decisão é comunicada antes da subida deste.

#### Artigo 444.º

##### **Acesso à informação**

1. Podem apenas aceder aos dados contidos no registo de medidas tutelares educativas:

- a) O titular dos dados e o seu defensor;
- b) O seu representante legal, até o menor completar 18 anos;
- c) Um terceiro, em nome e no interesse do titular maior de 18 de anos, em situações de comprovada ausência ou impossibilidade deste;
- d) Os Magistrados Judiciais e do Ministério Público para a instrução de processo tutelar educativo;
- e) Os serviços de Reeducação de Menor e ou de Reinserção Social, por solicitação dos seus órgãos dirigentes, para instrução do dossier individual do menor;
- g) As entidades autorizadas pelo Ministro encarregue pela área da Justiça para a prossecução de fins de investigação científica ou estatística.

#### Artigo 445.º

##### **Formas de acesso**

O acesso aos dados realiza-se por uma das seguintes formas:

- a) Certificado do registo;
- b) Consulta do registo.

#### Artigo 446.º

##### **Certificado do registo**

1. O certificado do registo é emitido, com recurso preferencial a meios informáticos, pelo Serviço do Ministério encarregue pela área da Justiça.

2. O certificado do registo é emitido mediante requisição ou requerimento, conforme se trate, respectivamente, de entidades públicas ou particulares, e constitui documento bastante de prova da medida tutelar educativa aplicada ao titular da informação.

3. O certificado do registo de medidas tutelares educativas contém a transcrição integral do registo vigente.

4. Quando as condições técnicas o permitam, a emissão de certificados do registo de medidas tutelares educativas pode processar-se automaticamente em terminais de computador colocados nos Tribunais, com garantia do controlo e segurança da transmissão dos dados.

#### Artigo 447.º

##### **Consulta do registo**

Na ausência de aplicação informática, a consulta do registo destina-se a facultar ao titular dos dados e ao seu representante legal, até aquele completar 18 anos, o conhecimento do conteúdo integral do registo a seu respeito, devendo o pedido ser dirigido ao Serviço do Ministério encarregue pela área da Justiça.

#### Artigo 448.º

##### **Actualização e correcção de inexactidões**

1. Desde que o solicitem, por escrito, ao responsável pela base de dados, o titular dos dados e o seu representante legal, até aquele completar 18 anos, têm o direito de exigir a actualização e a correcção de informações inexactas e o

completamento das totais ou parcialmente omissas, bem como a supressão das indevidamente registadas, nos termos da Lei de Protecção de Dados Pessoais.

2. São dados incorrectos ou indevidamente registados os que não se mostrem conformes com o teor da comunicação efectuada pelo Tribunal.

Artigo 449.º  
**Cancelamento**

1. A informação constante do registo é cancelada no ficheiro informático ou retirada do ficheiro manual decorridos dois anos a contar da data de cessação ou extinção da medida tutelar educativa.

2. A informação em registo é cancelada na data em que o respectivo titular completar 21 anos.

Artigo 450.º  
**Violação de normas relativas a ficheiros**

A violação das normas relativas ao ficheiro informatizado do registo de medidas tutelares educativas é punida nos termos da Lei de Protecção de Dados Pessoais.

Artigo 451.º  
**Medidas de segurança do registo**

O Serviço do Ministério encarregue pela área da Justiça e as entidades mencionadas na alínea d) do artigo 444.º devem adoptar as medidas de segurança referidas na Lei de Protecção de Dados Pessoais.

Artigo 452.º  
**Reclamações e recursos**

Compete ao serviço do Ministério encarregue pela área da Justiça decidir sobre as reclamações respeitantes ao acesso à informação constante do registo de medidas tutelares educativas e seu conteúdo, cabendo recurso da decisão para o Tribunal de Família e Menor, ou constituído como tal, da área de residência do menor.

Artigo 453.º  
**Sigilo profissional**

Quem, no exercício das suas funções, tomar conhecimento de dados registados fica obrigado a sigilo profissional, nos termos da Lei de Protecção de Dados Pessoais.





## **DIÁRIO DA REPÚBLICA**

### **AVISO**

A correspondência respeitante à publicação de anúncios no *Diário da República*, a sua assinatura ou falta de remessa, deve ser dirigida ao Centro de Informática e Reprografia do Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos – Telefone: 2225693 - Caixa Postal n.º 901 – E-mail: [cir-reprografia@hotmail.com](mailto:cir-reprografia@hotmail.com) São Tomé e Príncipe. - S. Tomé.